

COLEÇÃO CLAUSTRO

PANORÂMICA DA AGROECOLOGIA EM PORTUGAL

CIÊNCIA E MOVIMENTOS SOCIOPOLÍTICOS

Luís Duarte
José Muñoz-Rojas
Octávio Sacramento

PANORÂMICA DA AGROECOLOGIA EM PORTUGAL – CIÊNCIA E MOVIMENTOS SOCIOPOLÍTICOS

Luís Duarte

José Muñoz-Rojas

Octávio Sacramento

Universidade de Évora

Ficha Técnica

Título _ Panorâmica da agroecologia em Portugal – ciência e movimentos sociopolíticos

Autores _ Luís Duarte ¹

José Muñoz-Rojas ^{1, 2}

Octávio Sacramento ³

© Os autores

Editor _ Imprensa da Universidade de Évora

Coleção _ Claustro

Paginação _ Divisão de Comunicação da Universidade de Évora

ISBN 978-972-778-524-7

Évora 2026

Os autores escrevem conforme o acordo ortográfico anterior.

¹ MED – Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento
& CHANGE – Instituto para as Alterações Globais e Sustentabilidade, Universidade de Évora

² Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento, Universidade de Évora

³ CETRAD – Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, Universidade de
Trás-os-Montes e Alto Douro. Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG-UTAD)



Financiamento

Este relatório beneficiou do apoio do programa de bolsas de investigação de doutoramento da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, n. 2023.02791.BD (<https://doi.org/10.54499/2023.02791.BD>).

Os autores agradecem igualmente o apoio da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia para a unidade de I&D MED – Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento (<https://doi.org/10.54499/UID/05183/2025>) e o Laboratório Associado CHANGE – Instituto para as Alterações Globais e Sustentabilidade (<https://doi.org/10.54499/LA/P/0121/2020>), bem como para o CETRAD – Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, referência n.º UID/04011/2025.

ÍNDICE

Siglas e acrónimos	5
Sumário executivo	6
Introdução	7
Capítulo I – Significado de um entendimento agroecológico	9
Capítulo II – A transição agroecológica	15
1. Complexidade inerente aos sistemas agroalimentares	16
2. Agricultura baseada na biodiversidade.....	18
3. Evolução do conceito de agroecologia	19
4. Ferramentas de avaliação e validação dos sistemas agroecológicos	22
5. Entidades no movimento agroecológico global	28
5.1. Instituições supranacionais	28
5.2. Organizações privadas emanadas de instituições nacionais e supranacionais.....	30
5.3. Grupos de reflexão, investigação e comunicação.....	33
5.4. Organizações da sociedade civil de defesa dos direitos e da soberania alimentar	34
5.5. Organizações da sociedade civil para a transição agroecológica	36
6. Exemplo de uma rede nacional para a agroecologia – Agroecology Works!	40
Capítulo III – Procedimentos metodológicos	42
Capítulo IV – Estado actual da agroecologia em Portugal	45
1. Ciência e investigação	45
2. Movimentos sociais e administração pública	48
2.1. Sociedade civil	48
2.2. Administração pública central	52
2.3. Administração pública local.....	53
Capítulo V – Considerações finais e perspectivas futuras.....	56
Anexo 1.....	64
Projectos considerados.....	64
Tipologia dominante: Agroecossistema	64
Tipologia dominante: Agroecologia numa perspectiva holística.....	68
Tipologia dominante: Sistema alimentar.....	73
Referências	82

SIGLAS E ACRÓNIMOS

A2S	Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia
ACSA	Alimentar Cidades Sustentáveis Associação
ACTUAR	Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento
ADER-SOUSA	Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa
ADREPES	Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal
AGROBIO	Associação Portuguesa de Agricultura Biológica
AJAP	Associação dos Jovens Agricultores de Portugal
AMAP	Associações para a Manutenção da Agricultura de Proximidade
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ANIMAR	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local
ATAHCA	Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave
BGI	Building Global Innovators
CATAA	Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar
CCDR-LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
cE3c	Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais
CeCAFA	Centro de Competências para a Agricultura Familiar e Agroecologia
CEF	Centro de Ecologia Funcional
CERNAS	Centro de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade
CIMAM	Comunidade Intermunicipal do Alto Minho
CISAS	Centro de Investigação e Desenvolvimento em Sistemas Agroalimentares e Sustentabilidade
CNA	Confederação Nacional de Agricultura
CONFAGRI	Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL
COTHN-CC	Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional
CSA	Comunidades que Sustentam a Agricultura
DGADR	Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DRAP Centro	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
DRAP LVT	Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
DRAP Norte	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
ESAC	Escola Superior Agrária de Coimbra
ESAV	Escola Superior Agrária de Viseu
F4S	Food4Sustainability CoLAB
GAIA	Grupo de Acção e Intervenção Ambiental
GAL	Grupos de Acção Local (rede Leader)
ICS	Instituto de Ciências Sociais
INIAV	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
LEAF	Linking Landscape, Environment, Agriculture and Food
MED	Instituto Mediterrâneo para Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento
MORE	Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação
PNAES	Plano Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável
REGENERAR	Rede Portuguesa de Agroecologia Solidária
SMEA	Semear em Montemor Estratégia Alimentar

SUMÁRIO EXECUTIVO

Neste relatório procura traçar-se uma panorâmica do desenvolvimento da agroecologia em Portugal, focada em duas das suas principais manifestações: ciência e movimentos sociais e políticos. Procurámos, assim, identificar e caracterizar os principais actores nacionais, regionais e locais ligados a iniciativas de investigação e/ou de movimentos sociais, visando a promoção da agroecologia e dos sistemas agroalimentares sustentáveis e locais. Uma vez descrito o sector agroecológico ao nível da ciência e dos movimentos, foi então possível assinalar várias forças e fraquezas a ele associadas. Podemos, desde já, salientar a pouca visão marcadamente agroecológica em muitas das iniciativas, iniciativas que evidenciam ainda um trabalho muito condicionado por “projectos”, o que frequentemente limita a falta de continuidade das intervenções e a falta de orientação estratégica das mesmas. Constatámos ainda que as iniciativas tendem a ocorrer de forma isolada (revelando alguma aparente falta de cooperação e de capacidade para criação de massa crítica), bem como a originar uma intervenção muito sectorial e pouco integrada, com uma dissociação frequente entre a vertente mais produtiva e a dos sistemas alimentares. A integração destas iniciativas em “silos” debaixo de um mesmo chapéu conceptual – que, em nosso entender, deve ser a agroecologia – só muito recentemente se começa a manifestar em Portugal.

Nota-se também que as políticas públicas nacionais não assumiram ainda a agroecologia como um desígnio, limitando-se a referências vagas na agenda *Terra Futura*, a um Plano Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável (PNAES) ainda muito modesto nas suas ambições transformadoras e a um Estatuto da Agricultura Familiar claramente aquém das necessidades (Hernández, 2023). No entanto, apesar desta falta de foco político, há hoje um quadro diversificado de iniciativas no terreno que revela uma forte capacidade de mobilização de diversos agentes em projectos com perspectiva agroecológica. Estas iniciativas, além de resultarem das organizações de ciência e investigação e da sociedade civil, também decorrem do envolvimento de vários municípios na promoção da transição para sistemas agroalimentares mais sustentáveis e justos, evidenciando aqui um notório potencial para se desenvolverem acções com resultados concretos e impactantes. Esta “azáfama” de iniciativas parece efectivamente reflectir um crescimento da agroecologia, também impulsionado por uma opinião pública muito favorável, ao que certamente não é alheio o conjunto de iniciativas desenvolvidas de reforço da literacia alimentar e de pesquisa científica, entre outras, e que estão a contribuir para a criação de um entendimento mais abrangente na promoção da agricultura sustentável e dos sistemas alimentares locais.

Esperamos ainda que este mapeamento de iniciativas agroecológicas em Portugal possa contribuir para a aproximação dos diversos agentes no terreno e para a tomada de posições políticas devidamente suportadas na relevância das intervenções em curso e no contexto internacional favorável. Se alguma recomendação fica do trabalho é a de que a constituição de uma rede multi-sectorial forte e interveniente é crucial para dar voz ao movimento agroecológico e concretizar acções de mobilização e comunicação fundamentais para impulsionar a agroecologia e o desenvolvimento de sistemas agroalimentares que sejam mais sustentáveis, soberanos, justos e saudáveis.

INTRODUÇÃO

O presente relatório procura responder à necessidade de se identificar e caracterizar os principais actores nacionais, regionais e locais ligados a iniciativas de investigação e/ou de movimentos sociais, visando a promoção da agroecologia e dos sistemas agroalimentares locais e sustentáveis em Portugal. Em nosso entender, esta é uma necessidade da maior relevância, dado verificar-se um crescente movimento de oposição ao sistema alimentar convencional globalizado, mas que se tem mantido pouco visível tanto na opinião pública quanto na esfera política. Estamos a falar de um movimento que apela à recuperação de modos de produção e consumo tradicionais, mais sustentáveis, baseados na justiça social e na maior territorialização do sistema alimentar. Este movimento ocorre de forma comum no mundo ocidental e no chamado Sul Global, sendo que, no entanto, a sua visibilidade se mantém muito limitada, condicionada, entre outros, pela próprio controlo da narrativa dominante por parte dos agentes corporativos. Pretende-se, assim, construir uma imagem do movimento em Portugal e com isso contribuir para a criação de possíveis pontes entre as iniciativas no terreno. Este trabalho permite, deste modo, traçar uma panorâmica das iniciativas agroecológicas em Portugal, podendo ainda contribuir para a tomada de posições colectivas suportadas na relevância das iniciativas existentes. Pelo debate promovido, no capítulo II, sobre a transição agroecológica hoje no mundo, também esperamos que possa igualmente contribuir para melhorar o entendimento existente sobre o conceito de agroecologia. A par destes objectivos, deixamos algumas notas acerca dos contextos sociopolíticos necessários com vista à promoção da transformação dos sistemas agroalimentares por via da agroecologia. Transformação esta capaz de se assumir como uma resposta eficaz para proporcionar uma alimentação acessível e saudável, garantir estruturas economicamente viáveis, manter padrões justos de equidade social, através da utilização de práticas regenerativas e ambientalmente benignas.

Identificámos dois trabalhos anteriores com o desígnio equivalente de caracterizar a agroecologia em Portugal: um deles resultante do projecto trAEce, coordenado em Portugal pelo Grupo de Acção e Intervenção Ambiental (GAIA) e publicado em Dezembro de 2020 (Queiroga et al., 2020); o outro, o volume II do mapeamento do desenvolvimento da agroecologia na Europa, publicado em Maio de 2024, pelo projecto AE4EU (Wezel et al., 2024). Trata-se de dois trabalhos muito meritórios, que contribuem para uma primeira caracterização do movimento em Portugal, mas cujo âmbito mais circunscrito não permite conhecer de forma abrangente a dinâmica em curso da agroecologia em Portugal. O primeiro destes trabalhos procurou, num relatório de reduzida dimensão, enquadrar toda a multiplicidade de factores e de actores envolvidos na temática agroecológica. Além disso, ao estruturar-se em torno de diferentes práticas agrícolas, ficou muito centrado na vertente produtiva da agroecologia. O segundo trabalho recorreu a uma metodologia (de resto seguida para os restantes países) de entrevistar actores-chave e depois apresentar exemplos ilustrativos. Todavia, acabou por ficar excessivamente “sectorizado”, dado que dos 12 informantes mais de metade foram laboratórios de investigação, o que enviesou a forma como a realidade portuguesa ficou retratada. Esta é uma situação que, de certo modo, se aceita, pois o projecto pretendeu, num tempo e com meios limitados, fazer uma caracterização de todos os países europeus, com a finalidade de se assumir como uma das

plataformas estruturadoras da parceria *Partnership Europe*, entretanto criada pela Comissão Europeia.

Aqui neste trabalho pretende-se responder ao desafio de caracterizar de modo mais detalhado a agroecologia em Portugal – mesmo que circunscrito às iniciativas de investigação e de movimentos sociais – com um contributo que seja integrado e contextualizado pela dinâmica internacional em curso, e que seja capaz de sinalizar investigadores, projectos, centros de investigação, estruturas do poder central e local e movimentos cívicos. A caracterização feita não ambiciona produzir um levantamento exaustivo das iniciativas agroecológicas em Portugal. Pretende antes reunir um conjunto representativo de experiências e intervenientes que proporcione uma visão abrangente da dimensão e do impacto da agroecologia no país.

Este documento está organizado em cinco capítulos. No primeiro, faz-se uma revisão acerca do conceito de agroecologia, de modo a estabelecer com clareza o entendimento que é feito do termo neste relatório. No segundo, escarpeliza-se, com uma revisão aprofundada de literatura científica e também de literatura institucional (*grey literature*), o historial da agroecologia, as ferramentas que tem hoje ao seu dispor e apresenta-se um conjunto de organizações relevantes que hoje intervêm neste tema à escala global. O terceiro capítulo é dedicado à descrição da metodologia utilizada na construção do presente trabalho, enquanto o capítulo quarto serve de ponto central do estudo com a apresentação dos resultados obtidos sobre o estado actual da agroecologia em Portugal. Finalmente, o último capítulo dedicado à discussão, onde se procuram extrair algumas conclusões e lançar pistas para o futuro do movimento no nosso país.

CAPÍTULO I – SIGNIFICADO DE UM ENTENDIMENTO AGROECOLÓGICO

É importante, logo como ponto de partida, fazer uma breve incursão sobre o que se entende por agroecologia e qual é, efectivamente, a realidade que se pretende retratar neste relatório. Neste capítulo apresentamos uma visão linear dos grandes conceitos que organizam o nosso entendimento, sendo que reservamos para o próximo capítulo o aprofundamento conceptual do tema, destacando aí conflitos existentes e visões distintas sobre os caminhos para a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares. Seguindo assim uma abordagem mais sintética, podemos afirmar que o conceito de agroecologia tem evoluído significativamente nos últimos anos no sentido de abarcar, numa visão holística, um conjunto de princípios que podem ser adoptados em três níveis (Bezner Kerr et al., 2021):

- i) ao nível da exploração, através das práticas de gestão do solo e do bem-estar animal, recorrendo a princípios de reciclagem de nutrientes e diversidade;
- ii) ao nível da comunidade, com a incorporação de valores sociais no desenho do sistema alimentar;
- iii) ao nível de todo o sistema alimentar com a adopção de princípios de justiça e participação, apoiados na ligação entre produtores e consumidores e buscando a justiça alimentar.

A agroecologia deixou assim de ser essencialmente, como o foi na sua origem, uma discussão em torno de práticas agrícolas segundo os princípios ecológicos, para se estender à *ecologia de todo o sistema alimentar* (Francis et al., 2003). Passou, desde então, a abarcar um conjunto de princípios que pressupõem o entendimento dos sistemas agrícola e alimentar dentro dos respetivos contextos sociais e políticos, defendendo a promoção de iniciativas que sejam socialmente justas, ambientalmente saudáveis, economicamente viáveis e politicamente democráticas (González De Molina & Lopez-Garcia, 2021). Na sequência do relatório 14, publicado pelo Painel de Especialistas de Alto Nível (HLPE) em segurança alimentar e nutrição (HLPE, 2019), a agroecologia passou a ser caracterizada e reconhecida por 13 princípios orientadores, conforme podemos ver na figura 1. Este enquadramento conceptual tem tido uma aceitação generalizada por parte dos actores institucionais e académicos, sendo hoje um dos enquadramentos conceptuais mais robustos e consensuais da agroecologia.



figura 1 _ Conjunto de 13 princípios agroecológicos consolidados
(HLPE, 2019; adaptado de <https://www.agroecology-pool.org/>)

Passando à descrição da figura, temos uma pequena secção dedicada a melhorar a eficiência dos recursos, que inclui os princípios “reciclagem” e “redução de inputs” e duas secções maiores. Uma refere-se ao fortalecimento da resiliência, com os princípios “saúde do solo”, “saúde animal”, “biodiversidade”, “sinergias” e “diversificação económica”, enquanto a outra remete para a garantia da equidade/responsabilidade social, através dos princípios “co-criação de conhecimento”, “valores sociais e dietas”, “justiça”, “conectividade”, “governança da terra e dos recursos naturais” e “participação”. O sistema alimentar constitui o centro do modelo agroecológico, dentro do qual se incluem as explorações agrícolas. Ao nível da exploração constam as dimensões relacionadas com os factores de produção e com os agregados familiares e os trabalhadores, enquanto no sistema alimentar estão presentes os domínios relacionados com a comunidade, a cadeia de valor e a governança. Todos estes se assumem como os domínios onde a transformação dos sistemas alimentares de acordo com o modelo agroecológico poderá e deverá incidir.

Complementarmente, a *Food and Agriculture Organization* (FAO) apresentou os 10 elementos da agroecologia (figura 2), enquadramento que vem reforçar a visão sistêmica e holística ao incorporar conceitos e princípios ecológicos e sociais no desenho e na gestão dos sistemas agroalimentares. Situa assim a agroecologia como um entendimento e uma estratégia sob a qual diferentes práticas podem ser enquadradas. Enquanto ferramenta analítica, estes 10 elementos pretendem contribuir para orientar os países na operacionalização da agroecologia, servindo de guia para decisores políticos e praticantes, ao permitir planear, gerir e avaliar a transição agroecológica (FAO, 2018b). Neste esquema são igualmente sugeridos quatro “pontos de entrada”, a partir dos quais a transição agroecológica pode ser mais eficazmente dinamizada: “diversidade”, “economia circular e solidária”, “co-criação e partilha de conhecimento” e “governança responsável” (Barrios et al., 2020).

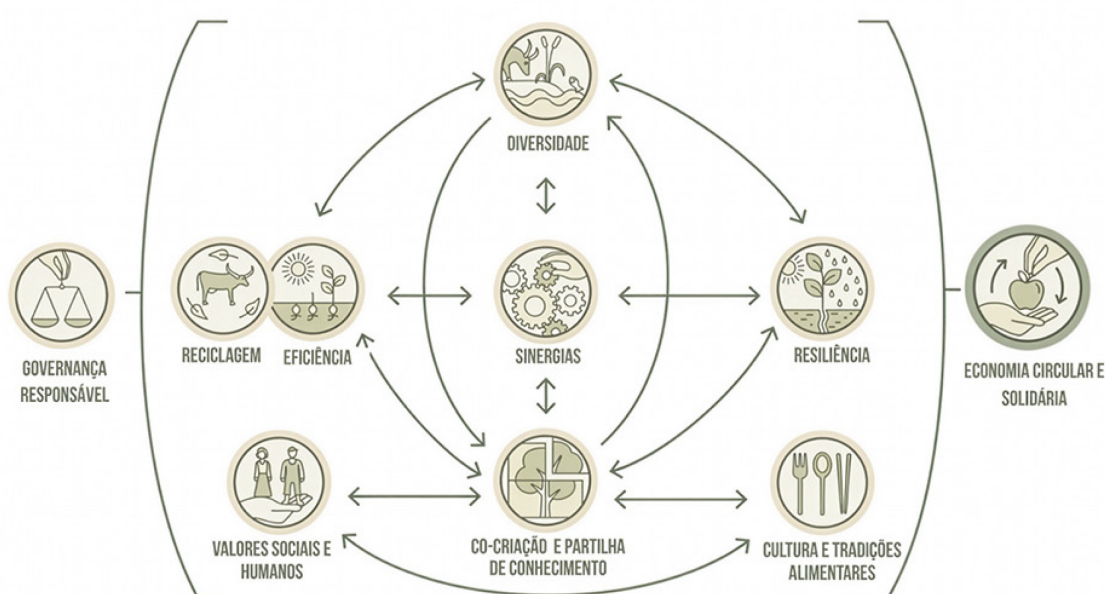


figura 2 _ Os 10 elementos da agroecologia (adaptado de FAO, 2018b, p.12)

Também de modo complementar, consideramos ainda como componentes estruturantes do entendimento da agroecologia, os cinco níveis de transição para sistemas agroalimentares sustentáveis (Gliessman, 2016), quadro conceptual que é muito útil no sentido de aferir o “aprofundamento” agroecológico das iniciativas no terreno (figura 3). Os primeiros três níveis estão descritos há longa data e resultam da investigação no âmbito da agricultura de conservação (Hill & MacRae, 1996). A novidade aqui é a introdução de uma nova racionalidade com os níveis que compõem a dimensão dos “sistemas alimentares”, em especial o nível 5, que advoga uma completa reconfiguração do sistema alimentar vigente, no sentido do reforço da participação, da escala local, da equidade e da justiça democrática (Gliessman, 2016). Além da distinção entre os níveis relativos ao agroecossistema (níveis 1, 2 e 3) e ao sistema alimentar (níveis 4 e 5), esta esquematização permite também diferenciar a mudança ‘incremental’ (níveis 1 e 2) da ‘transformativa’ (níveis 3, 4 e 5). A figura, apesar de simples, tem sido amplamente usada por académicos, investigadores, outros especialistas e membros das mais diversas organizações como

ferramenta conceptual explicativa do estágio em que os sistemas agroalimentares se encontram e para onde pretendem evoluir.

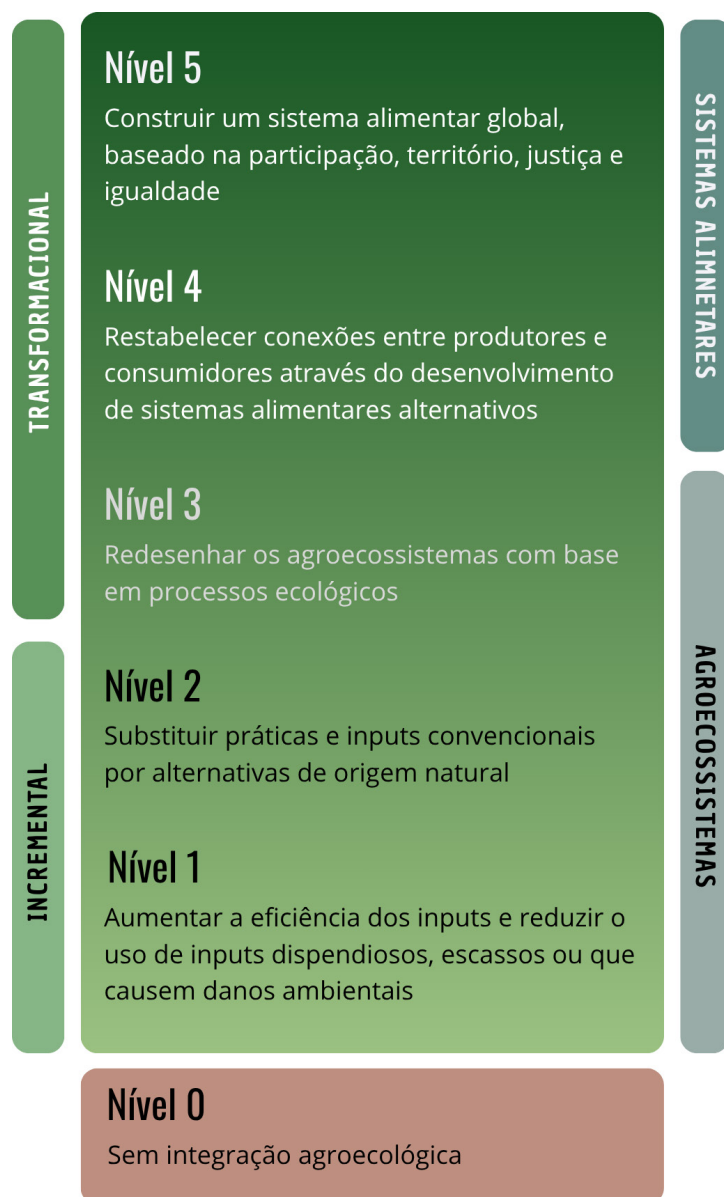


figura 3 _ Etapas de mudança nos sistemas alimentares
(Gliessman, 2016; adaptado de <https://www.agroecology-pool.org/>)

De referir ainda que este quadro conceptual (figura 3) é frequentemente associado ao esquema dos 13 princípios (figura 1) para demonstrar que, à medida que se avança num nível mais elevado, são incluídos cada vez mais princípios, sendo que a assunção da materialização plena da agroecologia só ocorre quando se atinge o nível cinco, quando as comunidades se tornam realmente soberanas em relação ao seu sistema agroalimentar.

Embora não provenha da “escola agroecológica”, mas da agronomia, uma outra construção conceptual que julgamos também bastante útil, relaciona as soluções biotécnicas dos sistemas agrícolas com os respectivos contextos socioeconómicos

(Therond et al., 2017). Na figura 4 podemos ver este modelo organizado em dois eixos cartesianos. No eixo vertical posicionam-se os sistemas agrícolas conforme se baseiam mais no uso de inputs externos (em baixo) ou de serviços de ecossistema (em cima). No eixo horizontal podemos constatar se as suas relações socioeconómicas assentam mais nos mercados globais (à esquerda) ou na integração no território (à direita). Este enquadramento pode, em certa medida, equivaler-se com os cinco níveis de Gliessmann, uma vez que os seus entendimentos se sobrepõem. Contudo, a conceptualização da figura 4 permite um entendimento mais rigoroso, pois o posicionamento de um sistema deixa de ser estanque num dado nível, uma vez que se pode estar em simultâneo num qualquer nível do sistema agrícola (níveis 1 a 3 na escala de Gliessman) e num qualquer outro (ou mesmo em nenhum) do sistema alimentar (níveis 4 e 5). A aprendizagem que daqui antecipamos é a de que o modelo dos cinco níveis, se bem que útil, ao apresentar uma transição linear pode tornar-se simplista e limitado para descrever e intervir na realidade dos sistemas agroalimentares que são necessariamente muito complexos.

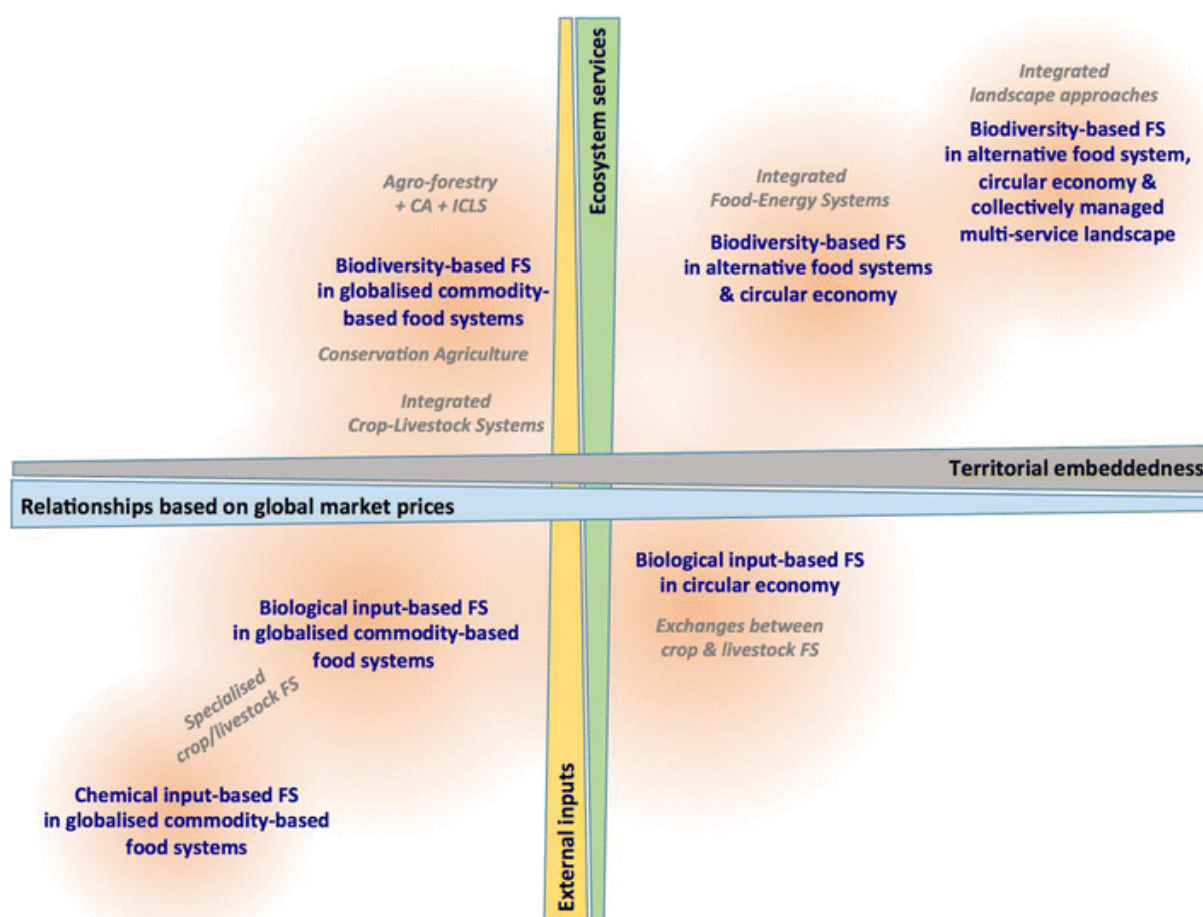


figura 4 _ Seis modelos-chave agrícolas a azul, com os respectivos exemplos característicos a cinzento.
 FS – Farming systems (sistemas agrícolas); CA – Conservation agriculture (agricultura de conservação);
 ICLS – Integrated crop-livestock systems (sistema integrado de criação de gado e culturas)
 (Therond et al., 2017, p. 13)

Sem entrar em pormenor na apresentação da figura, com os seis modelos-chave e respectivos exemplos característicos, deixamos apenas uma reflexão sobre o modelo de “abordagens territoriais integradas”, aquele em que se recorre plenamente aos serviços de ecossistema e se mantém uma integração plena no território. Este modelo diferencia-se do anterior, pois requer a gestão colectiva de uma paisagem multifuncional e claramente remete para o nível cinco de Gliessman (se os quisermos equivaler). O quadro é efectivamente útil, pois permite separar as abordagens centradas na agricultura sustentável das centradas nos sistemas alimentares territorializados, percebendo-se que ambos podem coincidir ou não.

Numa visão mais epistemológica, é hoje consensual que a agroecologia apresenta três grandes formas de manifestação: ciência, prática e movimento social (Wezel et al., 2009). A dimensão prática está mais associada à componente agronómica, enquanto a dimensão movimento social tende a ser mais associada com o sistema alimentar. A ciência, naturalmente, debruça-se tanto sobre as problemáticas da prática quanto do movimento. Os trabalhos de mapeamento das iniciativas agroecológicas tendem, assim, a organizar-se em torno destas três dimensões principais (Migliorini et al., 2018; Wezel et al., 2018). Todavia, mais recentemente, estes trabalhos têm incorporado novas categorias, como a educação/formação e os laboratórios vivos (figura 5) (Wezel et al., 2023). É, contudo, importante notar que esta distinção das iniciativas em categorias não deve ser, de todo, estanque. Pode até causar dificuldades de tipificação, pois facilmente encontramos um colectivo, ou organização, que está em simultâneo comprometido com as dimensões ciência, prática e movimento social. Estas fronteiras nem sempre são óbvias e devem ser entendidas com alguma flexibilidade.

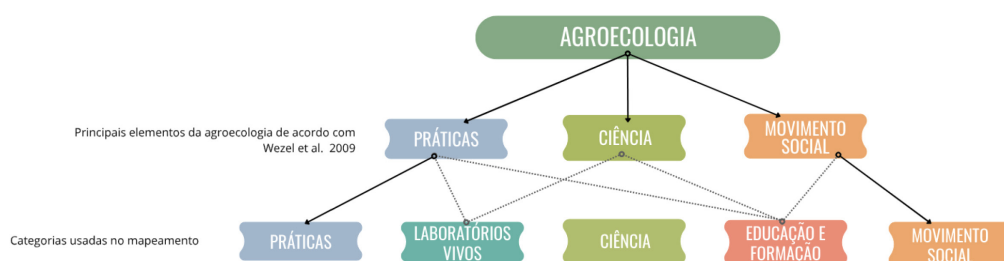


figura 5 _ Categorias utilizadas no relatório “Mapeando o desenvolvimento da agroecologia na Europa” para caracterizar as iniciativas agroecológicas (adaptado de Wezel et al., 2023, p. 8)

Como nota final deste capítulo, podemos referir que a abordagem adoptada neste relatório vai no sentido de retratar as iniciativas nas duas dimensões “Ciência” e “Movimentos sociais”, sendo que estas serão analisadas a partir dos grandes enquadramentos conceptuais da agroecologia, dados pelos 13 princípios e os 10 elementos. Os cinco níveis de transição são também um enquadramento importante, pois servem de critério de inclusão para as iniciativas consideradas, ao incluir apenas as que se posicionam nos níveis 3, 4 e/ou 5, isto é, as que procuram contribuir para a transformação do sistema alimentar dominante num sistema de matriz agroecológica.

CAPÍTULO II – A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Nesta secção discutimos em maior detalhe o conceito de agroecologia, como o mesmo tem evoluído e aquilo que hoje representa, bem como a forma como se interliga com outros temas também ligados à sustentabilidade dos sistemas agroalimentares. Procuramos, assim, contribuir para a clarificação conceptual do que é a agroecologia, tentando ainda ilustrar a discussão teórica com algumas das iniciativas mais inovadoras, emblemáticas e reconhecidas internacionalmente. Esta caracterização do estado da agroecologia no mundo serve-nos de referencial com o qual podemos aferir a situação encontrada em Portugal, de modo a melhor perceber o estágio em que o movimento se encontra no nosso país. Nesta “viagem” internacional pela agroecologia fazemos algumas referências à ciência e a determinados autores, mas vamos principalmente focar-nos nos movimentos sociais e político-institucionais, de modo a perceber como se posiciona hoje o movimento global em prol da transição agroecológica.

O capítulo está estruturado em seis pontos. No primeiro, fazemos uma ressalva para a necessidade em assumir uma perspectiva sistémica capaz de compreender e intervir nos sistemas agroalimentares; no segundo, apresentamos um breve debate sobre o momento e os argumentos que trouxeram para a esfera político-institucional as soluções agroalimentares baseadas na biodiversidade, em oposição ao modelo convencional extractivista e globalizado; no terceiro ponto, apresentamos uma breve história de como tem evoluído o conceito da agroecologia até aos nossos dias, enquanto que no quarto faz-se um descritivo de diversas ferramentas agroecológicas recentes, concebidas para validar a adequação das iniciativas aos valores agroecológicos; o quinto ponto serve para a apresentação de exemplos relevantes de entidades e colectivos globais envolvidos no movimento agroecológico e fechamos o capítulo, no sexto ponto, com um exemplo do trabalho realizado por uma organização na promoção da agroecologia à escala do país.

Gostaríamos de introduzir o capítulo com uma referência à atribuição do *Prémio Gulbenkian para a Humanidade 2024*, pela Fundação Calouste Gulbenkian¹. Este prestigiado galardão foi atribuído a três laureados, duas organizações e uma personalidade. As organizações são o programa *Andhra Pradesh Community Managed Natural Farming* (Índia) e a plataforma de ONG's *SEKEM* (Egipto). Já a individualidade é o Professor Rattan Lal (EUA/Índia). Os três têm em comum o trabalho desenvolvido no âmbito da agroecologia, “demonstrando como a agricultura sustentável beneficia as comunidades, os agricultores, as economias e o planeta”¹, sendo o programa indiano hoje considerado “o maior programa de agroecologia do mundo, envolvendo mais de um milhão de pequenos agricultores”¹. Assinalamos aqui este prémio para ilustrar a relevância que a agroecologia já assumiu à escala global.

¹ <https://gulbenkian.pt/noticias/vencedores-premio-gulbenkian-para-a-humanidade-5-edicao/>

1. COMPLEXIDADE INERENTE AOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

O *think tank* internacional de Especialistas em Sistemas Alimentares Sustentáveis (IPES-Food) produziu o seu primeiro relatório, logo após a sua criação em 2015, subordinado à *nova ciência dos sistemas alimentares sustentáveis* (IPES-Food, 2015). Trata-se de um documento que procura organizar ideias em torno do caminho necessário percorrer para a reforma do sistema alimentar e onde se propõe um quadro analítico para compreender a sustentabilidade dos sistemas alimentares. Retemos aqui uma das grandes conclusões do relatório: os sistemas alimentares são construções extremamente complexas, sobre as quais intervenções pontuais só conseguem gerar resultados incompletos (IPES-Food, 2015). Esta conclusão obriga assim a entender os sistemas alimentares holisticamente e a reconhecer o conjunto muito complexo de actores, processos e interações envolvidos na produção, processamento, distribuição, consumo e deposição de alimentos. Uma visão holística deve procurar perceber como estes diferentes elementos e processos interagem entre si e com os contextos ambiental, social, político e económico de que fazem parte. Na figura 6, e como ilustração da complexidade dos sistemas alimentares, temos um exemplo de como políticas públicas em áreas aparentemente tão distintas têm capacidade para impactar os sistemas alimentares, de modo que uma intervenção que procure ser estruturada e sistémica deverá ter em linha de conta esta diversidade de domínios. Através da figura podemos constatar que essas políticas vão desde os incentivos à produção agrícola e a políticas comerciais, passando pelas políticas energéticas e de ambiente, de regulamentação laboral e subsidiação da alimentação, até às questões de saúde pública e da regulamentação da propriedade fundiária. Todas com potencial para interferir fortemente na gestão e dinâmica dos sistemas alimentares.



figura 6 _ Exemplos de potenciais influências de políticas nos sistemas alimentares
(adaptado de IPES-Food, 2015, p. 4)

Neste contexto, as relações de poder desiguais que se estabelecem no sistema alimentar devem ser reconhecidas e consideradas pelas políticas. Defende-se, assim, que o acesso ao alimento é um problema político que coloca questões de justiça social, responsabilização e não-discriminação. Assinala-se ainda que o poder detido pelas corporações privadas exerce uma forte influência nas dinâmicas dos sistemas alimentares e na sua governança. O relatório defende igualmente que o ideal de sustentabilidade deve estar na base da reforma dos sistemas alimentares, cujos impactos deverão ser avaliados também em escalas mais locais, como por exemplo a escala da paisagem. Para tal, deverão ser consideradas todas as dimensões da sustentabilidade: a ambiental, a social, a económica, mas também a sustentabilidade política, isto é, a legitimação democrática da governança dos sistemas alimentares e das políticas que os orientam (IPES-Food, 2015).

A última questão que este relatório (IPES-Food, 2015) levanta para a construção de uma ciência de sistemas alimentares sustentáveis é a da transdisciplinaridade. Apela-se à eliminação de barreiras entre disciplinas, ao repensar do modelo de criação de conhecimento e ao envolvimento na coprodução de conhecimento pelos diferentes actores sociais. Além do mais, destaca-se que a valoração normativa de diferentes opções de desenvolvimento deve ter subjacente um claro suporte ético que só pode ser alcançado em comum, isto é, em estreito diálogo entre os actores sociais. Este tema da transdisciplinaridade na agroecologia vem bem documentado na literatura científica, sobretudo desde 2013, num trabalho onde se defende que a agroecologia enquanto ciência deve ser praticada de modo transdisciplinar, participativo e orientado para a acção (Méndez et al., 2013).

Desde então, o entendimento dos sistemas alimentares através de uma lente sistémica tem continuado a suscitar grande interesse e a envolver um vasto conjunto de organizações e investigadores. É de destacar, mais recentemente, o relatório de 2024 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), onde o tema é amplamente reconhecido e no qual se propõem estratégias de acção para conseguir *navegar na complexidade dos sistemas alimentares* (O' Maley & Frieling, 2024). Depois de, no ano anterior, o PNUD ter publicado dois relatórios – com um *guia para a colaboração multi-actor*² e com *estratégias para trabalhar com o poder em processos multi-actor*³ –, as propostas deste relatório centram-se na necessidade de construir programas mais eficazes com vista à transformação dos sistemas agrícolas e alimentares. O racional inerente a estas propostas remete sempre para um entendimento da realidade assente numa visão de sistemas complexos. Tal significa que, para se promover a mudança nas dinâmicas dos sistemas alimentares, tem de se desenvolver um raciocínio de complexidade, capaz de antecipar e acolher tensões sociais e respectivas lutas, abandonando as soluções lineares e mecanicistas (O' Maley & Frieling, 2024). Considera-se que presentemente a maioria das análises publicadas com vista à transformação dos sistemas alimentares ainda se foca essencialmente *no que fazer* (geralmente com uma perspectiva técnica) e não em *como o fazer* (O' Maley & Frieling, 2024).

² <https://www.undp.org/facs/publications/rethinking-our-food-systems-guide-multi-stakeholder-collaboration>

³ <https://www.undp.org/facs/publications/working-power-multi-stakeholder-processes>

O texto salienta, ainda, que toda a transformação implica um processo político, competitivo e contestado, e não se resume ao mero resultado de um projecto racional. Este relatório do PNUD considera mesmo que esta dimensão da contestação da transformação dos sistemas alimentares não é ainda devidamente reconhecida. O relatório é um apelo à adopção de visões complexas e uma chamada de atenção para a importância vital que as lutas de poder entre actores têm na construção dos sistemas alimentares, muito para além das visões tecnológicas ou da intervenção por projectos (que é fortemente criticada). Sem nunca se referir à agroecologia, o relatório é, verdadeiramente, um tratado em defesa da transição agroecológica.

2. AGRICULTURA BASEADA NA BIODIVERSIDADE

Como resposta aos efeitos nefastos provocados pelos sistemas alimentares herdados da chamada revolução verde da segunda metade do século XX, assentes em cadeias de abastecimento globais e dominados por megacorporações, duas linhas alternativas têm sido propostas (Duru, Therond, Martin et al., 2015; Gaitán-Cremaschi et al., 2018; Migliorini & Wezel, 2017; Palomo-Campesino et al., 2018). Uma, que mantém o *status quo* e que, essencialmente, procura tornar-se menos nociva e mais eficiente, recorrendo aos avanços tecnológicos, mas que mais não é do que um aprofundamento de todo o modelo da revolução verde. Trata-se de uma agricultura orientada para a eficiência e especialização tecnológica e tem sido muitas vezes denominada de agricultura 4.0, agricultura de precisão ou intensificação sustentável. No entanto, continua a promover a especialização dos territórios, assentando em monoculturas que visam altas produtividades e muito dependentes de inputs externos (Gaitán-Cremaschi et al., 2018; Rains et al., 2011). Na sua base ideológica está, frequentemente, o argumento da necessidade de “alimentar o mundo”. Contudo, o principal resultado deste modelo tem sido o fornecimento de alimentos baratos, apoiados por subsídios, de qualidade nutricional duvidosa⁴ e com os proveitos financeiros a reverterem maioritariamente para as grandes corporações multinacionais. Se quisermos recuperar os níveis de Gliessman (figura 3) esta linha posiciona-se nos níveis 1 e 2 – melhoria incremental.

A segunda linha de pensamento, diametralmente oposta, aponta para uma agricultura baseada na biodiversidade, remetendo para a recuperação de modos ancestrais de utilização da paisagem nos quais a multifuncionalidade agrícola e a utilização dos serviços de ecossistema são características basilares (Duru, Therond & Fares, 2015). Esta abordagem obriga a pensar numa bio-economia baseada no lugar e que se pode materializar em práticas distintas e adaptadas (Horlings & Marsden, 2011). Comporta uma visão transformadora (e não apenas incremental) dos sistemas agroalimentares (níveis 3, 4 e 5 de Gliessman), com a reconfiguração do sistema assentando em redes alimentares alternativas e noutras soluções de inovação socio-ecológica (Yacamán-Ochoa & García-Llorente, 2020). Trata-se, portanto, de uma proposta de sistemas de produção

⁴ Para mais detalhe, ver artigo de opinião onde são referenciados diversos estudos científicos que comprovam a deficiência em nutrientes da produção convencional e a relação entre agrotóxicos e obesidade: <https://www.globalresearch.ca/sick-death-unhealthy-food-failed-technologies/5847886>.

multifuncionais e ecológicos, baseados na confiança, na tradição, no lugar e em cadeias de valor ecológicas, assumindo-se como descentralizados, diferenciados e localizados (Gaitán-Cremaschi et al., 2018).

Embora a primeira linha seja aquela que continua a atrair mais atenção – da investigação, dos agricultores e dos decisores políticos – e mais investimento (DeLonge et al., 2016; Miles et al., 2017), a publicação de dois relatórios em 2009 veio trazer para a esfera pública o potencial das soluções de escala local baseadas na ecologia. Um dos relatórios foi publicado pela International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development (IAASTD), denominado *Agricultura numa Encruzilhada* (McIntyre et al., 2009). O outro foi o relatório submetido pelo relator designado para o direito à alimentação, no Conselho dos Direitos Humanos da ONU, no qual se estabelece a relação entre a agroecologia e o direito à alimentação, bem como o fomento de políticas públicas adequadas para incrementar a escala da agroecologia (Schutter, 2010). Este último relatório sugere mesmo que o aumento de escala das práticas agroecológicas pode incrementar, simultaneamente, a produtividade, a segurança alimentar, os rendimentos e a qualidade de vida, bem como reverter a tendência de erosão genética e de perda de biodiversidade. No final do mandato, em 2014, o relator publicou um relatório conclusivo onde voltou a apelar à mudança dos paradigmas que orientaram as políticas alimentares no século XX, defendendo a reconstrução dos sistemas alimentares locais, apoiados na adopção de políticas nacionais adequadas e que beneficiem de um contexto internacional ajustado a esta estratégia (Schutter, 2014). A IAASTD, por seu turno, também voltou a publicar um relatório passados dez anos com um conjunto de ensaios sobre o que foi alcançado e os desafios que permanecem (Herren & Haerlin, 2020). Estes documentos tiveram assim o inegável mérito de trazer para o debate público o potencial e as virtudes das soluções baseadas na biodiversidade e nas comunidades locais.

Estas, e outras evidências científicas, mostram claramente a importância de se implementarem sistemas agroalimentares alternativos, baseados em princípios agroecológicos, com perspectivas holísticas e que apoiem uma agricultura diversificada e multifuncional (Yacamán-Ochoa & García-Llorente, 2020). A partir daqui os movimentos em prol dos sistemas alimentares alternativos, locais, justos e sustentáveis têm registado um crescimento muito notório e a expansão da agroecologia, enquanto ciência, prática e movimento, acaba precisamente por vir a evidenciar isso mesmo.

3. EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE AGROECOLOGIA

O historial da agroecologia está bem descrito em diversas publicações (Mason et al., 2021; Wezel & Soldat, 2009), mas podemos resumi-lo do seguinte modo: a primeira publicação a fazer uso do termo agroecologia data de 1928 (Wezel & Soldat, 2009) e até à década de 1960 manteve-se como uma prática de gestão a adoptar na exploração. Durante as décadas seguintes dá-se a expansão da agroecologia como disciplina científica e o termo consolida-se na década de 1990 para expressar modelos de produção agrícolas baseados nos princípios ecológicos, permitindo a institucionalização e consolidação da agroecologia enquanto ciência (Wezel & Soldat, 2009). É interessante notar que vários destes modelos de

produção resultam da recuperação (ou preservação) de saberes ancestrais e camponeses. É a ligação a estes modelos tradicionais que traz, para o então emergente campo da agroecologia, as lutas e a defesa dos interesses dos grupos de pequenos agricultores marginalizados (Altieri, 2002). Em 2003, num trabalho que se tornou referencial, é proposto que a agroecologia passe a ser entendida como *a ecologia de todo o sistema alimentar* e não apenas dos sistemas agrícolas (Francis et al., 2003). Em 2007, a *Declaração de Nyéléni*⁵ vem fixar mais um marco neste processo ao apoiar um movimento global com vista à defesa da soberania alimentar, publicando um ano mais tarde um relevante relatório com o balanço de todo o processo⁶. O documento baseia-se em princípios que se mantêm actuais, com o presente entendimento da agroecologia a aproveitar vários dos valores aí definidos para a soberania alimentar.

Dada a progressiva complexidade da agroecologia, em 2009, propõe-se que esta seja entendida como uma prática (ao nível da parcela e da exploração), um movimento social (ao nível dos sistemas alimentares) e uma ciência (debruçando-se tanto na dimensão das práticas como na dos movimentos sociais) (Wezel et al., 2009). Nesta altura, e com o publicação dos relatórios referidos na secção anterior (IAASTD; Schutter), o interesse pela agroecologia aumentou substancialmente, com o trabalho de 2013, de que já falámos, a apontar a investigação em agroecologia como um *processo transdisciplinar, participativo e orientado para a acção* (Méndez et al., 2013).

Em 2015, os intervenientes de Nyéléni voltam a reunir-se para o Fórum Internacional para a Agroecologia, do qual resultou uma declaração que constitui outro marco histórico em todo o movimento, pois, pela primeira vez e de uma forma tão extensa, são apresentados os pilares comuns e os princípios da agroecologia (The International Forum on Agroecology, 2015). Esta declaração dedica também bastante espaço ao combate à cooptação mercantilista do conceito por parte de agentes corporativos. Desde então, diversos fóruns internacionais foram constituídos, tendo resultado no estabelecimento dos 13 princípios da agroecologia pelo HLPE (figura 1), bem como nos 10 elementos da Agroecologia pela FAO (figura 2). Ambos os trabalhos – hoje referências incontornáveis – resultaram de processos longos e muito participados. A título de exemplo, podemos enunciar o relatório da FAO *Catalisando o diálogo e a cooperação para escalar a agroecologia* (FAO, 2018a), documento que representa o culminar de vários seminários *multi-actores* iniciados em 2014 com o Simpósio Internacional em Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional, e no qual os resultados dos diferentes seminários são compilados.

Um outro fórum à escala da Europa (bastante relevante para o contexto português) decorreu em 2017 – 1.º Fórum de Agroecologia na Europa –, dando visibilidade à recém criada associação Agroecology Europe⁷ e trazendo a agroecologia para o debate à dimensão europeia, originando desde logo a publicação de uma primeira caracterização do movimento no continente (Wezel et al., 2018). Este foco da Agroecology Europe no espaço europeu é, junto com outras entidades, como por exemplo a coordenação europeia

⁵ <https://nyeleni.org/IMG/pdf/DeclNyeleni-en.pdf>

⁶ https://nyeleni.org/DOWNLOADS/Nyelni_EN.pdf

⁷ <https://www.agroecology-europe.org/>

da Via Campesina⁸, uma abordagem especialmente importante, pois trata-se do contexto onde Portugal se integra e o trabalho de defesa e coordenação feito por organizações de âmbito continental é da maior relevância para a realidade nacional.

A figura 7 faz um resumo gráfico da evolução que aqui traçámos e permite confirmar como as diferentes dimensões da agroecologia têm evoluído ao longo do tempo, como isso se reflecte em escalas de análise distintas e que manifestações típicas são mais usuais em cada uma das dimensões.

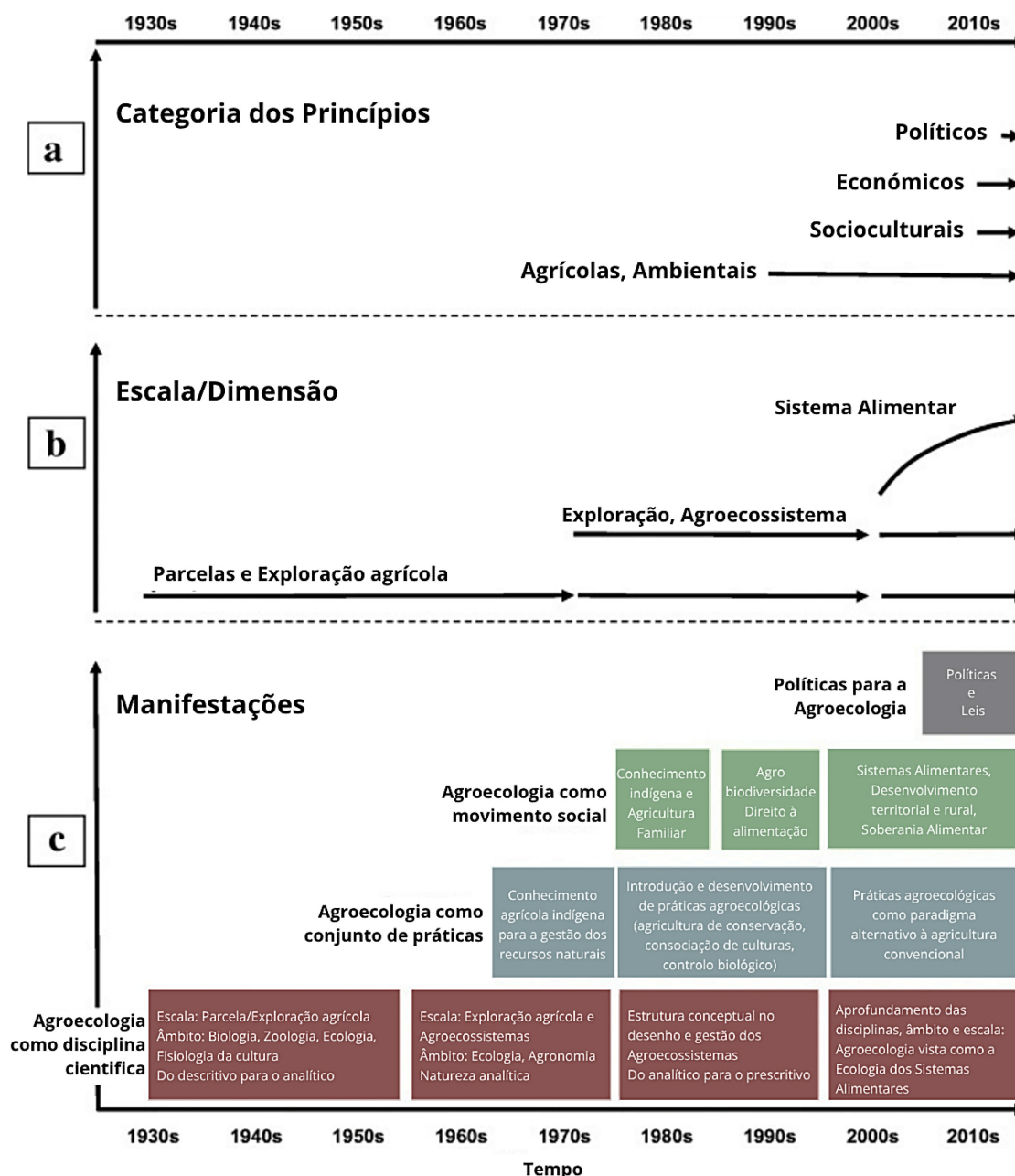


figura 7 _ Evolução histórica da agroecologia e dos seus princípios (adaptado de Wezel et al., 2020, p. 5)

⁸ <https://www.eurovia.org/>

É assim possível constatar que a agroecologia, que começou por ser estudada por referência aos seus princípios ambientais, passou a adoptar princípios económicos e socioculturais e agora, aproximadamente desde 2009, também princípios políticos. A escala de intervenção, que começou por ser a da parcela, evoluiu para o agroecossistema e, mais recentemente, para todo o sistema alimentar. A nível das manifestações, a evolução orientou-se no sentido de a abordagem científica da agroecologia assentar hoje na transdisciplinaridade e na análise sistémica. Por sua vez, as práticas evoluíram para a construção de paradigmas alternativos à agricultura convencional, enquanto o movimento evoluiu para a defesa e promoção do desenvolvimento das comunidades locais e da soberania alimentar. A dimensão política em defesa da agroecologia passa também a ser cada vez mais explícita, tal como iremos constatar no ponto 5 deste capítulo.

4. FERRAMENTAS DE AVALIAÇÃO E VALIDAÇÃO DOS SISTEMAS AGROECOLÓGICOS

Este ponto justifica-se com a intenção de apresentar um conjunto de metodologias recentes criadas para ajudar a determinar quando uma prática, projecto ou política podem ser considerados efectivamente agroecológicos. São assim instrumentos que permitem responder à dúvida muitas vezes colocada de como definirmos se uma iniciativa é agroecológica ou não. Em 2021 ainda se apontava como problemática a falta de critérios e metodologias adequados para avaliar e validar os sistemas agroecológicos, o que constitui um entrave (Dumont et al., 2021) para o desenvolvimento do sector, pois a agroecologia não possuía nenhum sistema de certificação e reconhecimento dos seus produtos (Migliorini & Wezel, 2017). O trabalho de Dumont et al. (2021) procurou, desde logo, dar uma primeira resposta a esta limitação ao ensaiar uma combinação de seis princípios ecológicos históricos com sete princípios socioeconómicos. Com esta proposta, que resulta essencialmente de um trabalho académico de revisão de literatura teórica e empírica, os autores pretenderam aproximar o ideal dos princípios agroecológicos à sua implementação no mundo real. Com base no trabalho empírico desenvolvido chegaram ainda a uma interessante conclusão acerca da coexistência de dois possíveis enquadramentos para avaliar a intensidade agroecológica de um sistema: *i)* pode medir-se a orientação de um sistema para a agroecologia de acordo com o ideal agroecológico ambicionado (alinhado com os princípios da agroecologia) – que designaram de ‘modelo de justificação de práticas’; *ii)* podem medir-se os resultados dos benefícios gerados por sistemas que, não perseguindo ideais agroecológicos, recorrem a práticas que contribuem para os princípios agroecológicos – ‘modelo de avaliação participativa’ (Dumont et al., 2021).

No entanto, nos últimos anos assistiu-se ao surgimento de diversas ferramentas e que permitem dispor de critérios para clarificar o grau agroecológico de uma prática ou de um sistema. De referir igualmente que estas ferramentas se tornaram também muito pertinentes pela sua capacidade para blindar o movimento agroecológico dos riscos de cooptação por agentes corporativos. Passamos, de seguida, à apresentação de quatro delas.

TAPE – Tool for Agroecology Performance Evaluation

Provavelmente, a ferramenta mais conhecida e relevante é a Tool for Agroecology Performance Evaluation (TAPE). O seu desenvolvimento foi impulsionado pela FAO, através de um grupo bastante diversificado. Este trabalho culminou no 2.º Simpósio Internacional de Agroecologia, em 2018, tendo resultado numa publicação científica onde a ferramenta é descrita (Mottet et al., 2020). A ferramenta é aplicada a um determinado contexto territorial através de diversos passos, com a intenção de: *i)* avaliar a intensidade da transição agroecológica dos produtores agrícolas; *ii)* monitorizar e avaliar projectos, ao caracterizar a sua trajectória no sentido da transição agroecológica; e *iii)* avaliar sistemas agrícolas mais vastos de acordo com os elementos da agroecologia (FAO, 2019; Mottet et al., 2020). É importante notar que neste processo não se partiu do zero, uma vez que foi utilizado um conjunto de metodologias e indicadores pré-existentes com vista a aferir a sustentabilidade na agricultura, tendo diversos destes atributos sido incorporados na ferramenta TAPE. Esta, por sua vez, é proposta como uma ferramenta simples de aplicar e que pode avaliar o desempenho multidimensional dos agroecossistemas nas diferentes dimensões da sustentabilidade. Defende-se ainda que a ferramenta pode ser útil para a reorientação dos investimentos públicos para sistemas alimentares mais sustentáveis (Mottet et al., 2020).

A TAPE está disponível na plataforma da FAO dedicada ao conhecimento agroecológico⁹. O documento (FAO, 2019), ainda considerado em versão de teste para aplicação em diversos contextos, funciona como manual para ser utilizado pelas comunidades globais e regionais de prática em agroecologia. Na figura 8 podemos ver como se organizam as diferentes fases de aplicação da ferramenta.

⁹ <https://www.fao.org/agroecology/tools-tape/en/>.



figura 8 _ Quadro analítico global da agroecologia passo-a-passo – TAPE (adaptado de FAO, 2019, p. 11)

A primeira etapa começa com uma descrição dos sistemas e do contexto que se pretende analisar. Passa-se, em seguida, para o diagnóstico, onde se procede à caracterização da transição agroecológica através da aplicação de um questionário e tendo os 10 elementos da agroecologia como referencial estruturante. Segue-se um critério de desempenho, que recorre à informação recolhida no mesmo questionário e onde se mede o progresso em 10 critérios-chave (segurança do acesso às terras, produtividade, rendimento, valor acrescentado, exposição a pesticidas, diversidade das dietas, capacitação das mulheres, oportunidade de emprego jovem, biodiversidade agrícola e saúde do solo). Finalmente, na etapa três, faz-se uma interpretação participativa, já ao nível da comunidade, onde se procuram contextualizar as forças e as fraquezas do sistema e assim enquadrá-las no território em que se situam, conforme foi definido logo na etapa zero. Este é o momento para discutir e desenhar possíveis soluções com vista a valorizar o contexto e a facilitar a transição para o modelo agroecológico.

OASIS, the Original Agroecological Survey Indicator System

Mais ou menos em simultâneo, e também patrocinado pela FAO através do seu escritório regional para a Europa e a Ásia Central, é criado um sistema de medição dos indicadores agroecológicos chamado de OASIS, the Original Agroecological Survey Indicator System¹⁰, com a colaboração da Agroecology Europe. Este trabalho resultou em duas publicações hoje disponíveis em diversas línguas: uma introduz o sistema de indicadores e descreve os seus princípios (Alain et al., 2023); a outra é mais prática e funciona como um manual

¹⁰ <https://www.agroecology-europe.org/oasis-brochure/>

metodológico (Karla et al., 2023). A ferramenta OASIS pretende servir como um enquadramento analítico para aplicação nas explorações agrícolas, contribuindo para identificar como estas se posicionam em termos da respectiva transição agroecológica. A ferramenta aplicada a um vasto conjunto de explorações pode gerar resultados para amplas unidades territoriais e com isso apoiar tanto nos processos de decisão política como na investigação. Tal como o TAPE, o OASIS baseou-se em muitas ferramentas pré-existentes de medição da sustentabilidade na agricultura e orientou-se pelos 13 princípios da agroecologia (figura 1). O OASIS está organizado em cinco dimensões (práticas agrícolas ecológicas, viabilidade económica, aspectos sociopolíticos, ambiente e biodiversidade, e resiliência), que se subdividem em temas, os quais são depois estruturados por critérios. Através de indicadores, os critérios são pontuados, podendo chegar-se, assim, a um determinado resultado. Na figura 9, mostra-se um exemplo de resultado para dois temas pertencentes à dimensão “aspectos sociopolíticos”.

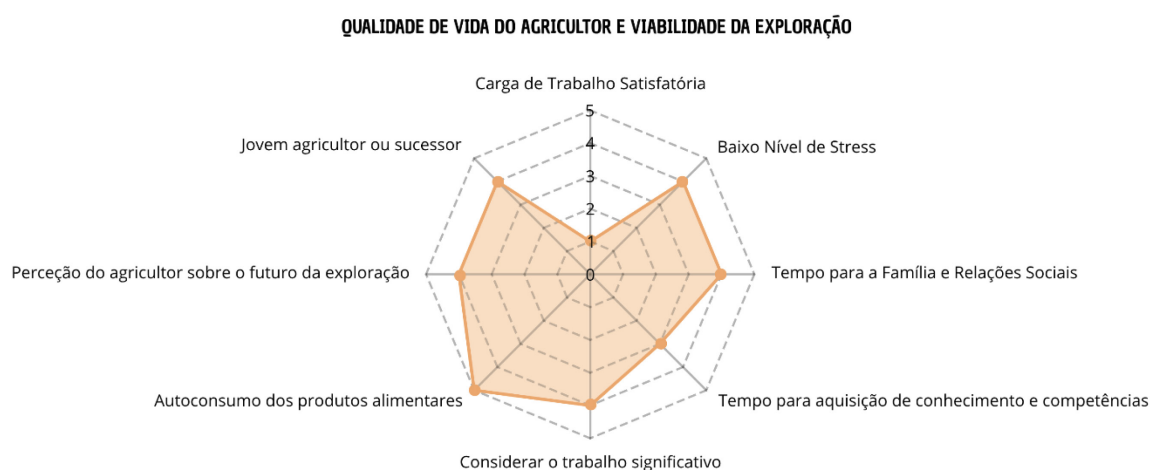


figura 9 _ Exemplo de gráfico gerado pelo OASIS com os resultados dos indicadores para os temas “qualidade de vida” e “viabilidade da exploração” (adaptado de Alain et al., 2023, p. 33)

ACT – Agroecology Criteria Tool

Uma outra ferramenta de avaliação de sistemas agroecológicos, designada de Ferramenta de Critério Agroecológico (ACT), é disponibilizada pela Biovision, organização sediada na Suíça e, desde há longa data, comprometida com o desenvolvimento da agroecologia em África. Esta ferramenta visa possibilitar a avaliação de projectos ou políticas de modo a verificar o quão *agroecologicamente* transformativos eles são¹¹. A metodologia baseia-se na conjugação dos cinco níveis de Gliessman, de mudança nos sistemas alimentares (figura 3) com os 10 elementos da agroecologia (figura 2), procurando analisar um continuum da transição agroecológica e não apenas uma classificação binária (sim ou não). A ferramenta dispõe de um formulário pronto a preencher, passível de aplicar a qualquer situação,

¹¹ <https://www.agroecology-pool.org/methodology/>

existindo ainda um manual explicativo para o seu preenchimento¹². Na figura 10 podemos ver um grafismo com a apresentação dos resultados (ACT). Os cinco níveis têm cores distintas, enquanto os 10 elementos se posicionam no gráfico em radar. Além do âmbito mais geral (projectos ou políticas), foram criadas pela Biovison outras duas ferramentas complementares, estas já baseadas nos 13 princípios da agroecologia: uma vocacionada para o nível da exploração, para aplicar a produtores agrícolas (F-ACT)¹³; outra para o nível da empresa/negócio (B-ACT)¹⁴, focada nas dimensões sociais e ambientais, para aplicar a empresas respeitadoras da agroecologia e pretendendo apoiar investidores e doadores na identificação de oportunidades adequadas.

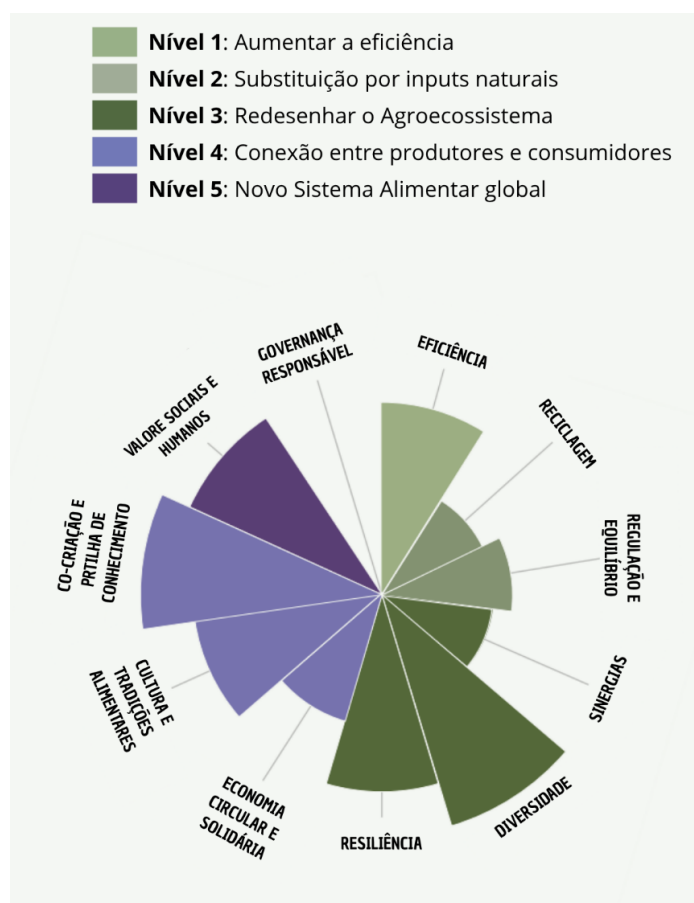


figura 10 _ Exemplo de apresentação de resultados com a aplicação ACT (adaptado de https://www.agroecology-pool.org/wp-content/uploads/2021/08/ACT_User_Guide.pdf)

Agroecology Finance Assessment Tool

Mais recentemente, a Agroecology Coalition elaborou uma *ferramenta de avaliação financeira agroecológica* para avaliar projectos, iniciativas ou cadernos de encargos,

¹² https://www.agroecology-pool.org/wp-content/uploads/2021/08/ACT_User_Guide.pdf

¹³ https://www.agroecology-pool.org/wp-content/uploads/2021/08/F-ACT_User_Guide.pdf

¹⁴ https://www.agroecology-pool.org/wp-content/uploads/2023/08/B-ACT_User_Guide___final.pdf

permitindo medir em que medida estes contribuem para os 13 princípios da agroecologia¹⁵. Esta ferramenta foi construída através de uma comunidade de prática e tendo assim incluído as aprendizagens das ferramentas anteriores. O trabalho foi igualmente publicado num artigo científico (Moeller et al., 2023). Esta ferramenta está alinhada com os 13 princípios da agroecologia (figura 1) e é com base na medição qualitativa de cada princípio que vai fazer a avaliação de projectos, programas e portfólios. A intenção principal consiste em apoiar os processos de financiamento para a transição agroecológica, isto é, perceber em que medida um financiador pode ter a garantia de que está, de facto, a apoiar iniciativas genuinamente agroecológicas. Reconhece-se, logo à partida, que a agroecologia é concebida como uma mudança estrutural de paradigma, abandonando quaisquer ideias de melhorias incrementais dos actuais sistemas alimentares. Esta ferramenta procura evoluir em relação às anteriores, ao permitir uma abordagem integrada e não hierárquica dos projectos e iniciativas, ao contrário do que acontece quando se usam os cinco níveis de Gliessman que reduzem uma realidade complexa e multifacetada a um (impossível) processo linear (Moeller et al., 2023). Enquanto a TAPE faz uma avaliação participativa no terreno, esta ferramenta de avaliação financeira agroecológica está orientada para medir a integração agroecológica de portfólios de projectos de modo pragmático e holístico. Para tal, foi criada uma plataforma online onde os projectos podem pontuar-se de modo a obter resultados por cada princípio agroecológico. Na figura 11 podemos ver um exemplo para o princípio “reciclagem”, com a pontuação a fazer-se com “totalmente”, “parcialmente” ou “nada” e com um conjunto exemplificativo de critérios para cumprir com a pontuação “totalmente”. Esta ferramenta de avaliação financeira tem um conjunto de “alertas” associados antes de se iniciar o preenchimento, de forma a eliminar desde logo o risco de cooptação por parte do sector corporativo.

Principle	AE Score	Spectrum of values	Tags / Criteria / Indicators / Examples for high score
Recycling	2	Relies on natural processes and has mostly closed resource cycles (nutrients, water, biomass, ...) using predominantly local renewable resources, and/or encourages circular economy, especially in waste management	<input type="checkbox"/> Closing nutrient cycles through biomass recycling - at farm or landscape level depending on context (e.g. produce and use own compost, manure incl humanure, biofertiliser) <input type="checkbox"/> Wastewater (greywater) & waste recycling <input type="checkbox"/> rainwater harvesting <input type="checkbox"/> Reusable or recyclable packaging
	1	PARTIALLY	
	0	Makes no effort to close resource cycles or contribute to circular economy, and introduces non-recyclable materials	
	n/a	Project cannot address any dimension of recycling	

figura 11 _ Exemplo do enquadramento de avaliação financeira agroecológica para o princípio “reciclagem” (Moeller et al., 2023, p. 6)

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que a existência destes instrumentos de medição e validação da adequação agroecológica vem demonstrar que há hoje técnicas para esclarecer o que são sistemas agroecológicos. Por outro lado, estas ferramentas podem servir como um excelente meio para que os produtores agroecológicos possam diferenciar

¹⁵ <https://agroecology-coalition.org/agroecology-finance-assessment-tool/>

os seus produtos em relação à produção convencional. O mecanismo dos sistemas participativos de garantia (SPG) tem sido frequentemente apontado como modelo adequado para se fazer este reconhecimento. Certamente que os envolvidos na construção e aplicação de SPG muito beneficiariam se introduzissem as metodologias destas ferramentas nos seus modelos. Os SPG são um tema bem explorado pela IFOAM Organics, com uma secção dedicada¹⁶, onde constam fundamentos, ferramentas e orientações para a sua implementação. Ainda sobre SPG, o Agroecology Fund promoveu em 2024 um webinar, do qual disponibilizou resultados e ligações úteis para quem tenha interesse no assunto¹⁷. Referimo-nos aqui à situação dos SPG, pois trata-se, tal como as ferramentas que aqui se apresentaram, de uma metodologia para reconhecimento e validação das iniciativas agroecológicas.

5. ENTIDADES NO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO GLOBAL

Neste ponto do capítulo dedicado à transição agroecológica, deixamos uma panorâmica sobre algumas das principais organizações internacionais e o trabalho que têm vindo a realizar. Este é um levantamento heurístico, sem intenção de ser exaustivo, e que resulta da experiência dos autores no tema, pelo que muitas outras organizações poderiam ter sido igualmente mencionadas. O que se pretende, no essencial, é ressaltar a importância que o tema da agroecologia tem hoje nos grandes fóruns globais. Por questão de facilidade de entendimento, propomos agrupá-las pelas seguintes categorias: 1) Instituições supranacionais; 2) Organizações privadas emanadas de instituições nacionais e supranacionais; 3) Grupos de reflexão, investigação e comunicação; 4) Organizações da sociedade civil de defesa dos direitos e da soberania alimentar; 5) Organizações da sociedade civil para a transição agroecológica.

5.1. INSTITUIÇÕES SUPRANACIONAIS

Começamos por apresentar um dos organismos que já referimos: a **FAO**. Depois da ronda de eventos entre 2014 e 2018, que culminaram na publicação dos 10 elementos da agroecologia, a FAO criou um portal sobre *o conhecimento em agroecologia*¹⁸. Desde aí, a organização tem desempenhado um importante papel de facilitação do diálogo global e regional sobre a agroecologia. O portal tem um vasto conjunto de materiais, legislação, publicações, vídeos e outra informação útil (ex. a ferramenta TAPE). Trata-se de um portal muito completo, que pode ser regularmente monitorizado mediante subscrição. No entanto, convém referir, como se verá mais adiante, que a “captura corporativa” da FAO está em risco permanente, dado que a organização reflecte bem os constantes conflitos de poder no sector agroalimentar¹⁹. Mais recentemente, a FAO produziu um relatório

¹⁶ <https://www.ifoam.bio/our-work/how/standards-certification/participatory-guarantee-systems>

¹⁷ <https://agroecologyfund.org/participatory-guarantee-systems-for-accessible-agroecology-markets-learning-for-a-way-forward/>

¹⁸ <https://www.fao.org/agroecology/home/en/>

¹⁹ https://foodsystems4people.org/wp-content/uploads/2023/05/EN_Analysis-report-2023_FS4P.pdf

revelando o custo real dos alimentos e que nos parece da maior importância para o movimento agroecológico, pois mostra claramente os custos ocultos (externalidades não contabilizadas) da produção industrializada extractivista (FAO, 2023). Outro documento com peso político significativo, e que formula um conjunto de recomendações políticas aos Estados-Membros, foi publicado em 2021 pelo órgão intergovernamental **CFS – Comité de Segurança Alimentar Mundial** (pertencente à FAO), e no qual se recomenda explicitamente a *adopção de políticas para a agroecologia e outras abordagens inovadoras para a sustentabilidade futura da agricultura e dos sistemas alimentares*²⁰.

Um outro organismo da ONU, igualmente relevante em matéria de transição agroecológica, é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (**PNUD**). Dentro do PNUD foi criada, em 2014, a plataforma *Sistemas de bens alimentares e agrícolas*²¹, que pretende contribuir para a resposta à crise dos sistemas alimentares através de abordagens sistémicas para enfrentar os problemas do sector. Pretende-se que este novo paradigma seja baseado em sistemas e cadeias de valor diversificados, resilientes e agroecológicos e que permitam alcançar progressos económicos, ambientais, sociais e de saúde, sobretudo junto dos pequenos produtores. Como se viu anteriormente, o PNUD é uma entidade profícua em publicações e dispõe de uma vasta equipa afecta a um conjunto diversificado de iniciativas. Se bem que o seu lema seja *construindo sistemas de bens alimentares e agrícolas resilientes, equitativos e sustentáveis*, a presença da palavra “bens” (entenda-se mercadorias), bem como uma parte dos patrocinadores e parceiros, levanta algumas reservas sobre o seu pleno comprometimento com a transição agroecológica. Contudo, tal não transparece de modo algum na sua comunicação e não será inocente o facto de ter perdido, já em 2025, o palavra “bens” do nome da plataforma.

À escala europeia, destaca-se desde logo a **União Europeia (UE)**. A Comissão publicou, já na segunda metade de 2024, um relatório intitulado *Diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na UE – uma visão partilhada para a alimentação e a agricultura na Europa* (European Commission, 2024). Ao longo de vários meses, um conjunto de 29 representantes do sector agroalimentar, sociedade civil, comunidades rurais e academia, discutiu o texto final deste relatório. A forma como diversas entidades do movimento agroecológico se congratularam com a aprovação do texto^{22,23} dá-nos indicação de que a UE se encaminha no sentido desejável de transição para sistemas agroecológicos. Efectivamente, o relatório serve como orientador da acção para criar sistemas agroalimentares socialmente responsáveis, economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis. Apresenta várias orientações para a futura definição da PAC, que se pretende reorientada para o apoio aos agricultores mais necessitados, às comunidades rurais e à prestação de serviços de ecossistema. No relatório vem também especificamente mencionado o incentivo à

²⁰ <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/554aa473-1941-458d-a6f5-5d5dcbc43393/content>

²¹ <https://www.undp.org/facs>

²² <https://www.agroecology-europe.org/joint-press-release-slow-food-and-agroecology-europe-on-the-strategic-dialogue-on-the-future-of-agriculture-and-food-for-greater-ambition/>

²³ https://www.organicseurope.bio/content/uploads/2024/09/IFOAMEU_policy_press-release_Strategic-Dialogue-report_20240904.pdf?dd

adopção de práticas agrícolas mais sustentáveis, com apoio à produção biológica e às práticas agroecológicas, às quais são dedicados subcapítulos próprios.

Ainda nas instituições europeias, há a assinalar a recente constituição do programa **Parceria Agroecológica**. Este programa pretende acelerar a transição dos sistemas agrícolas através dos laboratórios vivos agroecológicos e das infraestruturas de investigação. Trata-se de um projecto Horizon (2024-2030), contando a Comissão Europeia com 72 parceiros nesta iniciativa. O programa é bem claro sobre o que se propõe: “promover a transição em larga escala do sector agrícola em direcção à agroecologia”²⁴. Trata-se de uma plataforma de grande dimensão, para a qual se podem subscrever notificações. Interessa ainda registar que esta plataforma resulta de um trabalho anterior de vários anos, disponível na área de Investigação & Inovação da Comissão Europeia²⁵ e onde se pode encontrar o histórico do processo com destaque para o papel desempenhado pela Comissão Permanente de Investigação Agrícola (SCAR) na sua condução. Aqui é feita referência a diversas políticas, das quais destacamos o Pacto Verde Europeu, a estratégia do Prado ao Prato, a Rede Europeia de Laboratórios Vivos e, finalmente, os projectos All-Ready e AE4EU, que contribuíram para a constituição e estruturação desta parceria.

5.2. ORGANIZAÇÕES PRIVADAS EMANADAS DE INSTITUIÇÕES NACIONAIS E SUPRANACIONAIS

Nesta secção começamos por apresentar o **Grupo Consultivo em Investigação Internacional na Agricultura (CGIAR)**. Fundado em 1971, sob a alçada de diversos organismos da ONU, evoluiu para 15 centros de pesquisa espalhados pelo mundo e é hoje constituído por 64 delegações, contando com aproximadamente 9000 colaboradores. O propósito da sua criação foi a implementação internacional da revolução verde para “combater a fome no mundo”. Porém, a necessidade de acompanhar os desafios globais que o mundo enfrenta fez com que, em 2019, o CGIAR lançasse uma ambiciosa transformação – One CGIAR²⁶. Com esta pretende coordenar-se internamente através de uma parceria global com vista a dar resposta aos desafios do sector agrícola e da natureza interrelacionada dos sistemas alimentares, terrestres e aquáticos. Não é assim de estranhar que, em 2022, o CGIAR tenha lançado uma iniciativa em agroecologia²⁷, a qual tem como parceiros oito centros CGIAR (todos do Sul Global), entre diversas outras organizações (contando aqui com algumas europeias). Sintomático do carácter holístico da agroecologia, a iniciativa integra as cinco áreas de investigação do CGIAR. O objectivo primordial da iniciativa em agroecologia é desenvolver e escalar inovações agroecológicas junto de pequenos agricultores e outros actores do sistema agroalimentar em diversos contextos socio-ecológicos. A sua constituição apoiou-se num trabalho anterior denominado plataforma de parceria transformativa para a agroecologia

²⁴ <https://www.agroecologypartnership.eu/>

²⁵ https://research-and-innovation.ec.europa.eu/research-area/agriculture-forestry-and-rural-areas/ecological-approaches-and-organic-farming/partnership-agroecology_en

²⁶ <https://www.cgiar.org/food-security-impact/one-cgiar/>

²⁷ <https://www.cgiar.org/initiative/agroecology/>

(Agroecology TPP, AE TPP)²⁸. Do imenso trabalho entretanto produzido pela iniciativa podemos destacar, logo aquando do lançamento em 2022, uma comunicação a defender que a agroecologia está a ganhar *momentum*²⁹, texto que resume bem o actual estado do movimento agroecológico.

O **Agroecology TPP** (AE TPP) é mais um espaço de desenvolvimento da agroecologia. Está organizado em oito domínios de actuação, todos eles devidamente alinhados com os princípios agroecológicos. Funciona em comunidade de prática e, por isso mesmo, a adesão é incentivada. Trata-se de um espaço de co-criação, que procura acelerar e coordenar as acções de diferentes organismos envolvidos na agroecologia em diversas escalas, contextos e locais. Lançado em 2019, o seu secretariado encontra-se no **Centro para a Investigação Internacional em Florestas + Agrofloresta do Mundo (CIFOR-ICRAF)**, centro do CGIAR. Como secretariado, o CIFOR-ICRAF tem igualmente um espaço próprio na sua página de Internet para o AE TPP³⁰ na qual pode ler-se, logo na página de entrada: “O futuro da alimentação: Servindo as pessoas e o planeta – Porque é que a agroecologia é o futuro dos sistemas alimentares”. Neste espaço podemos ainda encontrar relatórios de progresso, muitas notícias, vídeos e explicações. Dentre estes, merece destaque um relatório onde são apontados caminhos para as políticas públicas que fomentem a transição agroecológica (Place et al., 2022). O CIFOR-ICRAF já vinha a manter a agroecologia como um dos seus tópicos de investigação (junto com a agrofloresta), daí que não seja de estranhar ter ficado a secretariar o AE TPP e estar a dar-lhe tanta visibilidade.

O **Mecanismo da Sociedade Civil e Povos Indígenas (CSIPM)** para as relações com o Comité das Nações Unidas sobre Segurança Alimentar Mundial (CFS)³¹ é outro dos organismos que merece ser destacado. O mecanismo foi criado em 2010 pelo referido Comité das Nações Unidas com o propósito de dar voz aos grupos mais afectados pela insegurança alimentar. Trata-se de um órgão com plena autonomia no qual as organizações participantes representam mais de 380 milhões de membros. Frequentemente abreviado como **CSM** (Mecanismo da Sociedade Civil), tem feito contributos muito relevantes com relatórios em diversas temáticas, como a redução das desigualdades no acesso à alimentação. Mas a sua acção mais notória vai ser o facto de a organização estar na génese da oposição à Cimeira das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares de 2021, e para a qual vai envolver um vasto conjunto de entidades. Assim que a cimeira foi anunciada, a CSM receou que a mesma mais não fosse do que servir para reforçar os interesses do comércio e finança global, dominados por corporações, e sem considerar os desejos e as necessidades da maioria da população mundial³². Assim, enviou uma carta ao secretário-geral das Nações Unidas, subscrita por mais de 500 organizações, revelando estas preocupações. Ao longo de 2020, lançou um convite aberto³³ apelando ao

²⁸ <https://glfx.globallandscapesforum.org/topics/21467/page/TPP-home>

²⁹ <https://www.cgiar.org/news-events/news/325255-autosave-v1/>

³⁰ <https://www.cifor-icraf.org/agroecology-tpp/>

³¹ <https://www.csm4cfs.org/>

³² <https://www.csm4cfs.org/policy-processes/challenging-the-food-systems-summit/>

³³ <https://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2020/10/EN-Open-Call-on-UN-Food-Systems-Summit-12-October-2020-1.pdf>

envolvimento de todos os “movimentos, redes e organizações” para a construção de um processo colectivo de oposição à Cimeira das Nações Unidas. O convite clarifica, num breve historial onde o papel do IPC (veremos esta organização no ponto 5.4.) é assinalado, a legitimidade da iniciativa por parte da CSM, enquanto representante da maior plataforma global da sociedade civil pelo direito à alimentação e à soberania alimentar. Na carta é partilhada uma visão para a transformação do sistema alimentar industrial no sentido de considerar: i) o alimento como direito fundamental e não mercadoria, o qual deve estar intrinsecamente ligado com os direitos humanos; ii) o reforço da soberania alimentar, apelando ao controlo democrático sobre os recursos; iii) a adopção da agroecologia como resposta adaptável a diferentes realidades; iv) a adopção de uma visão de sistemas alimentares que assumam uma abordagem sistémica e holística; v) a transformação da governança dos sistemas alimentares. Já em 2021, depois de um longo debate, foi convocada uma mobilização mundial num evento online e offline, reivindicando a soberania popular sobre os sistemas alimentares³⁴, evento que contou com cerca de 9000 participantes.

Este movimento de contrapoder, que podemos considerar marcante para a causa agroecológica, acabou por originar a criação da estrutura **Food Systems 4 People**³⁵. Este espaço de mobilização popular agrega todo o processo designado como *Resposta popular autónoma à cimeira dos sistemas alimentares das Nações Unidas*. Com a organização da segunda cimeira, em 2023, o movimento voltou a reunir-se para antecipar um novo evento de contra-mobilização para o qual realizaram, por exemplo, diversos artigos, relatórios e webinars³⁶. Observa-se ainda um trabalho intenso, claramente em parceria com o IPES-Food, que também publicou um relatório sobre a problemática (IPES-Food, 2023b), ao denunciar a captura corporativa da estruturas globais de governança alimentar, sendo a FAO um dos organismos mais visados³⁷. Neste relatório, na secção sobre intenções, apela-se à necessidade de uma transformação radical dos sistemas alimentares e aponta-se para a existência de soluções, que, necessariamente, passarão pela agroecologia e a soberania alimentar.

Mais recentemente, uma organização que tem vindo a ganhar muita relevância é a **GIZ (Agência Alemã de Cooperação Internacional)**, que está sob tutela do ministério alemão de Desenvolvimento e Cooperação Económica. Trata-se de uma entidade facilitadora de serviços de desenvolvimento, gerando um volume de negócios de 4 mil milhões de Euros em 2023³⁸. Opera em 120 países e persegue o lema *um mundo em que vale a pena viver*. Desde 2019 que coordena um projecto de promoção da agricultura biológica e agroecologia em África³⁹, a partir do qual começou a estabelecer uma forte ligação com a agroecologia.

³⁴ <https://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2021/07/FSS-call-to-action-PT.pdf>

³⁵ <https://foodsystems4people.org/>

³⁶ Para melhor entendimento do processo, sugerimos a consulta da respectiva declaração: <https://foodsystems4people.org/to-overcome-the-global-food-crisis-we-need-real-food-systems-change-for-people-and-the-planet/>

³⁷ https://foodsystems4people.org/wp-content/uploads/2023/05/EN_Analysis-report-2023_FS4P.pdf

³⁸ <https://www.giz.de/en/html/index.html>

³⁹ <https://www.giz.de/en/worldwide/141155.html>

A partir também de outros projectos (ex. promoção do desenvolvimento rural sustentável), a GIZ tem vindo a produzir diversos documentos sobre a agroecologia. Destacam-se o documento *Agroecologia – dos princípios aos caminhos transformativos*⁴⁰, um folheto sobre agroecologia⁴¹, uma folha informativa sobre as perspectivas de emprego em agroecologia⁴², um documento com o potencial económico da agroecologia⁴³ e, porventura o mais significativo, um guia metodológico para *análise dos efeitos socioeconómicos e ambientais das práticas agroecológicas* (Kaufmann et al., 2023). Tudo documentos de 2023 e 2024.

5.3. GRUPOS DE REFLEXÃO, INVESTIGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Nesta secção relativa a entidades com um perfil de reflexão, investigação e comunicação no domínio da agroecologia apresentamos quatro organizações. A primeira, a **Food Tank**⁴⁴, é um tradicional *think tank*, neste caso dedicado a promover uma transformação positiva dos processos e das práticas de produção e consumo de alimentos. Esta organização assume-se como uma comunidade global defendendo a mudança do sistema alimentar. Muito baseada nos EUA – daí retratar predominantemente essa realidade –, promove eventos, publicação de artigos, comunicados de imprensa e organiza-se em dois grupos de trabalho, um com directores de sustentabilidade de empresas e outro com académicos.

Um outro grupo que salientamos é a **Aliança Global para o Futuro da Alimentação**⁴⁵. Fundada em 2012, trata-se de uma aliança estratégica de fundações filantrópicas. Tem já uma estrutura de considerável envergadura, apresenta uma visão sistémica do sistema agroalimentar e baseia-se em sete princípios, todos claramente alinhados com a agroecologia. A aliança tem uma estratégia tripartida de i) “reforçar a evidência” (publicação de relatórios e avaliações); ii) “estimular a colaboração” (organização de eventos); e iii) “estimular a acção” (com iniciativas específicas, onde podemos encontrar uma ferramenta para contabilização do custo real dos produtos agrícolas⁴⁶, em sinergia com o anterior trabalho da FAO). Se analisarmos a entidade mais em detalhe, acabamos por concluir que o seu grande contributo se centra na produção de ferramentas e enquadramentos com vista a estimular uma ampla transformação dos sistemas alimentares transversal a diferentes escalas e sectores, o que é evidente nos vários relatórios publicados. O relatório *Cultivando a mudança* é um exemplo do trabalho desenvolvido. Aí apela-se à mobilização de fundos financeiros que contribuam para o

⁴⁰ <https://www.giz.de/en/downloads/giz2024-en-agroecology-from-principles-to-transformative-pathways.pdf>

⁴¹ <https://www.giz.de/en/downloads/giz2023-en-info-agroecology.pdf>

⁴² https://www.snrd-africa.net/wp-content/uploads/2023/07/Factsheet_Agroecology_Employment_Promotion_EN.pdf

⁴³ <https://www.giz.de/en/downloads/giz2024-en-on-the-economic-potential-of-agroecology.pdf>

⁴⁴ <https://foodtank.com/>

⁴⁵ <https://futureoffood.org/>

⁴⁶ <https://futureoffood.org/accelerating-true-cost-accounting/>

desígnio de converter 50% da agricultura em sistemas agroecológicos até 2040 (Global Alliance for the Future of Food, 2024). Neste documento são ainda apresentadas estimativas do investimento necessário para se conseguir alcançar este objectivo.

Uma outra organização aqui relevante é a **Agroecology Now**⁴⁷. Este colectivo tem por base um projecto de investigação, acção e comunicação e pertence ao Centro para a Agroecologia, Água e Resiliência, da Universidade de Coventry, no Reino Unido. O seu foco circunscreve-se, predominantemente, à co-produção e mobilização de conhecimento com outros parceiros, de forma a avançar com transformações societárias em linha com os princípios da agroecologia. O portal online da organização é muito completo, podendo aceder-se a publicações, projectos, comunicados de imprensa, acção política⁴⁸, bem como a uma secção de recursos onde se podem encontrar ligações para organizações globais envolvidas na promoção da agroecologia, listas de bibliografia ou mapas de iniciativas.

Por último, identificamos aqui o **IPES-Food**⁴⁹. Ao longo do presente relatório há várias referências ao trabalho desenvolvido por este organismo, sinal do lugar de destaque que ocupa em matéria de produção de conhecimento e orientações de política. Organiza-se num painel de 25 especialistas oriundos dos cinco continentes e com uma equipa multidisciplinar. Constituído em 2015, tem sido uma voz activa, propondo soluções políticas e coligações para responder aos maiores desafios que o sector agroalimentar enfrenta. O painel baseia-se numa visão agroecológica transformativa, conducente a “sistemas alimentares diversos e resilientes que garantam a equidade social, ecossistemas e comunidades vibrantes e o acesso a alimento saudável e sustentável para todos”⁵⁰. Tem produzido também alguns vídeos interessantes, pelo que deixamos aqui a ligação para o vídeo sobre a agroecologia⁵¹.

5.4. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE DEFESA DOS DIREITOS E DA SOBERANIA ALIMENTAR

Nesta tipologia encontramos as organizações mais vocais, que defendem acerrimamente a defesa dos direitos de grupos mais marginalizados e que têm no conceito de soberania alimentar o seu grande denominador comum. Com o tempo evoluíram para acolher a agroecologia na sua narrativa, acrescentando à soberania alimentar temáticas como metodologias de investigação ou práticas agrícolas regenerativas.

A primeira organização que apresentamos é o **Comité Internacional de Planeamento para Soberania Alimentar (IPC)**⁵². Trata-se de uma plataforma global autónoma e auto-organizada de organizações de pequenos produtores agrícolas e movimentos sociais de

⁴⁷ <https://www.agroecologynow.com/>

⁴⁸ A título de exemplo podemos confirmar que a Agroecology Now é uma das organizações mais envolvidas no debate acerca do défice democrático da Cimeira dos Sistemas Alimentares da ONU

⁴⁹ <https://ipes-food.org/>

⁵⁰ <https://ipes-food.org/our-approach/>

⁵¹ <https://www.youtube.com/watch?list=PL0pDKBoKM0cJSanDBo3OITx91r0AVBLkM&v=mivnqVqgieE>

⁵² <https://www.foodsovereignty.org/>

base comunitária com vista à promoção da soberania alimentar. Representa mais de 6000 organizações a que correspondem 300 milhões de pequenos agricultores. Actualmente dispõe de um grupo de trabalho em agroecologia (o que confirma a conclusão do parágrafo anterior). O surgimento do IPC remonta a 1996, através da organização de um fórum paralelo de ONG, já como resposta à Cimeira Mundial Alimentar de então organizada pela FAO⁵³. Este fórum proporcionou à recentemente criada La Via Campesina a oportunidade de apresentar a ideia de soberania alimentar. O direito à alimentação é também um conceito que é aqui lançado. Em 2002, na cimeira que se seguiu, o IPC é instituído como um espaço de coordenação das diversas organizações, sendo formalmente reconhecimento pela FAO. O IPC é a principal entidade por detrás da mobilização para a organização do Fórum de Nyéléni, cuja importância ficou bem vincada no ponto 3 deste capítulo, e desde então o movimento como que ganhou vida própria. E assim passou a ter cada vez maior capacidade de influência junto da FAO. O Comité Mundial em Segurança Alimentar é convertido num fórum de política global e nessa altura é criado o Mecanismo da Sociedade Civil (CSM) que se inspira no modelo orgânico do IPC. É sobretudo por via destas influências que a agroecologia entra no programa político da FAO. Em 2020, o IPC publica um manual com a sua apresentação, onde também consta este historial⁵⁴. O IPC mantém-se muito activo no que respeita à produção de comunicados e cartas abertas, e continua a manter vivo o “processo” de Nyéléni⁵⁵ que resultou, já em 2025, no 3.º fórum global de Nyéléni, realizado no Sri Lanka⁵⁶.

Em termos de estrutura, o IPC tem uma subdivisão Regional, existindo um grupo dedicado à Europa e Ásia Central – **Nyéléni ECA**⁵⁷. Este grupo surgiu após o 1.º Fórum Europeu de Nyéléni para a Soberania Alimentar, realizado em 2011, do qual resultou uma declaração europeia em soberania alimentar. Cinco anos mais tarde é organizado o 2.º Fórum Europeu de Nyéléni, que representou um momento marcante para este movimento a nível europeu e deu origem à publicação de um relatório, onde se apresentam campanhas e acções, bem como os resultados estratégicos entretanto alcançados⁵⁸.

Outro duo de organizações relevantes neste domínio são a **Coligação Popular para a Soberania Alimentar (PCFS)**⁵⁹ e a **Global People’s Caravan**⁶⁰. São ambas semelhantes nos seus propósitos e formas de actuação. Sendo oriundas principalmente do Sul Global, estão muito centradas nas lutas contra a “governança global imperialista” dominada por empresas transnacionais e assente em “sistemas alimentares sedentos de combustíveis fósseis”. Dispõem de diversos materiais para campanhas e manifestações e, como é de esperar, estão na base da *Cimeira global popular sobre sistemas alimentares* (envolvimento

⁵³ <https://www.foodsovereignty.org/about/>

⁵⁴ https://www.foodsovereignty.org/wp-content/uploads/2020/06/IPC_Handbook_EN.pdf

⁵⁵ <https://www.foodsovereignty.org/nyeleni-process/>

⁵⁶ <https://nyeleniglobalforum.org/3rd-nyeleni-global-forum/>

⁵⁷ <https://nyeleni-eca.net/>

⁵⁸ https://nyeleni-eca.net/sites/default/files/2017-04/Nyeleni%20Europe%20Report%202016_web.pdf

⁵⁹ <https://pcfs.global/>

⁶⁰ <https://ourfoodsystems.org/>

que já encontrámos também na CSM e na Food Systems 4 People). Têm como pilares da defesa dos sistemas alimentares a “justiça, equidade, saúde e sustentabilidade”, que sirvam os interesses das pessoas e do planeta. Encontram na agroecologia a resposta a estes desafios e apelam activamente ao desmantelamento da Organização Mundial do Comércio⁶¹.

Mesmo sabendo que muitas organizações serão deixadas de fora desta lista, não podemos terminar sem referir aquela que será porventura a mais conhecida de todas – a **La Via Campesina**⁶². Fundada em 1993, como um movimento internacional que agrega camponeses, trabalhadores rurais, povos indígenas, entre outros, representa hoje mais de 200 milhões de pequenos produtores, por via das 180 organizações que a integram. Como vimos, foi esta coligação que apresentou o conceito de soberania alimentar no Fórum paralelo de ONG de 1996⁶³. Tem como uma das suas maiores conquistas a adopção, em 2018, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da *UNDROP – Declaração sobre os direitos dos camponeses e outros trabalhadores rurais*. Desenvolvem campanhas em diversas frentes, como a campanha global para uma reforma agrária popular, ou para a preservação de sementes tradicionais. Apresentam, tal como outros grupos globais, uma subdivisão regional. Dentro dos tópicos de trabalho, merece destaque o tópico em *Agroecologia, biodiversidade e sementes camponesas*, e optam por denominar sempre a prática como “agroecologia camponesa”. São uma organização muito activa na produção de publicações, campanhas, podcasts e até materiais formativos, tanto relacionados com a declaração UNDROP como com a formação em agroecologia política. Dentro dos grupos regionais destacamos a **Coordenação Europeia da Via Campesina (ECVC)**⁶⁴, colectivo cuja origem é ainda anterior ao movimento global, mas que se constituiu como tal em 2008 através da fusão de duas organizações pré-existentes. É hoje uma confederação de organizações europeias com 31 membros, assente nos princípios da *soberania alimentar, da agroecologia e dos direitos camponeses*, tendo como rede principal a aliança política e social da Nyéléni Europa e Ásia Central. Tem desenvolvido um trabalho bastante vasto – e autónomo – donde poderão ser destacados o documento sobre *Agroecologia camponesa*⁶⁵, trabalho de 2022 que se baseia na apresentação de vários estudos de caso, bem como o relatório em *Como implementar a UNDROP a nível europeu e nacional com vista à promoção dos direitos dos pequenos agricultores* (Faraoni & Mammanna, 2024).

5.5. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

A primeira organização que assinalamos aqui é a **Agroecology Coalition**⁶⁶. A sua criação está ligada à cimeira de 2021 da ONU, a que se aludiu anteriormente. Esta cimeira representou uma oportunidade para estabelecer, por intermédio da coligação, um

⁶¹ <https://pcfs.global/dismantling-wto-will-help-solve-food-crisis/>

⁶² <https://viacampesina.org/en/>

⁶³ <https://www.foodsovereignty.org/about/>

⁶⁴ <https://www.eurovia.org/>

⁶⁵ https://www.eurovia.org/wp-content/uploads/2022/04/Agroecology_EN.pdf

⁶⁶ <https://agroecology-coalition.org/> (o sítio tem uma versão em português)

mecanismo que permitisse aos Estados e às organizações colaborar na transformação dos sistemas alimentares através da agroecologia. A *Coalition* conta já com mais de 300 membros e é hoje a principal voz global do movimento agroecológico. Com um secretariado permanente criado em 2023, a coligação está organizada através de cinco linhas de acção e seis grupos de trabalho. Produziu um interessante vídeo de apresentação que merece ser partilhado⁶⁷. Com um vasto repositório disponível, conforme seria de esperar pelo perfil de uma organização global, destacamos a acção do seu grupo de trabalho em *Finança e investimentos* através do lançamento da *Ferramenta de avaliação de financiamento agroecológico* (referida no ponto 4) e que foi apresentada aproveitando a Cimeira da ONU de 2023. O trabalho mediático mais marcante da coligação é o documento com a *Estratégia 2024-2030, acelerando a transformação dos sistemas alimentares através da agroecologia* (Agroecology Coalition, 2024), que resultou de um ano de consultas aos membros da organização e com o qual se pretende atingir vários objectivos relacionados com o aumento dos investimentos na agroecologia, o reforço das políticas de incentivos e o apoio aos mercados e a modelos de negócio inclusivos. A sua publicação, em Junho de 2024, foi amplamente divulgada e positivamente acolhida.

Vocacionada para a recolha de financiamentos para a promoção da agroecologia, temos o **Agroecology Fund**⁶⁸. Fundado em 2011, a principal missão da organização passa pela recolha de fundos a partir de doações, que gere como um processo participativo de atribuição de apoios coordenado por conselheiros especialistas. Começou com poucos recursos financeiros durante os primeiros anos, mas a situação foi-se invertendo progressivamente a ponto de, na sequência do plano estratégico em curso⁶⁹, prever ultrapassar os 9 milhões de dólares de fundo de financiamento disponível para 2026. A sua metodologia recorre a um processo de financiamento filantrópico baseado na confiança. Mantendo um vasto conjunto de princípios e estratégias pertinentes, a organização tem sido uma voz muito activa na procura de soluções transformativas, através de relatórios, comunicados de imprensa e *webinars*. Subscrive, como parceiro filantrópico, o documento da Aliança Global para o Futuro da Alimentação (anteriormente referido), onde se apela à necessidade de multiplicar por 10 os financiamentos actualmente disponíveis, com o intuito de converter 50% dos sistemas agrícolas em sistemas agroecológicos e regenerativos em 2040 e 100% em 2050 (Global Alliance for the Future of Food, 2024).

Também com um papel muito relevante, a **Biovision**⁷⁰ (já por diversas vezes aqui referida) é uma fundação independente, sediada na Suíça, com actividade centrada na África Subsaariana e mais recentemente também na Suíça. Sintomático da importância que tem, apenas num ano (2023) tornou possível o lançamento de 200 iniciativas agroecológicas. A Biovision foi fundada em 1998 com o objectivo de melhorar as condições de vida no continente africano, preservando a natureza como o suporte da vida e da sociedade. A partir de 2008, passou a ter uma acção política com vista à transformação dos sistemas

⁶⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=2q4zjChKBCM>

⁶⁸ <https://agroecologyfund.org/>

⁶⁹ <https://agroecologyfund.org/wp-content/uploads/2024/02/Strategicplan-Mediumresolution-1.pdf>

⁷⁰ <https://www.biovision.ch/en/>

alimentares em convergência com os princípios agroecológicos. A fundação tem um estatuto internacional de grande prestígio (membro consultivo no Conselho Económico e Social da ONU) e a partir de 2017 começou a intervir no próprio país onde está sediada, com a criação da *Rede Suíça para o desenvolvimento de soluções sustentáveis*. A partir de 2021 passou a ser parceiro oficial da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (órgão do governo federal), que financia os seus projectos internacionais.

Pelo impacto do seu trabalho, a Biovision tornou-se numa referência global e, na sequência do projecto A4A – *Advocacy for Agroecology*, foi criada uma plataforma para disseminação de resultados e ferramentas – **Agroecology Info Pool**⁷¹. Este portal, a que já nos referimos pela criação das ferramentas ACT para avaliar a adequação agroecológica dos sistemas, pretende ser um espaço para fomentar uma visão sistémica da agroecologia. Serve também como uma plataforma que reúne informação muito diversificada sobre o tema. Mesmo após o fim do projecto A4A, o portal continuou a ser alimentado com novas iniciativas, como por exemplo novas secções sobre facilitação de enquadramentos políticos para a agroecologia e investimento no caso de negócios agroecológicos. Estas iniciativas distintas acabam por contar sempre com parceiros diferentes, de acordo com o contexto. O Agroecology Info Pool é hoje como uma fonte preciosa de informação e de ferramentas sobre a agroecologia.

A **Agroecology Europe**⁷², a que também já nos referimos a propósito da ferramenta OASIS, é por excelência a associação europeia para a promoção da agroecologia. Foi fundada em 2016, tendo organizado o Fórum Europeu da Agroecologia em 2017 e, desde aí, vem promovendo esse encontro a cada dois anos. Pretende colocar a agroecologia no topo das agendas políticas relativas aos sistemas agroalimentares sustentáveis. Adota uma abordagem muito diversificada e participativa, com iniciativas diversas, incluindo a organização de conferências, consultas públicas e a coordenação de projectos (ex. projecto AE4EU⁷³, que serve, em certa medida, de inspiração a este relatório). Dispõe de um mapa com iniciativas agroecológicas em curso na europa⁷⁴ e disponibiliza também muitas publicações, bem como divulgação de acções de formação. Tudo isto não é de estranhar, dada a presença de parte significativa das personalidades europeias mais notáveis no campo da agroecologia como membros fundadores da associação.

Para finalizar, apresentamos um conjunto de organizações, cuja génese não teve uma relação directa com a agroecologia, mas que acabaram por se aproximar e inscrever neste campo, na busca de respostas para muitos dos seus desafios. Referimo-nos à IFOAM, ao WWF, ao PAN e à Slow Food. A **IFOAM Organics International**⁷⁵ é, desde a sua fundação em 1972, como Federação Internacional do Movimento da Agricultura Biológica, o representante do movimento internacional para a agricultura biológica. Sempre pautou a sua acção pela defesa dos princípios da “saúde, ecologia, justiça e cuidado”. Este

⁷¹ <https://www.agroecology-pool.org/>

⁷² <https://www.agroecology-europe.org/>

⁷³ <https://www.ae4eu.eu/>

⁷⁴ <https://www.agroecology-europe-hub.org/en/homepage-map>

⁷⁵ <https://www.ifoam.bio/>

posicionamento manteve a IFOAM sempre alinhada com um espírito transformativo da agricultura com vista à sua genuína sustentabilidade. O documento estratégico *Organic 3.0* é disso um exemplo (Markus et al., 2016), pelo que não é de estranhar que a IFOAM tenha vindo progressivamente a adoptar o conceito de agroecologia no seu discurso, cada vez mais orientado para a “agricultura biológica e agroecologia”. De resto, esta é uma tendência geral que se encontra no movimento da produção em modo biológico, ao procurar fortalecer-se com outros conceitos de modo a blindar-se da visão extractivista corporativa (e abusiva) que é muitas vezes feita do certificado “biológico”⁷⁶. O grande envolvimento da IFOAM com a promoção de modelos de reconhecimento alternativos à certificação formal, nomeadamente nos SPG – Sistemas Participativos de Garantia⁷⁷, é também um excelente exemplo de como defendem uma visão integrada dos sistemas alimentares.

A **WWF**⁷⁸, fundada em 1961, com a designação original de World Wildlife Fund (mais tarde World Wide Fund for Nature), é uma organização de conservação da natureza que, mais recentemente, tem vindo a desenvolver um significativo trabalho sobre sistemas alimentares, reconhecendo que a forma como o alimento é produzido, consumido e desperdiçado se assume como determinante na preservação dos ecossistemas⁷⁹. Recentemente, lançou um relatório intitulado *Resolvendo o grande puzzle alimentar: soluções baseadas no lugar para ajudar a escalar a acção nacional* (Loken & Loring, 2024), no qual se propõe agrupar os sistemas alimentares mundiais em seis tipologias distintas, definidas através da pontuação de cada país em sete variáveis de carácter ambiental e socioeconómico. O documento refere-se por inúmeras vezes à agroecologia, revelando, nas suas propostas, um claro alinhamento com os princípios agroecológicos.

A rede **PAN – Pesticide Action Network**⁸⁰ é uma organização internacional, fundada em 1982, e com cinco centros regionais (continentais), que vem alertando para o desastre da revolução verde, tanto na esfera ecológica como económica e que, ao procurar respostas alternativas ao modelo agrícola produtivista, integrou, desde cedo, o movimento agroecológico. As suas campanhas de comunicação, salientando o potencial da agroecologia, têm tido um impacto relevante na opinião pública. Como exemplo da sua acção política, o centro regional europeu da PAN foi co-organizador da conferência *Farming without harming*⁸¹, que resultou num conjunto de propostas para a presidência húngara do Conselho Europeu. O PAN é, igualmente, mais uma organização a revelar preocupação com a captura corporativa das instituições, nomeadamente da FAO. Para o efeito, deu um contributo decisivo na elaboração de um outro relatório a alertar para esta temática (Naik et al., 2022), posicionamento que, como já vimos, é partilhado por outras entidades. É ainda interessante notar que, em 2024, o centro regional do PAN na América do Norte fez uma

⁷⁶ Um bom exemplo desta associação a um segundo conceito é a recente implementação, nos EUA, de uma certificação denominada “orgânica e regenerativa” (<https://regenorganic.org/>)

⁷⁷ <https://www.ifoam.bio/our-work/how/standards-certification/participatory-guarantee-systems>

⁷⁸ <https://wwf.panda.org/>

⁷⁹ <https://explore.panda.org/food>

⁸⁰ <https://pan-international.org/>

⁸¹ <https://www.pan-europe.info/blog/farming-without-harming-policy-action-resilient-agriculture>

alteração ao nome, ao acrescentarem a palavra agroecologia, ficando assim a designar-se de PAAN – Pesticide Action and Agroecology Network⁸².

Como último destaque, a **Slow Food**⁸³, uma organização criada em 1986 por um movimento italiano de cidadania em protesto contra o desaparecimento das tradições gastronómicas, e que surge do lado dos consumidores como um movimento de base que conta hoje com mais de 2000 grupos locais, pretendendo garantir “alimento justo, bom e saudável para todos”. A organização tem um programa de *Slow food farms* (quintas de comida lenta)⁸⁴, com o qual pretende promover o estabelecimento de explorações assentes nos princípios agroecológicos. Por ocasião do encontro dos ministros da agricultura do G7, em 2024, apresentou um manifesto onde defende a adopção da agroecologia como solução para a transição para sistemas alimentares sustentáveis⁸⁵. Podemos destacar igualmente a campanha *Planta o futuro*, que resultou na produção de um relatório, através de um processo participativo, e onde, entre outros, é feito um apelo massivo à adopção da agroecologia como resposta à crise alimentar global⁸⁶.

6. EXEMPLO DE UMA REDE NACIONAL PARA A AGROECOLOGIA – AGROECOLOGY WORKS!

Finalizamos este capítulo com a apresentação de uma rede a uma escala nacional para a promoção da agroecologia que exemplifica como uma estrutura deste tipo pode ser posta em funcionamento. Trata-se da **Agroecology Works!** – a rede suíça para a agroecologia⁸⁷. Iniciou-se como uma plataforma em 2019, com a intenção de “reunir, promover sinergias, e activar uma mudança de paradigma”. Em 2022 é fundada a associação Agroecology Works!, constituída por um vasto grupo de membros de reconhecido prestígio (ex. Biovision, Demeter, ETH Zürich, FiBL, Slow Food CH, WWF). A sua página de Internet dispõe de uma secção para apresentar a agroecologia⁸⁸, reforçando aqui todas as descrições que se encontram baseadas nos 13 princípios da agroecologia, e traduzindo o que esta representa enquanto ciência, prática e movimento sociopolítico.

Esta entidade organiza um evento anual, as *Jornadas de agroecologia*⁸⁹, com dezenas de acções espalhadas por toda a Suíça, com o objectivo de dar a conhecer o conceito e de reforçar o funcionamento da rede. Se compararmos o programa da primeira edição, em 2021, com o programa da edição de 2024, facilmente percebemos o grande crescimento da

⁸² <https://www.panna.org/news/pan-unveils-agroecology-vision-announces-name-addition/>

⁸³ <https://www.slowfood.com/>

⁸⁴ <https://www.slowfood.com/slow-food-farms/>

⁸⁵ <https://www.slowfood.com/press-releases/slow-food-to-g7-agriculture-ministers-adopting-agroecology-makes-the-transition-to-sustainable-food-systems-possible/>

⁸⁶ https://www.slowfood.com/wp-content/uploads/2023/11/Plant_Future_Report_Roundtables_ENG.pdf

⁸⁷ <https://www.agroecologyworks.ch/fr> (site disponível apenas nas línguas oficiais da Suíça)

⁸⁸ <https://www.agroecologyworks.ch/fr/a-propos/agroecologie>

⁸⁹ <https://www.agroecologyworks.ch/fr/journees-de-l-agroecologie/idee>

organização nestes anos. Enquanto plataforma, a organização desenvolveu um mapa⁹⁰ onde estão assinaladas as iniciativas em curso, com exemplos de práticas ao longo da cadeia de valor do campo ao prato, bem como as ligações em rede. Este mapa é alimentado pelos utilizadores, sendo que a rede se reserva o direito de exclusão, caso não sejam respeitados os valores agroecológicos. É uma das plataformas que alimenta o mapa global de iniciativas agroecológicas (Agroecology Map)⁹¹, à semelhança do mapa da Agroecology Europe.

Além disto, a organização mantém uma acção política relevante, destacando-se a publicação de um manifesto sobre a *promoção sociopolítica da agroecologia*⁹², no qual se defende que são as pessoas que cultivam, transformam, comercializam e consomem os alimentos que devem estar no centro das decisões, numa visão clara de soberania alimentar. Prova, assim, que a soberania alimentar não é um tema exclusivo dos países do Sul Global, mas que faz igualmente sentido no mundo ocidental. É ainda de destacar a acção desta entidade na preparação de petições para serem apresentadas ao governo suíço. A nível dos projectos, destaca-se o foco na formação e mentoria para o domínio agrícola através da promoção de acções baseadas no modelo “campeño-a-campeño”, isto é, um modelo de formação entre pares, de agricultor para agricultor.

⁹⁰ <https://www.agroecologyworks.ch/fr/agroecologie/carte-suisse>

⁹¹ <https://agroecologymap.org/>

⁹² https://www.agroecologyworks.ch/media/pages/politik/empfehlungen/3f84f05330-1718036375/220912-plattform_ae-works-fr-final.pdf

CAPÍTULO III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme o título deste trabalho deixa desde logo transparecer, aqui abordam-se unicamente as manifestações da agroecologia “ciência” e “movimento social”. Ficam assim de fora as “práticas”, por impossibilidade de considerá-las de modo adequado no actual contexto, em que este estudo assume um papel complementar numa investigação de doutoramento.

O trabalho de recolha de informação aproveitou a participação, por parte do primeiro autor, entre Outubro de 2021 e Novembro de 2023, em eventos como conferências, congressos, *webinars* ou seminários. Esta participação resultou do interesse de investigação do próprio numa procura activa por iniciativas em Portugal relacionadas com a temática dos sistemas agroalimentares sustentáveis. A partir dos programas dos eventos, identificaram-se as iniciativas que se evidenciaram como potencialmente representativas da agroecologia, tendo como principal critério de inclusão os cinco níveis de Gliessman de transição para os sistemas alimentares sustentáveis (figura 3). Somente se incluíram as iniciativas claramente comprometidas com os níveis 3, 4 e/ou 5, isto é, as que representam uma abordagem “transformativa” do sistema actual, quer porque procuram redesenhar o agroecossistema, fomentar a aproximação entre produtores e consumidores, ou propor a reconfiguração dos sistemas alimentares segundo novas lógicas de governança e territorialização. Entendemos, por isto, que a selecção de iniciativas contemplou desde logo uma perspectiva marcadamente agroecológica na dinâmica dos actores envolvidos. O levantamento foi complementado com pesquisa documental e informação recolhida na Internet, bem como com a presença em diversas redes de partilha através de *mailing lists*. Destacamos aqui as *mailing lists* da rede Alimentar Cidades Sustentáveis e do curso de doutoramento em Agronegócios e Sustentabilidade (Universidade de Évora e UTAD), através das quais se tomou conhecimento de alguns dos eventos.

Esta metodologia de levantamento das iniciativas não teve intenção de se ser exaustiva na caracterização das iniciativas agroecológicas em Portugal, mas foi feito algum esforço de complementar este levantamento inicial através da posterior triangulação de informação. Esta triangulação foi realizada recorrendo à consulta da informação disponível nas páginas de Internet das organizações ligadas às iniciativas. Ou seja, a partir dos projectos assinalados, seleccionámos os principais parceiros envolvidos (usando de algum sentido crítico, pois não foram incluídas entidades que têm apenas uma participação simbólica ou pontual nos projectos considerados). A consulta da informação institucional destes parceiros permitiu retroalimentar a listagem de projectos com mais algumas iniciativas relevantes que haviam ficado omitidas.

Para apresentação dos resultados, optámos por organizar as entidades ou colectivos em quatro conjuntos que permitiram agrupar a informação e consolidar os resultados. Esta é uma categorização que decorre fundamentalmente da própria natureza jurídica das entidades. Aproveitámos dois conjuntos do trabalho de mapeamento da agroecologia na Europa (figura 5) – ciência e movimentos –, aos quais acrescentámos outros dois, como detalhe do conjunto “movimentos” e que estão relacionados com o sector público –

administração central e administração local, ficando assim com quatro grupos distintos: 1. Ciência e investigação; 2. Movimentos cívicos e sociais; 3. Administração pública central; 4. Administração pública local.

O último procedimento metodológico passou pela realização de seis entrevistas semi-dirigidas a actores-chave, identificados em função da relevância da intervenção das organizações a que estão ligados. Isto é, procurámos inquirir responsáveis em organizações que estivessem presentes em várias iniciativas, revelando um compromisso já mais estruturado com a agroecologia. Pretendeu-se, com este passo, obter informação mais detalhada e aprofundada sobre estas iniciativas de maior impacto, mas também conhecer junto dos respetivos protagonistas a sua visão sobre o desenvolvimento da agroecologia em Portugal. O seu contributo foi importante para, novamente, completar algumas iniciativas em falta e, principalmente, para a elaboração de uma narrativa mais estruturada acerca do estado da agroecologia em Portugal. Na figura 12 apresentamos um esquema com os procedimentos metodológicos seguidos.

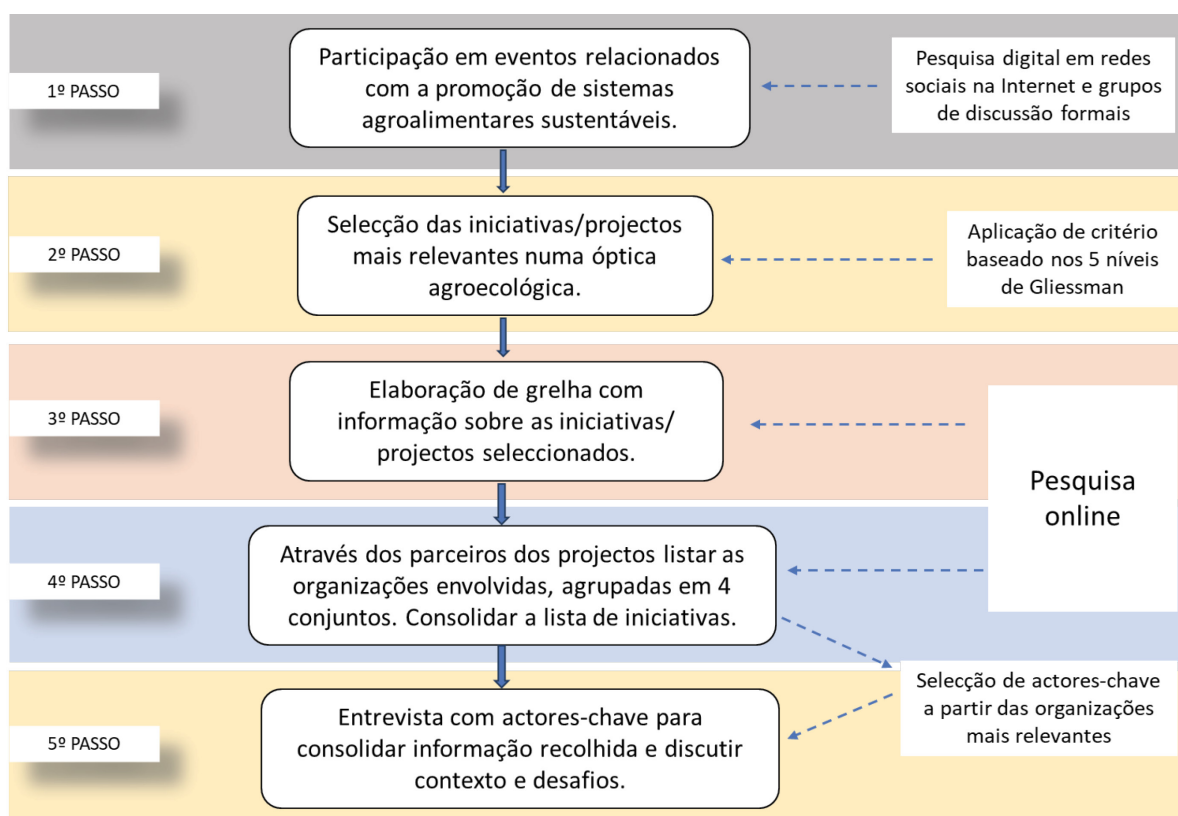


figura 12 _ Esquematização dos procedimentos metodológicos (elaboração própria)

A tipificação das entidades em quatro conjuntos distintos permitiu estruturar e cruzar informação do seguinte modo:

- 1) Listar os organismos de investigação que estão ligados aos projectos. Sempre que possível, apresenta-se o centro de investigação e a estrutura institucional de que depende.

- 2) Identificar as organizações da sociedade civil mais envolvidas nos projectos. A intenção aqui foi sinalizar as organizações do terceiro sector (sem fins lucrativos), embora não se considere este como um critério exclusivo. Isto é, considerámos acima de tudo as práticas, a missão e a visão das organizações, mesmo o seu estatuto jurídico possa não ser o de ONG.
- 3) Identificar os serviços da administração central do Estado que mais se têm envolvido nesta temática. Nem todos estes serviços terão de ser parceiros em projetos, já que alguns têm uma agenda própria. Por isso, aqui, como nas outras classificações, não nos limitámos à participação nos projetos sinalizados. Além do mais, foram incluídos serviços desconcentrados do Estado, mesmo alguns de natureza jurídica não pública.
- 4) Identificar os municípios mais activos na construção de respostas alimentares locais sustentáveis. As iniciativas aqui são muito diferenciadas, mas demonstram sempre um denominador comum de políticas autárquicas para a promoção do desenvolvimento e bem-estar da comunidade partindo do sistema alimentar.

Ao contrário do trabalho que inspira este relatório – mapeamento da agroecologia na Europa (Wezel et al., 2023) – não considerámos a categoria de “laboratórios vivos”. A definição de laboratórios vivos utilizada pela Agroecosystems Living Laboratories (ALL)⁹³ não nos pareceu suficientemente amadurecida, o que associado ao carácter transitório dos projectos, tornou a sua identificação particularmente complexa. No limite, todas as iniciativas que envolvem a cooperação entre investigadores, sociedade civil e praticantes no terreno podem configurar um laboratório vivo. De resto, a própria investigação em agroecologia, ao definir-se como “transdisciplinar, participativa e orientada para a acção” (Méndez et al., 2013), leva a depreender que uma iniciativa agroecológica tende a ser um laboratório vivo por inerência.

De referir ainda que na apresentação das iniciativas recolhidas, no anexo 1, foi utilizada uma tipificação em três categorias, conforme os resultados obtidos no nosso trabalho anterior de revisão de literatura (Duarte et al., 2025). Os projectos estão, assim, agrupados pelas tipologias “agroecossistema” (que tende a corresponder à escala da exploração/parcela), “agroecologia numa perspectiva holística” (geralmente mais correspondente à escala da paisagem ou comunidade) e “sistema alimentar” (correspondente à escala regional e nacional). Com esta tipificação, procuramos aproximar, por afinidade, as diferentes iniciativas, de modo a facilitar a procura de pontes entre os actores no terreno.

Importa finalmente notar que, como se referiu, tomou-se como inspiração para a execução deste trabalho o relatório *Mapeamento do desenvolvimento da agroecologia na Europa*, (Wezel et al., 2023), do qual utilizámos, com a devida autorização, os pictogramas principais.

⁹³ https://www.macs-g20.org/fileadmin/macs/Annual_Meetings/2019_Japan/ALL_Executive_Report.pdf

CAPÍTULO IV – ESTADO ACTUAL DA AGROECOLOGIA EM PORTUGAL

Conforme referido na descrição da metodologia, este capítulo organiza-se em quatro domínios: *i)* ciência e investigação, *ii)* sociedade civil, *iii)* administração pública central e *iv)* administração pública local. Em cada domínio, começamos por assinalar as organizações que mais se têm destacado, referindo os aspectos mais relevantes da sua actuação no contexto da agroecologia, e apresentando de seguida tabelas (1 a 4) com dados mais detalhados sobre cada organização e onde se pode ver o significado dos acrónimos. Recordamos que a metodologia se iniciou pelo levantamento das iniciativas para depois derivar na sinalização das entidades. Assim, a referência a ‘iniciativas mais visíveis’ que apresentamos nas tabelas são precisamente as que constam do levantamento inicial e que podem ser consultadas em detalhe no Anexo I.

1. CIÊNCIA E INVESTIGAÇÃO



Encontramos uma razoável diversidade de instituições de ciência e investigação ligadas a iniciativas com características agroecológicas. E é, de resto, neste contexto que a agroecologia, como palavra e como conceito, é mais comumente utilizada. Estas organizações dividem-se entre centros de investigação ligados a instituições do ensino superior e laboratórios colaborativos e centros tecnológicos. No que diz respeito aos **centros ligados ao ensino superior**, o maior destaque vai para o CERNAS, um centro participado pelas escolas agrárias dos institutos politécnicos de Coimbra, Viseu e Castelo Branco e que revela um envolvimento já com alguma maturidade, em resultado de uma multiplicidade de projectos orientados para a promoção da sustentabilidade nos sistemas alimentares territoriais. Um bom exemplo deste envolvimento pode ser encontrado na participação da ESAC no projecto Horizon 2020 *Diversifood – Embedding crop diversity and networking for local high quality food systems* (Chable et al., 2020). Por via deste intenso envolvimento do CERNAS, conseguimos ainda identificar, ao nível das publicações científicas, um artigo sobre o género na agricultura familiar (Gomes et al., 2022), como resultado do projecto MAIs. Ainda no quadro dos institutos politécnicos, o CISAS, de Viana do Castelo, começa a revelar também uma orientação bastante vincada para a agroecologia, embora com uma intervenção que aparenta ser mais recente.

Nas restantes instituições do ensino superior português, a Universidade de Lisboa tem diversas iniciativas relevantes, principalmente ligadas ao Instituto Superior de Agronomia (centro de investigação LEAF) e à Faculdade de Ciências (cE3c). Ainda nesta universidade, há algumas iniciativas protagonizadas pelo ICS, enquanto o CEF (U. Coimbra) e o MED (U. Évora) têm também algumas acções igualmente interessantes embora com intervenções um pouco “laterais”, ou quando muito complementares, a uma visão agroecológica que se pretenderia mais sistémica e holística.

Quanto aos **centros colaborativos e centros tecnológicos**, encontramos alguns a intervirem no domínio da agroecologia, mas não se percebe que essa seja a sua vocação primordial (que surge sempre mais associada à esfera “tecnológica”). Merecem aqui destaque o COTHN-CC (em Alcobaça), o CATAA (em Castelo Branco), o Food4Sustainability (F4S) (em Idanha-a-Nova) e o MORE (em Bragança). Todos têm ligação a projectos de natureza agroecológica e, nalguns casos, até mesmo na figura de principal promotor.

Embora nenhuma das estruturas aqui apresentadas possua um “departamento” de agroecologia, o facto é que têm revelado disponibilidade e iniciativa para participar em iniciativas de âmbito agroecológico. Nalguns casos certamente isso ocorre por questões de oportunidade relacionada com a disponibilidade de financiamentos específicos. Porém, outros casos há em que a intervenção parece procurar ser estruturada mais a longo prazo, quer através de projectos mais longos que assegurem continuidade a um trabalho anterior (ex. projecto GrowLIFE, do cE3c), quer com iniciativas permanentes, como as Escolas de Verão em Agroecologia, da ESAV, ou o repositório Biolog da F4S⁹⁴.

Em suma, podemos concluir que há já um conjunto muito interessante de entidades em Portugal envolvidas na investigação em agroecologia e que se verifica uma certa preponderância a partir dos institutos politécnicos em territórios onde a agricultura mais industrializada não é predominante. Como justificação para esta conclusão, sugerimos que a estratégia, muito própria destes institutos, de promover a integração territorial dos seus currículos terá contribuído para essa maior acutilância. De notar, no entanto, que centros de investigação ligados a outras estruturas têm também revelado uma clara predisposição para acompanhar o trabalho na temática da agroecologia.

tabela 1 _ Lista de entidades identificadas – ciência e investigação

#	Entidade	Tutela / Forma jurídica	Localização/ Abrangência territorial	Iniciativas mais visíveis	Url
1	CATAA - Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar	Centro Tecnológico (associação sem fins lucrativos)	Castelo Branco / Regional	Projectos: Cultivar; Fusilli	https://www.cataa.pt/
2	cE3c - Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais	Faculdade de Ciências / Universidade de Lisboa (ensino superior público)	Lisboa / Nacional e Supranacional	Projectos: GROWLife; MedCaravan Na base da Caravana Agroecológica	https://ce3c.ciencias.ulisboa.pt/
3	CERNAS - Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade	Escolas Superiores Agrárias dos Institutos Politécnicos de Coimbra, Viseu e Castelo Branco (ensino superior público)	Várias / Nacional e Supranacional	Projectos: Liveseed; Agrovila; Harvest; Page; InovFarmer; Relocaliza; Cultivar; AproximaR; MAIs; DivulgarBio; Rede RNAES	https://cernas.org/

⁹⁴ <https://www.biolog.pt/>

4	CFE - Centre for Functional Ecology - Science for People & the Planet	Universidade de Coimbra (ensino superior público)	Coimbra / Nacional e Supranacional	Projecto: Cultivar	https://cfe.uc.pt/
5	CISAS - Centro de Investigação e Desenvolvimento em Sistemas Agroalimentares e Sustentabilidade	Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ensino superior público)	Viana do Castelo / Nacional e Supranacional	Projecto: Feast	https://tech.ipvc.pt/unidades.php?u=CISAS
6	COTHN-CC - Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional	Centro de Competências (associação sem fins lucrativos)	Alcobaça / Nacional	Projectos: MaisSolo; Harvest; DivulgarBio	https://www.cothn.pt/
7	Food4Sustainability, CoLAB	Laboratório Colaborativo (associação sem fins lucrativos)	Idanha-a-Nova / Nacional	Projectos: SFT-EDIH; Montado Plus; TransFarmers Feel Local; InovFarmer Rede RNAES; Serviços: Biolog	https://www.food4sustainability.org/
8	ICS - Instituto de Ciências Sociais	Universidade de Lisboa (ensino superior público)	Lisboa / Nacional e Supranacional	Projetos: FoodClic; Rede FoodLink	https://www.ics.ulisboa.pt/
9	LEAF - Linking Landscape, Environment, Agriculture and Food	Instituto Superior de Agronomia / Universidade de Lisboa (ensino superior público)	Lisboa / Nacional e Supranacional	Projectos: Harvest; Bio D'Agro; Sistema Participativo de Garantia; AproximaR Rede FoodLink	https://www.isa.ulisboa.pt/en/leaf/presentation
10	MED - Instituto Mediterrâneo para a Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento	Universidade de Évora (ensino superior público)	Évora / Nacional e Supranacional	Membro das redes Unimed e Foncimed Projetos: Family Farming; Liveseed; Salsa	https://www.med.uevora.pt/pt/
11	MORE - Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação	Laboratório Colaborativo (associação sem fins lucrativos)	Bragança / Nacional	Projecto: Harvest	https://morecolab.pt/

2. MOVIMENTOS SOCIAIS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1. SOCIEDADE CIVIL



No que respeita à **sociedade civil**, são bastantes as organizações que conseguimos identificar envolvidas com o movimento agroecológico. Desde logo, algumas destas organizações decorrem do envolvimento cívico dos investigadores da academia, com destaque aqui para a Caravana Agroecológica (gerada a partir do cE3c) ou da ACSA, que não tendo um centro de investigação na sua génese, acabou por resultar da participação activa de diversos investigadores. Estes dois colectivos com origens recentes (fundadas em 2018 e 2019), têm-se revelado especialmente activos na mobilização da sociedade civil: o primeiro pelas iniciativas muito concretas que tem desenvolvido e o segundo por se ter assumido como um ponto de encontro dos interessados nas questões da alimentação, estando a servir igualmente de repositório de literatura científica e institucional. Destacamos ainda, do lado da Caravana Agroecológica, o projecto MedCaravan⁹⁵ que proporcionou dois documentos de grande relevância – *Guia de boas práticas para a recolha de conhecimento agroecológico* e *Currículo agroecológico para todos/as*. E do lado da ACSA, um e-book com 46 exemplos de iniciativas nacionais de produção e consumo sustentável (Delgado, 2020). Temos depois outras associações mais ligadas ao activismo social, como o GAIA, que tem produzido muito material relevante em agroecologia e promovido diversas iniciativas de discussão do tema (ex. PrimaveraE). Além da caracterização da agroecologia em Portugal, que já referimos (Queiroga et al., 2020), o GAIA construiu também um currículo agroecológico e está ainda na origem de uma publicação científica (Horstink et al., 2023) na sequência do envolvimento que teve no diagnóstico participativo de Odemira. A ACTUAR é outra organização que merece aqui destaque, uma ONG para o desenvolvimento voltada para os sistemas alimentares locais e que, por via dos projectos em que tem trabalhado, produziu uma vasta documentação técnica com propostas para a adopção de políticas públicas ajustadas às necessidades de mudar para sistemas alimentares mais sustentáveis (Sarmiento, 2023). Numa dimensão mais operacional, temos ainda a Regenerar, especificamente criada para proporcionar um enquadramento nacional às AMAP/CSA criadas em Portugal e onde os princípios agroecológicos estão plenamente assumidos.

Um outro sector importante de onde os movimentos provêm é o das **organizações de produtores**. Destaca-se aqui claramente a CNA, com um já longo trabalho em prol da agricultura familiar, que lhe “permitiu” ser membro fundador da organização internacional La Via Campesina e cujo maior redireccionamento para a agroecologia a levou a estar na base da criação do CeCAFA. Outras associações em destaque são a AJAP e a CONFAGRI, que têm revelado disponibilidade para participar (e até mesmo nalgumas situações coordenar) iniciativas de promoção de redes alimentares alternativas e mais sustentáveis. A AGROBIO pode também enquadrar-se neste grupo, pois, apesar de ser uma organização com uma

⁹⁵ <https://hub.urgenci.net/medcaravan/>

abordagem marcadamente sectorial, acaba por abarcar a agroecologia nas suas práticas, embora isso não se traduza nas narrativas (ainda).

Temos depois as **associações de desenvolvimento local/regional**, que na maioria constituem os denominados grupos de acção local Leader (GAL). Estas entidades, organizadas na Federação Minha Terra, têm revelado uma dinâmica muito interessante, nomeadamente através do *Cabaz Prove*, que já perdura há largos anos, complementado com iniciativas mais recentes, como os projectos 3C – *Cooperar em circuitos curtos* e SAL – *Sistemas alimentares locais*. É importante notar ainda que tem havido mais recentemente um esforço de criação de um Sistema Participativo de Garantia, com vista ao “reconhecimento” dos produtos e produtores do Cabaz Prove. Os GAL tiveram ainda um papel central na execução do PNAES em articulação com a DGADR. Embora a articulação em rede esteja assegurada por via da federação, as organizações que aqui mais se destacam, uma vez que são quem coordena as iniciativas assinaladas, são a ADREPES (península de Setúbal), ATAHCA (Terras Altas do Homem, Cávado e Ave) e ADER-SOUSA (Vale do Sousa). Com iniciativas mais diversificadas e focadas na agroecologia, surgem os GAL do Sul do país, como a Associação InLoco (S. Brás de Alportel/Loulé) ou a Esdime (Messejana/Aljustrel). Merece ainda relevo a Associação Terra Sintrópica (Mértola), que, não sendo um GAL, tem uma vasta rede de parcerias que lhe permite intervir na promoção da transição agroecológica. Além desta rede nacional de GAL, há ainda as iniciativas no âmbito do movimento de desenvolvimento local mais ligado à ANIMAR, cuja intervenção ocorre mais à escala das comunidades locais e que começa a mostrar sinais de querer intervir cada vez mais nos sistemas agroalimentares (ex. projecto *alimentAÇÃO*). Os projectos em que estas associações de desenvolvimento estão envolvidas têm diferentes graus de maturação dos princípios agroecológicos, mas percebe-se que é um caminho que muitas estão a procurar fazer. E interessa notar que este conjunto de organizações cobre praticamente todo o território nacional, podendo assim assumir-se como um eficaz veículo para a adopção generalizada de medidas de política.

Há, finalmente, aqui a destacar as **empresas privadas** que acabam por ter acções de promoção das práticas agroecológicas e que muitas vezes o fazem para lá da sua actividade empresarial, revelando sentido de responsabilidade social. Sementes Vivas, New Organic Planet, BGI, Orgo.eco e Climate Farmers estão entre os exemplos mais interessantes que identificámos.

tabela 2 _ Lista de entidades identificadas – movimentos da sociedade civil

#	Entidade	Tutela / Forma jurídica	Localização/ Abrangência territorial	Iniciativas mais visíveis	url
1	A2S - Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia	Associação sem fins lucrativos (Grupo de Acção Local)	Mafra / Regional	Rede Foodlink; Projectos: AML Alimentar; Aproximar; SAL	https://a2s.pt/

2	ACSA - Alimentar Cidades Sustentáveis Associação	Associação sem fins lucrativos	Lisboa / Nacional	e-book <i>Da Produção ao Consumo Sustentável</i> ; Rede de interação entre actores do sistema alimentar; Webinares; fichas informativas	https://acsa.org/
3	ACTUAR - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento	ONGD - Associação não governamental para o desenvolvimento	Coimbra / Nacional e Internacional	Projectos: Page; Alimentação; projecto piloto das Bio-regiões; Contributos da agricultura familiar	https://actuar-acd.org/
4	ADER-SOUSA - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa	Associação sem fins lucrativos (Grupo de Acção Local)	Felgueiras / Regional e Nacional	3C - Coop. em circuitos curtos; DivulgarBio; proj. piloto das Bio-regiões; Sistema Participativo de Garantia	https://www.adersousa.pt/
5	ADREPES - Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal	Associação sem fins lucrativos (Grupo de Acção Local)	Palmela / Regional e Nacional	Projetos: Prove; Sistema Participativo de Garantia; SAL; Rede FoodLink	https://www.adrepes.pt/
6	Agrobio - Associação Portuguesa de Agricultura Biológica	Associação sem fins lucrativos	Lisboa / Nacional	Projetos: Harvest; projecto piloto das bio-regiões; alimentação biológica em cantinas escolares	https://agrobio.pt/
7	AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal	Associação sem fins lucrativos	Lisboa / Nacional	Projectos: Page; Agric. familiar - valorizar a sustentabilidade Rede RNAES	https://ajap.pt/
8	Associação InLoco	Associação sem fins lucrativos (Grupo de Acção Local)	S. Brás de Alportel (Loulé) / Regional e Nacional	Projectos: Agrovila; O Prato Certo; PNAES Algarve Rede RNAES	http://inloco.pt/
9	Associação Terra Sintrópica	Associação sem fins lucrativos	Mértola / Regional	Projecto: TerraAlimenta; Intervenções na rede alimentar local (ex. PREC ou CARES)	https://terrasintropica.com/
10	ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave	Associação sem fins lucrativos (Grupo de Acção Local)	Vila Verde / Regional e Nacional	Projecto: Sistemas Alimentares Locais; Cabaz Prove; Sistema Participativo de Garantia	https://atahca.pt/index.php
11	BGI - Building Global Innovators	Empresa (Sociedade Anónima)	Lisboa / Nacional e Internacional	Projectos: Feel Local; SFT-EDIH; Grow Workshops; EIT Food Hub em Portugal	https://www.bgi.pt/

12	Caravana Agroecológica	Projeto participativo do grupo de investigação MITE2 no cE3c	Lisboa / Nacional	Projectos: GrowLife; MedCaravan; Rotas Zero	https://caravanaagroecologica.weebly.com/
13	CeCAFA - Centro de Competências para a Agricultura Familiar e Agroecologia	Parceria público-privado	Coimbra (CNA) / Nacional	Projectos: Page, Agrovila e Harvest (âmbito PRR)	https://cecafa.pt/
14	Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Idanha-a-Nova	Associação sem fins lucrativos (ADL)	Municipal	Projectos: Manual das Bio-Regiões; Hortas d'Idanha	www.cmcd.pt
15	Climate Farmers	Empresa privada	Europeu e nacional	Transição para a agricultura regenerativa apoiada na venda de créditos de carbono	https://www.climatefarmers.org/pt-pt/
16	CNA - Confederação Nacional de Agricultura	Confederação de associações	Coimbra / Nacional	Projectos: Relocaliza; Agrovila; AproximaR; MAIs Filiada na La Via Campesina	https://www.cna.pt/
17	CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL	Confederação de cooperativas	Lisboa / Nacional	Projecto: AproximaR; A agric. familiar ao serviço do desen. rural	https://www.confagri.pt/
18	Esdimé - Agência para o Desenvolvimento Local do Alentejo Sudoeste	Cooperativa de Solidariedade Social (Grupo de Acção Local)	Messegana (Aljustrel) / Regional	Projetos: TerraAlimenta; Pastagens Regenerativas	https://www.esdime.pt/
19	GAIA - Grupo de Acção e Intervenção Ambiental	Associação sem fins lucrativos	Lisboa e Odemira / Nacional e Internacional	Projectos: Traece (diagnóstico da agroecologia, formação em agroecologia e PrimaveraE); Diagnóstico Rural Participativo de Odemira	https://gaia.org.pt/
20	New Organic Planet	Empresa privada	Funchal / Nacional	Projectos: Agrovila Plataforma Probiomadeira	https://www.neworganicplanet.eu/
21	Orgo - Regenerative Biology Management	Empresa privada	Disperso / Nacional	Prestação de serviços na transição para a agricultura regenerativa e agroecológica	https://www.orgo.eco/

22	Regenerar - Rede Portuguesa de Agroecologia Solidária	Rede informal	Nacional	Rede de AMAP/CSA em Portugal	https://amap.movingcause.org/
23	Sementes Vivas, SA	Empresa (Sociedade Anónima)	Idanha-a-Nova / Nacional	Projectos: Liveseed; Harvest	https://www.sementesvivas.bio/pt/

2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL



Ao nível da **administração pública** há também algumas iniciativas de relevo, embora fique, desde logo, claro que o poder local se mostra aqui mais dinâmico do que o poder central. Dentro dos organismos governamentais, o INIAV e a Rede Rural Nacional são as entidades que de forma mais assídua surgem ligadas às iniciativas que identificámos.

Tal justifica-se quer por razões de tutela (ex. o INIAV regulamenta os centros de competências e os laboratórios colaborativos), quer por servirem de ponto de recolha e difusão de informação – essencialmente o papel da Rede Rural Nacional, que dispõe inclusive de um detalhado catálogo com os projectos financiados (Entrudo et al., 2023). Independentemente das funções que lhes estão atribuídas, estes dois organismos têm participado de forma significativa como parceiros em diversos projectos. Por seu turno, as direcções regionais de agricultura e pescas (entretanto integradas nas CCDR) também se envolvem frequentemente em iniciativas de promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis. Todavia, este envolvimento parece depender mais do interesse e motivação do seu quadro técnico do que de uma orientação política de topo, o que em certa medida se lamenta. A CCDR-LVT tem uma intervenção muito relevante na rede FoodLink, o que demonstra clara abertura para promover a transição agroecológica. Destaque ainda para a Turismo de Portugal, cujas escolas de hotelaria e turismo têm adoptado programas curriculares que contribuem para uma gastronomia local, sazonal e sustentável e se têm envolvido em projectos com outros parceiros (ex. GrowLIFE).

tabela 3 _ Lista de entidades identificadas – administração central

#	Entidade	Tutela / Forma jurídica	Abrangência territorial	Iniciativas mais relevantes	Url
1	CCDRLVT - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.	Instituto Público	Regional	Rede FoodLink	https://www.ccdr-lvt.pt/
2	DRAP Centro – Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro	CCDR Centro / Instituto Público	Regional	Projectos: Agrovila; Page; Harvest Rede RNAES	https://www.drapc.gov.pt/
3	DRAP LVT– Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo	CCDR LVT / Instituto Público	Regional	Projectos: Sistema Participativo de Garantia	https://www.draplvt.gov.pt/DrapLVT/Informacao-

					Institucional/missao-atribuicoes/Pages/Missao-Atribuicoes.aspx
4	DRAP Norte– Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte	CCDR Norte / Instituto Público	Regional	Projectos: Harvest	https://portal.drapnorte.gov.pt/
5	INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.	Ministério da Agricultura e Pescas / Instituto Público	Nacional	Projectos: MaisSolo; Rede FoodLink; Tutela sobre centros de competências e laboratórios colaborativos	https://www.inia.pt/
6	Rede de Escolas do Turismo de Portugal	Ministério da Economia / Instituto Público	Nacional	Projectos: GrowLife	https://escolas.turismodeportugal.pt/
7	Rede Rural Nacional / DGADR	Ministério da Agricultura e Pescas/ Instituto Público	Nacional	Projectos: AproximaR; Plataforma Rede Rural Nacional; Alimenta quem o Alimenta, PNAES	https://www.rederural.gov.pt/

2.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL



Nomear iniciativas à escala **municipal** torna-se quase injusto pelo risco de deixarmos, até por desconhecimento, diversas de fora. Contudo, através dos resultados obtidos no nosso levantamento, podemos ilustrar a relevância das acções dos municípios de Figueira de Castelo Rodrigo (projecto *Bio D'Argo*), Cascais (Cascais Ambiente – *Hortas Municipais*), Idanha-a-Nova (projecto *Montado Plus*, *Manual das Bio-regiões*), Mértola (Estação Biológica, projectos *TerraAlimenta* e *Pastagens Regenerativas*), Torres Vedras (*Rede de Transferência de Biocantinas* e *Programa de Sustentabilidade na Alimentação Escolar*), Castelo Branco (Conselho Municipal de Alimentação), Setúbal (*Hortas Urbanas* e projecto *The Place*), Castro Verde e Ourique (projecto *Pastagens Regenerativas*), Arruda dos Vinhos (Incubadora de Empresas e *ArrudaLab*), Montemor-o-Novo (*SMEA – Semear em Montemor Estratégia Alimentar*) ou S. Pedro do Sul (*Bio-região*, projecto *MAIs*). A nível **supramunicipal** identificámos a AML e a CIMAM como as únicas comunidades intermunicipais que manifestamente se envolvem na promoção de iniciativas agroecológicas. A primeira com a rede FoodLink e a segunda com o projecto Feast. Considerando a dinâmica que encontramos em tantos municípios, julgamos merecedor de uma reflexão esta dificuldade de cooperação para criar massa crítica nas intervenções de dimensão local.

Sem estar a particularizar intervenções, a conclusão que daqui retiramos é a de que na esfera autárquica, havendo vontade política, há muita margem para se desenvolverem

iniciativas com capacidade para produzir resultados concretos e com impacto nos territórios. De resto, esta desigualdade entre a dinâmica da acção local e a “letargia” do poder central é bem descrita no relatório de Novembro de 2023 do IPES-Food, “do Prato ao Planeta” (IPES-Food, 2023a), onde esta realidade é constatada e fortemente criticada, apelando-se à necessidade urgente do poder central assumir mais activamente as responsabilidades que lhe são devidas no quadro das políticas europeias e das orientações da FAO e de outros organismos internacionais.

tabela 4 _ Lista de entidades identificadas – administração local

#	Entidade	Tutela / Forma jurídica	Abrangência territorial	Iniciativas mais relevantes	Url
1	Área Metropolitana de Lisboa (AML)	Associação de municípios	Regional	Rede FoodLink	https://www.aml.pt/iniciativas/foodlink/
2	ArrudaLab - Centro de Inovação Agroindustrial	Município de Arruda dos Vinhos / Autarquia	Municipal	ArrudaLab Incubadora empresas agrícolas	https://www.arrudalab.pt/
3	Cascais Ambiente	Empresa Municipal / Autarquia de Cascais	Municipal	Projectos: Agrovila; Food Clic	https://ambiente.cascais.pt/pt/terrasdecascais/terras-cascais
4	Comunidade Intermunicipal Alto Minho (CIMAM)	Associação de municípios	Regional	Projectos: Feast	https://www.cimam-altominho.pt/pt/
5	Município de Castelo Branco	Autarquia	Municipal	Projectos: Fusilli Conselho Municipal de Alimentação	https://www.cm-castelobranco.pt/
6	Município de Castro Verde	Autarquia	Municipal	Projectos: Pastagens Regenerativas	https://www.cm-castroverde.pt/pt/default.aspx
7	Município de Idanha-a-Nova	Autarquia	Municipal	Projectos: Montado Plus; AlimentAÇÃO; projecto piloto da Bio-região	https://www.cm-idanhanova.pt/
8	Município de Mértola	Autarquia	Municipal	Projectos: TerraAlimenta; GrowLIFE; Pastagens Regenerativas; Estação Biológica de Mértola	https://www.cm-mertola.pt/
9	Município de Ourique	Autarquia	Municipal	Projectos: Pastagens Regenerativas;	http://www.cm-ourique.pt/pt/default.aspx

10	Município de Setúbal	Autarquia	Municipal	Projectos: The Place Hortas Urbanas	https://www.mun-setubal.pt/hortas-urbanas-de-setubal/
11	Município de Torres Vedras	Autarquia	Municipal	Projectos: GrowLIFE; AlimentAÇÃO; Rede de Transferência de Biocantinas Programa de sustentabilidade na Alimentação Escolar	https://www.cm-tvedras.pt/educacao/saude-e-alimentacao/
12	Plataforma de Ciência Aberta	Município Figueira de Castelo Rodrigo / Autarquia	Regional	Projectos: BioD'Argo	https://www.plataforma.edu.pt/
13	S. Pedro do Sul Bio-região	Município de S. Pedro do Sul	Municipal	Bio-região; Projectos: GrowLIFE; AlimentAÇÃO; MAIs	https://www.cm-spsul.pt/conteudo.asp?idcat=400
14	SMEA - Semear em Montemor Estratégia Alimentar	Município Montemor-o-Novo	Municipal	Rede Agroalimentar Municipal	https://smea.cm-montemornovo.pt/

CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Procuramos, no capítulo final deste trabalho, tecer algumas considerações sobre o actual momento da agroecologia em Portugal e apontar perspectivas para o futuro. As ideias aqui expressas resultam da combinação entre os resultados obtidos no levantamento das iniciativas, a revisão de literatura realizada (com especial relevo para a acção das organizações internacionais) e o resultado das seis entrevistas efectuadas a especialistas na temática. Depois do exercício de mapeamento realizado, não podemos afirmar que Portugal seja uma referência ao nível da agroecologia, pelo menos nas dimensões de “ciência” e “movimentos sociais”. A maioria dos entrevistados adjectivou invariavelmente a situação do movimento em terras lusas de “incipiente”. A nossa anterior revisão de literatura (Duarte et al., 2025) aponta nesse mesmo sentido, ao não identificar autores de instituições portuguesas com relevância na investigação internacional em agroecologia. Dito isto, convém também relativizar a afirmação. Devemos, desde logo, situá-la no contexto europeu. Isto porque nos parecem pouco lógicas comparações com o impacto do movimento na América Latina, onde a agroecologia despontou com maior fulgor, ou até mesmo com alguns países do Extremo Oriente ou de África, na medida em que os contextos são bastante distintos. Porém, mesmo que nos foquemos na experiência europeia, continuamos a verificar que há um evidente atraso de Portugal em relação a um grupo de países mais dinâmico. Como evidência para esta afirmação podemos recorrer a dois artigos de 2018 que procuraram descrever o estado da agroecologia na Europa (Wezel et al., 2018) e no Mediterrâneo (Migliorini et al., 2018), nos quais se nota a “ausência” de Portugal. Estes trabalhos resultaram em parte da dinâmica criada em torno do 1.º Fórum Europeu da Agroecologia (Outubro de 2017), onde julgamos que não terá havido nenhuma participação portuguesa de relevo. Mesmo após a revisão de literatura e a recolha de informação na Internet realizada pelos dois artigos atrás referidos, Portugal continuou a não constar. Não é assim de estranhar que, quando em 2020, a rede jovem da Agroecology Europe apresenta um relatório com iniciativas agroecológicas em 11 países europeus (Agroecology Europe, 2020), Portugal estivesse novamente ausente. Contudo, esta incipiência no campo da agroecologia não significa ausência de iniciativas, conforme este trabalho revelou e que vamos agora tentar resumir.

Começamos por recordar o que se pretendia: procurar traçar uma panorâmica sobre o momento da agroecologia em Portugal, centrando-nos nas iniciativas ligadas aos movimentos sociais e à investigação e que tivessem uma abordagem marcadamente agroecológica. E a principal conclusão que retiramos é que essa abordagem “marcadamente agroecológica” está pouco estruturada em muitas das iniciativas. Como se viu, a agroecologia requer um entendimento holístico dos sistemas agroalimentares ao transcender a visão meramente ambiental das práticas agrícolas, para se centrar na procura de justiça social, soberania alimentar e modelos socioeconómicos e de governança alternativos ao modelo vigente. Uma forma muito simples de explicar esta visão é que em agroecologia o alimento não é apenas, nem principalmente, uma mercadoria. Há um enorme quadro de valores, relações, competências e saberes que estão associados à

produção, distribuição e consumo alimentar. Nesse sentido, todas as iniciativas que se focam em procurar contribuir para a promoção de sistemas agrícolas ou alimentares mais sustentáveis e que não considerem esta multifuncionalidade, acabam por trazer um contributo claramente insuficiente para a transformação dos sistemas alimentares.

Apenas um grupo muito residual de entidades em Portugal nos parecem já hoje plenamente comprometidos com a agroecologia. Destacamos a Caravana Agroecológica, o GAIA, a Regenerar e a Terra Sintrópica. A sua produção e práticas enquadram-se nos grandes princípios e desafios da agroecologia e para estes o presente relatório talvez pouco acrescente. Veja-se, em reforço daquilo que acabamos de afirmar, o muito completo glossário sobre agroecologia produzido pelo projecto MedCaravan⁹⁶. Há depois todas as outras entidades referidas neste trabalho e que se focam normalmente em temas mais sectoriais – importantes é certo –, mas sem construírem uma visão integrada, sistémica e holística, que é necessariamente complexa e difícil. O facto de não existir qualquer departamento de agroecologia nas instituições de investigação e ensino que identificámos, revela que esta temática ainda está muito condicionada pelo modelo produtivista no qual os actuais investigadores e docentes foram formados. O Instituto Politécnico de Bragança propõe, já desde 2007, um mestrado em Agroecologia⁹⁷, mas com um plano curricular limitado à dimensão do agroecossistema, sem incluir componentes sobre sistemas alimentares ou governança e que acaba, portanto, por ser pouco reconhecido no meio como representativo do movimento agroecológico; o facto do instituto não surgir como parceiro relevante em nenhuma das iniciativas que identificámos será uma prova disso mesmo.

A panóplia de iniciativas que foram identificadas deixa-nos ainda com duas incertezas quanto à sua real capacidade em contribuir para a mudança do paradigma científico, social, económico e político, pois em última análise é esse o contributo que se deve esperar dos projectos. A primeira é a existência de uma intervenção “por projecto”. Estamos conscientes que hoje a ciência e a intervenção económica e social se fazem com recurso a projectos enquadrados por determinados instrumentos financeiros. Se, por um lado, esta abordagem permite criar competitividade nas propostas e assim seleccionar as intervenções com maior potencial para gerar resultados, por outro lado, criam-se muitos constrangimentos e dificuldades a uma acção que se pretenderia estratégica, adequadamente orientada, impactante e focada na produção de resultados duradouros. E, pior ainda, os instrumentos de apoio financeiros são em si mesmos fortemente condicionadores do tipo de intervenção passível de ser promovida, conduzindo as organizações por meandros de chavões e “objectivos estratégicos” que acabam por limitar muito o impacto que uma intervenção integrada poderia gerar. Por exemplo, ainda há pouco se gravitava imenso em torno da “agricultura familiar” (2014 - Ano Internacional da Agricultura Familiar, 2018 - Estatuto da Agricultura Familiar, etc.), agora parece ter-se *evoluído* para a “dieta mediterrânica” e para as “dietas saudáveis e sustentáveis”. Isto só para dar exemplos de como as entidades são muito direccionadas para iniciativas

⁹⁶ <https://hub.urgenci.net/resource/a-caravana-do-mediterraneo-aprender-e-partilhar-agroecologia-glossario/>

⁹⁷ https://portal3.ipb.pt/index.php/pt/guiaects/cursos/mestrados/curso?cod_escola=3041&cod_curso=6348

segmentadas (em “silos”) e de curto prazo. A conclusão que daqui retiramos é que a maioria destas iniciativas ocorre inevitavelmente mais por oportunidade do que por estratégia e que algo nesta metodologia (que não é de agora, nem é um exclusivo nacional) mereceria ser seriamente repensado, de modo a proporcionar aos diversos agentes os meios para efectivamente conseguirem intervir no território de forma transformativa e impactante. Ao consultarmos o muito interessante catálogo de projectos financiados pelo Programa de Desenvolvimento Rural (Entrudo et al., 2023) encontramos amplas evidências a favor deste argumento da política pública por “projecto”.

A segunda questão tem que ver com a excessiva “sectorização das iniciativas” que, ao perderem uma visão sistémica, acabam por gerar um impacto muito limitado com as actividades que promovem. A forma como organizámos a lista de projectos (anexo 1) permite fazer logo uma primeira categorização: i) aqueles que se focam essencialmente na produção, procurando mecanismos ambientalmente mais saudáveis para produzir (valorização do solo, agricultura regenerativa, agricultura biológica, etc.); ii) aqueles que estão muito focados nos sistemas alimentares (promoção de circuitos curtos, contratação pública, promoção de determinadas dietas, etc.); iii) ou os que se centram num grupo-alvo (agricultura familiar, mulheres, jovens, etc.). O problema que encontramos desta intervenção por “silos” é que, por um lado, perde a visão sistémica, holística e complexa da realidade e, por outro, desliga-se de um entendimento agroecológico sem o qual não é possível atingir objectivos de transformação do quadro político, social, económico e ambiental. Só para exemplificar com os grupos acima, o grupo da “produção” pode contribuir para a produção de serviços de ecossistema e de alimentos mais saudáveis e nutritivos, mas continua numa visão de mercados globais, exportações, identificações geográficas, etc. que são, em tudo, contrárias à agroecologia. Para o grupo dos “sistemas alimentares” temos uma proposta de mecanismos de mercado alternativos, mas mantêm-se muitas vezes distantes do impacto ambiental (e nutricional) da produção do alimento (por exemplo, quando o SPG promovido no Cabaz Prove tem como um dos mecanismos de controlo garantir que o aplicador de fitofármacos tem certificado de aplicador... é porque ainda estamos muito longe do desiderato da transição agroecológica).

Provavelmente como consequência do que se referiu, verifica-se um carácter aparentemente isolado das iniciativas, dando a entender que existe algum défice de cooperação. Podemos até encontrar consórcios / parcerias constituídos por muitas entidades, mas uma colaboração estratégica e abrangente na procura de resultados de longo prazo é mais difícil de identificar. As parcerias tendem a repetir-se e a viver isoladas da restante realidade, ocorrendo depois situações em que diferentes promotores estão a estudar / intervir na mesma temática, mas sem se relacionarem. Senão vejamos:

- Iniciativas destinadas à promoção dos **circuitos curtos agroalimentares**: Projectos Agrovila, Feel Local, Fusilli, AproximaR, 3C e AlimentAÇÃO; Rede Prove. Destes, foram produzidos relatórios muito relevantes e que merecem ser destacados, como o *Guia geral de apoio à criação de circuitos curtos agroalimentares* (Rodrigo et al., 2021), pelo AproximaR, ou o *Guia para construir políticas públicas locais e Circuitos Curtos Agroalimentares para realizar o Direito Humano à Alimentação Adequada* (Sarmiento, 2023), pelo AlimentAÇÃO. Contudo,

faltam as referências entre si e falta a criação de massa crítica que envolva o conjunto de actores especializados nesta temática.

- Iniciativas dedicadas à promoção de **refeições sustentáveis e locais nas cantinas públicas**: Projectos ReLOCALiza, TerrAlimenta e Rede de transferência de Bio-cantinas; Estudo comparado e quadro legal da Agricultura Familiar em Portugal. Aqui, todas as iniciativas já concluídas produziram relatórios referindo-se aos desafios da contratação pública, nomeadamente as 10 propostas do Relocaliza (CNA, 2021), um capítulo sobre o “Caso particular da Contratação Pública” no *Estudo comparado e quadro legal da Agricultura Familiar em Portugal* (ACTUAR, 2022b) e o relatório final da rede de transferência de bio-cantinas⁹⁸. Mas fica a ideia que se está sempre a começar do zero e que, apesar de todas as propostas de política, não surge regulamentação de apoio a esta dimensão, nem uma ligação a estruturas internacionais que já estão empenhadas neste tema.
- Iniciativas dedicadas à **adopção de dietas mais saudáveis e sustentáveis**: Projecto O Prato Certo; PNAES / RNAES. De um modo mais integrado, também se podem incluir aqui os projectos Harvest e Feast. O Prato Certo⁹⁹, dinamizado pela associação In Loco, acaba por se revelar aqui fundamental, pois através dos projectos enquadrados pelo PNAES estão a promover a transferência para outros GAL da metodologia criada. Aliás, todo o projecto é desenvolvido num espírito de acesso livre, apelando frequentemente à adopção por terceiros dos materiais produzidos. Parece-nos assim que, ao menos aqui, encontramos um melhor exemplo de cooperação.
- Iniciativas centradas na **valorização da agricultura familiar**: neste caso então, conseguimos ter, em simultâneo, as intervenções lideradas pela Animar, Federação Minha Terra, Actuar, CNA e AJAP. E talvez para dar *coerência* (a ler com alguma ironia) a toda esta produção, a rede Unimed (União das Universidades do Mediterrâneo) elaborou, a pedido da FAO, uma caracterização da agricultura familiar em diversos países com o estudo de caso para Portugal a centrar-se na promulgação do Estatuto da Agricultura Familiar (Hernández, 2023). Quanto à produção das restantes organizações, destacamos, da parte da Animar, o projecto *AFAVEL Agricultura Familiar e Valorização Territorial Sustentável, em contexto de Alterações Climáticas* (Moreno & Magalhães, 2021), da Minha Terra, o projecto *Agricultura Familiar: Conhecimento, Organização e Linhas Estratégicas*, com a produção de diversos outputs e com destaque para o relatório geral do projecto (Nunes et al., 2022) e da Actuar, o projecto *Contributos da agricultura familiar para a promoção de sistemas alimentares e dietas sustentáveis*, com uma vasta panóplia de produtos, de onde salientamos o estudo com o mesmo nome do projecto (ACTUAR, 2022a) e o *PADAF – Plano de Ação para a Década da Agricultura Familiar em Portugal*¹⁰⁰. Do projecto da Actuar fica, ainda assim, uma nota positiva para o

⁹⁸ https://urbact.eu/sites/default/files/2023-03/BioCanteens_lessons.pdf

⁹⁹ <https://www.pratocerto.pt/>

¹⁰⁰ <https://actuar-acd.org/wp-content/uploads/2022/12/estudo-AF.pdf>

extenso trabalho de revisão efectuado, onde se descreve muitas das iniciativas em curso e assumindo de forma bem mais explícita a dimensão agroecológica nas referências à agricultura familiar. Já as organizações de produtores (CNA e AJAP) abordam esta dimensão mais através de acções de divulgação do estatuto da agricultura familiar e das oportunidades de financiamento associadas ao mesmo (ambas com micro-sites dedicados¹⁰¹).

Como se percebe, estes projectos decorrem quase todos em simultâneo. Pretendemos, com este resumo, ilustrar a existência de um trabalho disperso e pouco coordenado. O nosso argumento é que a dispersão de iniciativas condiciona a sua massa crítica e com isso limita a capacidade de intervir e de gerar impactos duradouros. E mais do que resultados – que são lineares e se obtém, por exemplo, pelo número de participantes envolvidos ou de documentos produzidos – o que importa em termos sociais são os impactos produzidos, pois é isso que fica como efeito duradouro da intervenção.

A estas conclusões, podemos ainda associar algumas **outras limitações** capazes de condicionar o desenvolvimento da agroecologia em Portugal. Estas prendem-se com a falta de capacitação técnica para se trabalhar em agroecologia, uma vez que nem as universidades, nem os centros de formação têm programas adequadamente estruturados na temática. Por outro lado, os “consumidores” (ou cidadãos) também estão de um modo geral pouco sensíveis para a necessidade de se evoluir para economias locais solidárias, além de se sentirem condicionados pela crónica falta de rendimentos que os remetem para opções de consumo convencionais mais acessíveis. As políticas nacionais também tardam em assumir a agroecologia como um desígnio estratégico, como é evidente na agenda Terra Futura, o que nos parece estar a ocorrer mais por desconhecimento do que por uma estratégia explícita de condicionar a transição agroecológica. O PRR, por exemplo, poderia ter sido mais bem trabalhado se assumisse a transição agroecológica como um desígnio e assim conseguisse orientar as candidaturas para propostas mais robustas, sistémicas e integradas.

Dito isto, não pretendemos concluir este trabalho com uma nota de pessimismo. Antes pelo contrário. Vêem-se inúmeros sinais de que o movimento está em franco crescimento. A quantidade de actores envolvidos nas temáticas agroecológicas tem aumentado significativamente, ideia que é corroborada pelos trabalhos anteriores de caracterização da agroecologia em Portugal (Queiroga et al., 2020; Wezel et al., 2024) ou, de um modo mais amplo, pelo e-book relacionado com a produção e o consumo sustentáveis (Delgado, 2020). A realização em Portugal, em 2024, do 10.º Congresso Internacional da Agroecologia é um sinal de que o movimento está a crescer o que continuará a trazer certamente mais massa crítica para o tema. Do lado dos cidadãos e da opinião pública, observam-se movimentos de maior exigência para com o sector agroalimentar, com um aumento da procura pelo saudável e pelo sustentável (demonstrando preocupações de “One Health”). Uma certa “euforia” do passado recente com a capacidade tecnológica para se resolver os problemas sociais, humanos e ambientais, parece estar a perder fulgor, o que está a dar espaço ao desenvolvimento da agroecologia, como um projecto de esperança, e havendo massa

¹⁰¹ <https://www.cna.pt/dynamiccontents/show/46.html> | <https://agriculturafamiliar.ajap.pt/>

crítica na opinião pública os sectores do Estado e das empresas acabam depois por corresponder a esses anseios. Ao nível político internacional, a agroecologia está a servir como um grande referencial para a adopção de futuras políticas agroalimentares e de desenvolvimento local. A *Declaração UNDROP*, de 2018, e principalmente as *Recomendações políticas em agroecologia e outras abordagens inovadoras para sistemas agroalimentares sustentáveis*, de 2021, são documentos políticos oficiais que instam à acção nesse sentido por parte dos Estados-Membros.

Ficou também claro o potencial do poder local para assumir o desígnio da transição agroecológica, pois dentro das suas atribuições, as autarquias podem desenvolver iniciativas diversas capazes de contribuir para a transformação dos seus territórios. Certamente há dificuldades e alguns déficits – até mesmo de conhecimento do que a transição agroecológica deve significar – mas o potencial é evidente. Aliás, a dimensão local tem dado o exemplo nesta matéria, em oposição à inércia do poder central, conforme é bem descrito pelo relatório *do Prato ao Planeta* (IPES-Food, 2023).

Deixamos umas palavras finais para uma realidade que consideramos da maior relevância e até agora ausente deste relatório. Falamos dos neo-rurais ou dos descendentes de gerações de agricultores. É com origem nestas pessoas que encontramos vários dos melhores exemplos de práticas agroecológicas em Portugal (que ficaram fora deste relatório). Porque, ao contrário da agricultura familiar (ou de pequena escala), que é determinada por um rácio na utilização da mão-de-obra familiar, mas que “não caracteriza o modo e os meios de produção” (Queiroga et al., 2020, p. 22) e que foi, nas últimas décadas, fortemente “contaminada” pelo modelo produtivista, os neo-rurais transportam consigo um projecto de vida de mudança geralmente de cariz mais militante e assumidamente agroecológico. Por uma diversidade de razões – que certamente interessa no futuro aprofundar –, observa-se a existência deste movimento de saída das cidades para abraçar projectos ligados à natureza em comunhão com as comunidades locais e, muitos mesmo sem se darem conta, a integrarem na plenitude os princípios da agroecologia.

Como **pistas futuras** para o desenvolvimento da agroecologia em Portugal, começaríamos pela necessidade de melhorar o entendimento sobre o conceito, o que vai envolver um esforço de esclarecimento e comunicação muito significativo. E para o qual esperamos que este relatório também contribua. Os relatórios e trabalhos produzidos também merecem maior divulgação, devendo, em nosso entender, fazer parte integrante dos cadernos de encargos dos programas de financiamento, de modo a anteciparem uma eficaz revisão de conteúdos técnicos, científicos e operativos, da parte dos novos proponentes. A importância de consolidar uma rede para a promoção da agroecologia parece absolutamente evidente (tal como é visível em diversos países), pela necessidade de se comunicar estes temas, de se ter maior presença em fóruns internacionais, contribuindo assim para a procura de novos mecanismos de apoio, e para a denúncia e o combate de situações de cooptação dos conceitos e de utilização desvirtuada dos apoios. Finalmente, o modelo de rede é essencial para o escalar da actividade, muito em particular ao nível logístico, onde a comercialização, agrupamento e distribuição obrigam a uma capacidade de organização supralocal. Este é um desafio que pode muito bem ser assumido pelas organizações de produtores e de desenvolvimento, havendo para isso necessidade de se

reinventarem numa postura cada vez mais proactiva e empreendedora ao serviço da transição agroecológica.

Como forma de compilar as grandes ideias colocadas nestas conclusões apresentamos aqui uma matriz de análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) em relação ao actual momento da agroecologia em Portugal (tabela 5). A matriz SWOT é um instrumento muito utilizado em planeamento estratégico, pois permite avaliar as condições internas (forças e fraquezas) e externas (oportunidades e ameaças) inerentes à situação em análise, de modo que se possa intervir com uma visão de longo prazo. Atendendo ao âmbito limitado deste relatório (não considera uma das componentes da agroecologia – as *práticas* –, número muito limitado de entrevistas e parca recolha de informação quantitativa), não iremos avançar com a matriz SWOT para lá da sua componente descritiva. Contudo, é importante notar que este exercício pode evoluir para uma análise dinâmica, através da qual se ensaiem propostas estratégicas de política de médio e longo prazo, com as quais se procura mitigar as ameaças e potenciar as oportunidades¹⁰². Esse pode – e deve – ser um trabalho para o futuro, a realizar por uma equipa mais vasta e com a disponibilidade de outros meios.

tabela 5 _ Matriz SWOT para a Agroecologia em Portugal

FORÇAS	FRAQUEZAS
1 Crescimento muito significativo das iniciativas (elevado número de pessoas envolvidas, fortemente motivadas e empenhadas)	1 Intervenção muito condicionada por “projectos”, normalmente de âmbito limitado
2 Papel relevante do poder local na promoção de diferentes iniciativas (embora com dificuldades para se passar à escala supramunicipal)	2 Intervenções muito sectorizadas com dificuldade em enquadrar holisticamente a realidade
3 Disponibilidade de mecanismos financeiros diversificados para apoio às iniciativas	3 Iniciativas isoladas – falta de cooperação e muita dificuldade para se criar dimensão crítica
4 Surgimento de neo-rurais e gerações de descendentes de agricultores (jovens, com sentido cívico e elevada formação)	4 Falta de capacitação técnica para trabalhar em “modo agroecológico”
5 Produção relevante de relatórios, programas e recomendações de política	5 Falta de compromisso do Estado central – faltam políticas agroecológicas explícitas que apoiem e orientem as intervenções
	6 PAC continua a apoiar principalmente os agentes corporativos do modelo industrialista global
	7 Complexidade do conceito – ausência de um entendimento consolidado sobre a agroecologia

¹⁰² Quem tiver interesse neste tipo de exercício sugerimos a consulta de documentos de organizações internacionais que elaboraram análises SWOT focadas nas práticas agroecológicas:

<https://www.agroecology-pool.org/wp-content/uploads/2021/05/Business-Case-Section-PDF.pdf>

<https://www.giz.de/en/downloads/giz2024-en-on-the-economic-potential-of-agroecology.pdf>

OPORTUNIDADES

- 1 As políticas europeias continuarão a privilegiar cada vez mais a transição agroecológica

- 2 Crescimento internacional de movimentos alternativos, relacionados com o “decrescimento” e a “localização”

- 3 Grande pujança do movimento internacional social, científico e político empenhado na transição agroecológica

- 4 Disrupção progressiva do modelo socioeconómico global vigente – vontade de mudança

- 5 Disponibilidade de investidores interessados em produzir impactos positivos na sustentabilidade

- 6 Preocupação crescente da opinião pública com o ambiente e as comunidades locais

- 7 Digitalização crescente pode fomentar os movimentos, a investigação e as práticas

- 8 Sensibilização crescente da opinião pública com a alimentação – campanhas de promoção de dietas saudáveis e sustentáveis

AMEAÇAS

- 1 As políticas continuarem, de facto, a apoiar o modelo convencional, com os apoios direccionados para soluções “tecnológicas”

- 2 Risco de cooptação dos conceitos e dos princípios por parte dos agentes corporativos globais

- 3 Utilização desvirtuada dos apoios destinados à causa agroecológica

- 4 Maioria dos técnicos e decisores foram formados pela escola “produtivista” e ainda sentem a agroecologia como um “corpo estranho”

- 5 Consumidores pouco motivados para se envolverem em economias solidárias locais (mantêm hábitos de consumo convencionais)

- 6 Redução dos rendimentos da população (têm de optar por opções alimentares convencionais, economicamente mais acessíveis)

ANEXO 1

PROJECTOS CONSIDERADOS

TIPOLOGIA DOMINANTE: AGROECOSSISTEMA

#	Projecto	Entidades Promotoras	Outras entidades envolvidas	Enquadramento financeiro	Duração	Objetivos	Acções/Resultados	Url
1	Bio D'Agro – Sistema operacional inteligente de informação e suporte à decisão em Agro-Biodiversidade	LEAF/Instituto Superior de Agronomia; C-MAST/Universidade da Beira Interior; Spaceway; Sinergieae Ambiente	Plataforma de Ciência Aberta (Município de Figueira de Castelo Rodrigo); Colinas do Douro - Sociedade Agrícola	Programa Promove 2020 (Fundação "la Caixa" / FCT)		No Parque Natural do Douro Internacional (no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo), pretende desenvolver um sistema piloto capaz de monitorizar remotamente diversas variáveis relevantes para a produção vitícola, integrando parâmetros ambientais (clima e solo), vitícolas (sanidade e estado hídrico) e de biodiversidade funcional (flora, artrópodes, quirópteros), para apoiar na tomada de decisões eficientes, ecológicas e sustentáveis.	Pretende disponibilizar uma plataforma Web. Publicou três artigos científicos, e um conjunto de sete documentos com informação sobre o projeto.	https://biodagro.wearespaceway.com/
2	Divulgar Bio	Escola Superior Agrária / I.P.C.; ADER-SOUSA - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa; COTHN - Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional; Douro Superior Associação de Desenvolvimento; Pinhal Maior – Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul		PDR2020	2020-2022	Criação de manuais que facilitem o processo de conversão das explorações hortofrutícolas para Agricultura Biológica (AB), com a participação ativa dos agricultores e tendo em conta as suas perspetivas. Espera-se que, indiretamente, a participação de diversos agricultores nestas ações de recolha e discussão de informação, possa resultar no aumento da taxa de conversão para AB no território de influência dos parceiros.	- Elaboração de quatro manuais destinados a agricultores, apresentados no Seminário Final do Projeto. - Elaboração de duas brochuras, uma dedicada à horticultura e outra à fruticultura, onde são apresentados conselhos técnicos.	https://divulgarbio.weebly.com/

3	Liveseed – Boosting organic seed and plant breeding	IFOAM (coordenador); FiBL Switzerland (coordenador científico)	Escola Superior Agrária/Instituto Politécnico de Coimbra; Sementes Vivas, SA; Universidade de Évora (parceiros portugueses)	Horizon 2020 (U.E.)	2017-2021	Incrementar a transparência e a competitividade do sector da produção de sementes e de criação, encorajando a uma maior utilização de sementes biológicas. Incentivar a adopção de variedades adaptadas aos sistemas biológicos.	Os resultados abrangem quatro dimensões: 1 - Quadro regulamentar relacionado com a produção de sementes biológicas; 2 - Experimentação com variedades biológicas e a saúde das sementes; 3 - Criação de plantas biológicas; 4 - Aspectos socioeconómicos. Foram produzidas diversas ferramentas para os diferentes interessados.	https://www.liveseed.eu/
4	MaisSolo	COTHN-CC - Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional (coord.); INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária; FNOP - Federação Nacional de Organização de Produtores; Torriba, S.A.; Agromais, CRL; Escola Superior Agrária/Instituto Politécnico de Santarém; Ferprado, Lda.	Sociedade Agrícola Herdade das Malhadinhas, Lda; Sociedade Agrícola S. João de Brito, S.A.	PDR2020	2017-2022	Teve como área de intervenção a Lezíria Ribatejana e pretendeu: 1 - Melhorar a proteção das culturas reduzindo a dependência de pesticidas, face aos problemas fitossanitários que resultam do ataque de organismos presentes no solo; 2 - Aumentar a eficiência do uso dos recursos na produção agrícola contribuindo para a manutenção da biodiversidade e conservação do solo e da água; 3 - Dotar os beneficiários de uma maior capacitação na tomada de decisão.	Produção de 25 fichas técnicas explicativas do projeto e com a apresentação de acções no contexto agronómico.	https://maissolo.webnode.pt/

5	Montado Plus	Município de Idanha-a-Nova; Food for Sustainability	Herdade do Monte da Silveira Bio; Herdade do Vale Feioso; Real Idanha	Compete2020	2022-2023	Recuperação dos ecossistemas das zonas semiáridas, promovendo povoamentos com estruturas ecológicas mais adaptadas, com maior capacidade de fixação de carbono e nutrientes, de proteção do solo e aumento do conteúdo em matéria orgânica, alicerçadas no mais recente conhecimento científico.	Resultados esperados: 1- Melhoria da funcionalidade do solo e biodiversidade; 2- Aproveitamento e uso inteligente da água; 3- Plantação e proteção de árvores; 4- Utilização de sementeira direta e consequente redução da mobilização do solo; 5- Gestão planeada do pastoreio e sua utilização em zonas para regeneração; 6- Uso inteligente de resíduos vegetais levando a uma diminuição da ocorrência de queimadas no território.	<a href="https://www.cm-
idanhanova.pt/
areas/financi-
amentos/com-
pete_2020/mo-
ntadoplus.asp">https://www.c m- idanhanova.pt /areas/financi amentos/com pete_2020/mo ntadoplus.asp x
6	Pastagens Regenerativas – Promover a adaptação climática, regeneração e sustentabilidade dos sistemas pecuários extensivos em territórios de elevado risco de desertificação ambiental	ESDIME (coord.); Cibio/Inbio	Câmaras municipais de Mértola, Castro Verde e Ourique	Programa Promove 2020 (Fundação "la Caixa" / FCT)	2021-	Através da experimentação e testagem de técnicas inovadoras de mobilização do solo e gestão de pastoreio (transição para um sistema de manejo holístico), o projeto pretende: 1) Diminuir o risco e impacto da desertificação em explorações agropecuárias do Sul de Portugal; 2) Otimizar a eficiência do uso dos recursos naturais água e solo, em áreas de elevado risco de desertificação; 3) Promover e potenciar a adaptação climática em territórios de maior índice de aridez.	Constituição de uma comunidade de prática de Agricultura Regenerativa; Capacitação dos Stakeholders; Caracterização base e monitorização das explorações pioneiras; Planeamento, e experimentação de técnicas inovadoras; Atividades de disseminação e advocacy.	<a href="https://pastag-
ensregenerati-
vas.wordpress
.com/">https://pastag ensregenerati vas.wordpress .com/

7	SFT-EDIH – Polo de inovação digital para o setor agroalimentar	BGI (coord.); Food for Sustainability; Smart Farm Colab; CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal	Consórcio tem 28 entidades no total	PRR - Programa de Recuperação e Resiliência	2021-2024	Contribuir para a transição ecológica e digital no setor agroalimentar em Portugal e na Europa; Estabelecer um conjunto de compromissos relativos à promoção da coesão territorial, sustentabilidade ambiental e maturidade digital.	Apoiar diretamente as PME e o setor público através de um conjunto de serviços estruturados de formação e qualificação, acesso a redes de inovação, teste e adequação de soluções digitais ("testar antes de investir") e acesso a financiamento.	https://www.sft-edih.eu/
8	Trans-farmers - Transforming Farmers' communities	Food for Sustainability, Alvelal (ES), Aland Foundation (ES)		Erasmus+ (U.E.)	2022	Promover o intercâmbio de boas práticas na exploração do amendoal, como forma de coesão e promoção dos territórios do interior.	Produção de um guia de boas práticas, resultado do intercâmbio entre produtores portugueses e espanhóis nos segmentos do amendoal e olival.	https://www.food4sustainability.org/transfarmers

TIPOLOGIA DOMINANTE: AGROECOLOGIA NUMA PERSPECTIVA HOLÍSTICA

#	Projecto	Entidades Promotoras	Outras entidades envolvidas	Enquadramento financeiro	Duração	Objetivos	Acções/Resultados	url
9	Cultivar – Rede de competências para o desenvolvimento sustentável e inovação no setor Agroalimentar	Centro de Ecologia Funcional e GEGOT / Universidade de Coimbra; IPN - Instituto Pedro Nunes (Fitolab e Lis); CATAA - Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar; Instituto Politécnico de Castelo Branco		Centro 2020	2020-2022	Programa Integrado de IC&DT. Pretende caracterizar, conservar e valorizar os recursos genéticos endógenos da região Centro em zonas de baixa densidade, através de uma estratégia de desenvolvimento territorial, promovendo e consolidando a colaboração entre instituições de ciência, tecnologia e ensino superior e o cluster Agroalimentar.	O programa materializou-se numa miríade de projectos, na maioria na área da Biologia. Resultou em numerosos trabalhos científicos.	https://icultivar.pt/
10	FEAST – Food systems that support transitions to healthy and sustainable diets	Comunidade Intermunicipal do Alto Minho; CISAS (Instituto Politécnico de Viana Castelo)	O Consórcio envolve 37 entidades à escala europeia	Horizon 2021	2022-2027	Catalisar uma justa transição para um sistema alimentar 'Win-Win-Win' que perspetiva ganhos para as pessoas, para o planeta, para o setor público e o setor privado, promovendo investigação e intervenção nos sistemas agroalimentares que suportam as transições para dietas mais saudáveis e sustentáveis.	Constituição de 12 Laboratórios Vivos (entre os quais o Alto Minho). Cada laboratório está focado em trabalhar e capacitar actores-chave responsáveis pela construção do ambiente alimentar incluindo a produção, distribuição e retalho, assim como as autoridades municipais, regionais e nacionais.	https://feast2030.eu/

11	Food Link – Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa	AML; CCDR-LVT; ICS-U.L.; ISA; INIAV; A2S; ADREPES	Num total de 29 parceiros (autarquias, associações e empresas)	Iniciativa que emana do projeto Robust (Horizonte 2020, U.E.)	2022-	Aposta em modos de produção sustentáveis, em soluções inovadoras – por exemplo, na gestão da água para regadio, na conservação do solo e na redução de fitofármacos –, e nas redes de distribuição hipocarbónicas e em circuitos alimentares de proximidade.	Assegurar cerca de 15% do aprovisionamento alimentar da área metropolitana, tendo por base modos de produção sustentáveis (produção biológica, proteção integrada e agroecologia), soluções inovadoras (gestão da água para regadio, redução de fitofármacos e conservação do solo e adaptação climática) e redes de distribuição de baixo carbono e em circuitos alimentares de proximidade (que cumpram os critérios de inclusão e segurança alimentar).	https://www.ccdr-lvt.pt/wp-content/uploads/2023/12/FoodLink_Relatorio-atividades_2022_2023_27_11_2023_final_publicacao.pdf
12	GrowLIFE – An integrated approach to promote sustainable food systems via behavioral changes cross-fostering all parties involved	cE3c-Caravana Agroecológica /F.Ciências (U.L.); F.Ciências.ID; Turismo de Portugal	15 explorações agroecológicas nos municípios de S. Pedro do Sul, Torres Vedras, Mértola e Famalicão.	LIFE (U.E.)	2023-2028	Promover um sistema alimentar mais sustentável a nível social, económico e ambiental, promovendo uma mudança sistemática de comportamento em produtores, consumidores e decisores políticos.	Informar os produtores agrícolas portugueses das práticas agrícolas sustentáveis existentes e auxiliá-los nesta mudança. Trabalhar com os municípios para que possam implementar, ao nível local, políticas que apoiem a criação e manutenção de iniciativas/práticas sustentáveis, em particular que fortaleçam circuitos curtos de distribuição. Informar os consumidores sobre a importância e as vantagens de um consumo sustentável, de forma a garantir uma mudança de comportamento.	https://projectogrowlife.pt/

13	Harvest – Valorizar a Horta Familiar de forma a educar para uma dieta mediterrânica, saudável e sustentável.	MORE - Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação	DRAP Norte; Instituto Politécnico de Bragança; Instituto Superior de Agronomia; Instituto Politécnico de Viseu; DRAP Centro; Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste; Centro Operativo Tecnológico Hortofrutícola Nacional; Agrobio - Associação Portuguesa de Agricultura Biológica; Deifil Technology, Lda; Sementes Vivas, SA; Delícias do Juncal, Lda; Mata Verde Estudos e Projectos Lda; ECOSEIVA – Agricultura Biológica Lda	PRR - Programa de Recuperação e Resiliência	2023-2025	Promover a Dieta Mediterrânica no nosso país assegurando uma alimentação sustentável; tem como principal estratégia potenciar e diferenciar os produtos da horta familiar tanto no meio rural como urbano. Para isso, neste projeto, serão desenvolvidas atividades agroecológicas em várias regiões do país, nas hortas familiares, mas também nas hortas urbanas e periurbanas de Lisboa, Viseu e Bragança.	Espera-se atingir resultados concretos na promoção da Horta Biológica, da Horta Inclusiva e da Horta Social.	https://morecolab.pt/df480-neve-home/projetos/projetos-harvest/
14	InovFarmer.MED – Better fruit from smart business	Instituto Politécnico de Viseu; Universidade de Aveiro; Food for Sustainability	Chatron, Lda; TA Consulting, Lda. Mais cinco organizações estrangeiras.	PRIMA (U.E.)	2022-2025	Melhorar a cadeia de abastecimento do Mediterrâneo através de modelos de negócios agroalimentares inovadores para fortalecer a competitividade dos pequenos agricultores, usando figos e figos da Índia como casos de estudo (em cinco países).	Aumentar a produção de alimentos seguindo práticas agroecológicas; criar uma monitorização baseada em evidências; aumentar os rendimentos dos pequenos agricultores; melhorar o acesso aos mercados, através de novos canais; reduzir desperdícios alimentares pela utilização de produtos transformados.	https://inovfarmer-med.org/pt-pt/

15	MAIs – Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior	Instituto Politécnico de Viseu	CICS.NOVA/FCSH; CNA; Oikos; Município São Pedro do Sul; Município Sabugal; S. Pedro do Sul Bio Região; Ruralis (NO)	EEA Grants Portugal	2020-2023	Aumentar a participação cívica e associativa das mulheres agricultoras nas regiões do interior, através da sua capacitação, contribuindo para a maior visibilidade do seu papel social e para o aumento da igualdade entre homens e mulheres.	Workshop para técnicos locais (autarquias, associações locais), para disseminação do 'Roteiro de Intervenção MAIs', potenciando a sua utilização em futuras intervenções de capacitação de mulheres agricultoras, garantindo a sustentabilidade pós projeto. Aumento da participação cívica destas mulheres agricultoras da região do interior centro de Portugal (beneficiárias diretas), servindo como experiência piloto a ser replicada noutras regiões, através da utilização e aperfeiçoamento da metodologia e instrumentos de intervenção desenvolvidos.	https://events.ipv.pt/mais/
16	MedCaravan - The Mediterranean Caravan: Learning and Sharing Agroecology	DEAFAL (IT); URGENCI (coord.); Associação Buğday de Apoio à Vida Ecológica (TR); Zelena Tranzicija (SR); HSEP (HR); FCIências.ID (cE3c)		Erasmus+ (U.E.)	2020-2023	Projeto educacional que pretende recolher, valorizar e partilhar o conhecimento local e inovador das práticas agroecológicas, através da criação de materiais educacionais de elevada qualidade e tornar os membros da comunidade em agentes de disseminação activos.	Guia de Boas Práticas para a Recolha de Conhecimento Agroecológico; Currículo agroecológico para todos; Aprender Agroecologia - Resumo Currículo.	https://hub.urgenci.net/medcaravan/

17	SAL - Sistemas Alimentares Locais	ATAHCA (coord.); ADREPES; A2S; PINHAL MAIOR; LEADEROESTE; ADL; ADAPPA (S. Tomé)		PDR2020	2019-	Contribuir para a construção de sistemas alimentares territoriais sustentáveis e resilientes; Construir capacidades para a implementação e governança de sistemas alimentares territoriais sustentáveis; Fortalecer o capital social e económico da agricultura familiar.	Curso em Sistemas Alimentares Territoriais e Sustentáveis; Lista de Boas Práticas em Portugal; Levantamento dos recursos genéticos endógenos e a sua valia para a segurança alimentar e nutricional.	https://projetosal.pt/
18	The:Place – Transformar o Sistema de Alimentação Local em Istambul e em Setúbal com as Autoridades locais	K-Evolution (coord.); Município Setúbal (apoio)	Co-gerido por ALDA - European Association for Local Democracy e Mekanda Adalet Derneği	Stiftung Mercator	2022-2023	Transformar e melhorar as cadeias curtas (locais) de alimentação agroecológica em Istambul e em Setúbal em conjunto com as autoridades locais. Como objetivos específicos pretende: 1) identificar os atores e a situação atual; 2) estabelecer redes de ligação entre estes atores; 3) capacitar os atores.	Agricultores e alguns pescadores (aquacultura) sensibilizados para as questões de agroecologia; Envolvimento da comunidade local, agricultores, pescadores e autoridades locais; Ações na comunidade em conjunto com as autoridades locais que potenciem a sensibilização e ação para a produção sustentável.	https://odslocal.pt/projetos/the-place-1575
19	Traece – Formação Vocacional em Agroecologia para Agricultores	GAIA - Grupo de Acção e Intervenção Ambiental	Diversity Foundation (HU); Grand Farm (AT); National Agricultural Research and Innovation Centre (NAIK-AKI) (HU); University of South Bohemia in České Budějovice (CZ); Agri-Cultura-Natura Transylvaniae (ACNT) – (RO)	Erasmus+ (U.E.)	2019-2022	Disponibilizar ferramentas a agricultores e formadores que os ajudem a adaptar as suas práticas agrícolas aos princípios agroecológicos. Iniciativa inovadora que visa promover o conceito da agroecologia como sendo simultaneamente disciplina e prática, aproveitando a experiência e perícia de seis instituições de referência em cinco países europeus (Hungria, Roménia, Áustria, República Checa e Portugal).	Logo numa fase de diagnóstico o projeto fez uma análise da situação da agroecologia em cada país, entre eles Portugal. Produziu, também, manuais para produtores e um plano curricular da formação em Agroecologia (acompanhado de um guia metodológico para formadores).	https://traece.eu/

TIPOLOGIA DOMINANTE: SISTEMA ALIMENTAR

#	Projecto	Entidades Promotoras	Outras entidades envolvidas	Enquadramento financeiro	Duração	Objetivos	Acções/Resultados	url
20	3C - Cooperar em circuitos curtos	ADER-SOUSA (coord.); ADREPES; ATAHCA; DUECEIRA; LEADEROESTE e RAIA HISTÓRICA		PDR2020	2022-	Projeto está ligado ao Prove. Estratégia que potencie a produção local, através do reforço da comercialização de circuito curto de produtos agroalimentares, conciliando-a com práticas de produção mais amigas do ambiente e da alimentação saudável, assim como com práticas inovadoras de economia circular.		https://atahca.pt/ficheiros/3c_cooperacao_em_circuitos_curtos_2.pdf
21	Agrovila – Organização da agricultura familiar através de processos digitais para o desenvolvimento de circuitos-curtos agroalimentares	CERNAS (ESA / I.P.Coimbra); ISCAP / I.P.Porto; IOTech; CNA - Confederação Nacional da Agricultura; DRAP Centro; Cascais Ambiente; Associação In Loco; New Organic Planet	Dream Baler; Pura&Simplesmente; Maria Flaminga; Quinta Seis Marias	PRR - Programa de Recuperação e Resiliência	2023-	Construir um sistema apoiado em tecnologia digital que viabilize e otimize circuitos curtos em grupos constituídos por agricultores familiares e consumidores, de forma que os produtores recebam uma remuneração justa, que o processo seja transparente e que os sistemas alimentares territoriais sejam valorizados.	O projeto assenta na ativação de vários grupos focais no território nacional. No final pretende criar ferramentas digitais de apoio à criação de circuitos curtos de comercialização.	https://agrovila.org/
22	AlimentAÇÃO! Circuitos Curtos Agroalimentares para o Direito Humano a uma Alimentação Adequada	ANIMAR; ACTUAR; Câmaras Municipais de Fundão, S. Pedro Sul e Vinhais; Colégio F3 / U.L.	Câmaras municipais de Idanha-a-Nova, Torres Vedras e Távira	PDR2020	2020-2021	<ul style="list-style-type: none"> – Construir conhecimento e formular políticas públicas locais para a criação e consolidação de CCA e realização progressiva do Direito Humano a uma Alimentação Adequada; – Divulgar boas práticas de CCA e mobilizar atores relevantes para sua multiplicação e 	Diagnóstico de sistemas alimentares em 6 municípios; Campanha de Políticas Públicas Locais para o Direito à Alimentação Adequada; Disseminação de boas práticas em 5 municípios.	https://www.animar-dl.pt/iniciativa/alimentacao-circuitos-curtos-agroalimentares-para-o-direito-

						ampliação mediante políticas públicas adequadas; – Incidir sobre a elaboração de políticas públicas para a criação e consolidação dos CCA baseadas numa abordagem intersectorial e de compromisso publico com uma governança adequada para realização do Direito Humano a uma Alimentação adequada.		<u>humano-a- uma- alimentacao -adequada/</u>
23	AproximaR – Produzir e Consumir Localmente	CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (coord.); CNA - Confederação Nacional da Agricultura; DGADR - Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; ISA - Instituto Superior de Agronomia; A2S - Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia; IPC - Instituto Politécnico de Coimbra		PDR2020	2021-2022	Criar condições para a dinamização de Circuitos Curtos Agroalimentares, com as prioridades definidas pelo Grupo de Trabalho — Circuitos Curtos Agroalimentares da Rede Rural Nacional, em que todos os parceiros participaram ativamente.	Informação diversa sobre circuitos curtos, centrados em quatro modalidades: Cabazes, Restauração Coletiva, Venda na Exploração e Mercados Locais de Produtores. Exemplos nacionais e internacionais e informação de como participar ou implementar um circuito curto, através de diversos Guias, Boas Práticas e Entrevistas.	https://aproximar.rederural.gov.pt/index.html

24	Feel local – Sentir Local: Compreender a lacuna entre a produção local e os consumidores	EIT Food; Food for Sustainability; BGI	BeYou; Grupo NA; Università Degli Studi di Torino	PRR - Programa de Recuperação e Resiliência	2022	Avaliar a percepção, consciencialização e opinião dos consumidores sobre os sistemas de produção locais e a qualidade dos produtos alimentares locais, analisar o perfil de consumo e identificar motivações e barreiras de forma a melhorar a promoção destes mesmos produtos.	Tendo por base os dados recolhidos nos inquéritos e os resultados da reunião com os representantes do setor agroalimentar, este projeto visa desenvolver uma plataforma de comercialização, um curso de boas práticas em sustentabilidade, estratégias de marketing e valorização de produto, e desenvolver redes de contacto entre produtores e consumidores.	https://www.food4sustainability.org/pt/eitfeellocal
25	Food Clic – integrated urban FOOD policies – developing sustainability Co-benefits, spatial Linkages, social Inclusion and sectoral Connections to transform food systems in city-regions	Instituto de Ciências Sociais (U.L.), Faculdade Medicina (U.L.); Empresa Municipal de Cascais	Lisboa é uma das 8 cidades envolvidas (em outros tantos países)	U.E (não especificado)	2022-2027	O FoodCLIC junta actores da área política, da ciência e da sociedade civil, no apoio ao desenvolvimento de políticas urbanas alimentares integradas, i.e. políticas que promovam a acessibilidade e a disponibilidade de alimentos produzidos de forma saudável e sustentável para toda a população e em especial para as comunidades mais vulneráveis. Dada a conectividade entre as questões alimentares e outros sectores políticos, o Food CLIC pretende garantir que o planeamento urbano integra as considerações alimentares.	O projeto liga-se com a rede Food Link (como uma expansão internacional). Criação e reforço de uma Rede de Política Alimentar criada no quadro do projeto Food CLIC.	https://foodclic.eu/

26	Fusilli – Fostering the Urban food System transformation through Innovative Living Labs Implementation	Município de Castelo Branco (coord.); CATAA - Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar de Castelo Branco; Innovcluster - Cluster de apoio ao sector Agroindustrial	Fundación CARTIF (ES) (coordenador), envolvendo 34 parceiros de 13 países, onde se incluem cidades, universidades, PME, ONG e outras indústrias.	Horizon 2020 (U.E.)	2021-2024	Desenvolver e implementar políticas alimentares integradas e sistémicas, que apoiem a transição para um sistema alimentar sustentável nas áreas urbanas, periurbanas e na envolvente do espaço rural. Estes Laboratórios Vivos pretendem identificar as melhores práticas na transformação dos sistemas alimentares e partilhá-las com a Comunidade de Conhecimento FUSILLI. Através da cooperação próxima com outros projetos e iniciativas relacionadas, as cidades serão capacitadas como agentes de inovação para a promoção de acções de planeamento urbano alimentar de longo prazo, em resultado da aprendizagem entre pares sobre as políticas e as iniciativas de maior sucesso.	Ações planeadas para o Living Lab de Castelo Branco: - Promoção do consumo de alimentos locais; - Revitalização e reorganização do Mercado Municipal; - Promoção das Feiras Gastronómicas locais; - Distribuição de 1000 compostores domésticos por famílias; - Criação e promoção de hortas escolares; - Criação de jardins verticais que favoreçam insetos polinizadores, como abelhas; - Envolvimento de toda a comunidade e aproximação entre os vários atores da cadeia alimentar.	https://fusilli-project.eu/
27	Mapping on family farming in the region of Europe, Central Asia, Near East and North Africa	UNIMED – Mediterranean Universities Union	Universidade de Évora	FAO	2019-2022	Com o objetivo de reforçar a partilha de conhecimento e das melhores práticas na agricultura familiar, o projeto procede ao mapeamento e análise das iniciativas existentes, bem como das políticas mais relevantes para a agricultura familiar.	O parceiro nacional elaborou o relatório referente a Portugal.	https://www.uni-med.net/projects/family-farming/

28	Page – Paisagens Agrícolas e Alimentares com gerações de mulheres inovadoras	Escola Superior Agrária de Viseu / I.P.V. (coord.); ACTUAR - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento; AJAP – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal; DRAP Centro	Ervital - Plantas Aromáticas e Medicinais, Lda; Sandra Filipa Machado Amaral; Sebastião Machado; Vagari Unipessoal Limitada; Vanessa Alexandra Andrade Pina; Virtudes Outonais, Lda	PRR - Programa de Recuperação e Resiliência	2023-2025	<p>(1) Valorizar o conhecimento tradicional, produtos e serviços de qualidade e valor simbólico diferenciados dos sistemas alimentares singulares;</p> <p>(2) Sistematizar mecanismos promotores de inovação associados a mulheres e jovens;</p> <p>(3) Disponibilizar processos atrativos para atrair novos agentes, principalmente jovens, para os meios rurais para desenvolverem atividades agrícolas e conexas;</p> <p>(4) Desenvolver uma ação integrada que inclui uma rede de inovação e suporte à criação de novos negócios e empresas, nomeadamente na área do turismo a nível nacional e internacional, de modo a contribuir para a manutenção dos modos de vida dos agricultores e outros produtores de alimentos, e à atração de mulheres e jovens para revitalizar os territórios rurais.</p>		https://page.ajap.pt/
29	PNAES - Plano Nacional da Alimentação Equilibrada e Sustentável	DGADR - Rede Rural Nacional	Grupos de Acção Local (GAL)	PDR2020	2023-	<p>Fomentar o consumo dos produtos nacionais, regionais e locais, em equilíbrio com os princípios da Dieta Mediterrânica;</p> <p>Melhorar a qualidade nutricional da oferta alimentar e combater a precariedade</p>	<p>22 iniciativas apoiadas: (exs. AML Alimenta; Cávado... com sabor; Literacia alimentar & dieta mediterrânica no Médio Tejo; Prato certo - Alimentação + Sustentável; TerrAlimenta);</p> <p>Conteúdos colaborativos</p>	https://www.rederural.gov.pt/panaes

						<p>alimentar; Aumentar em 20%, até 2030, o nível de adesão à Dieta Mediterrânica; Promover e valorizar os produtos endógenos, os produtos de qualidade certificada e a Dieta Mediterrânica; Educar para uma alimentação saudável e sustentável.</p>	que capitalizem experiências existentes, ex. o projecto "O Prato Certo"	
30	Prove - Promover e Vender	Adrepes (coord.) (lançou o serviço em 2006 através da I.C. Equal)	16 Grupos de Acção Local; Federação Minha Terra	PRODER- Programa de Desenvolvimento Rural do Continente		<p>Contribuir para o escoamento de produtos locais, fomentando as relações de proximidade entre quem produz e quem consome, estabelecendo circuitos curtos de comercialização entre pequenos produtores agrícolas e consumidores, com recurso às TIC.</p>	<p>Plataforma online de venda direta de cabazes aderentes e consumidores interessados. Dispõe de um conjunto de ferramentas de apoio à adopção da metodologia (manual, banda desenhada, brochura). A rede está a servir de suporte para a constituição de um Sistema Participativo de Garantia.</p>	http://www.prove.com.pt/www/
31	Rede de Transferência de BioCantinas	Município de Torres Vedras	Mouans-Sartoux (FR - líder); LAG Pays des Condruces (BE); Rosignano Marittimo (IT); Vaslui (RO); Troyan (Bulgária); Trikala (GR)	URBACT (Interreg, U.E)	2018-2021	<p>Transferir, ao longo de 2 anos, as boas práticas do município francês de Mouans-Sartoux (líder de projeto) no que toca às refeições escolares recorrendo a 100% dos alimentos de origem biológica.</p>	<p>Documento com lições para a Transferência de BioCantinas.</p>	https://www.cm-tvedras.pt/educacao/sau-de-e-alimentacao/biocantinas/

32	ReLOCALiza	CNA - Confederação Nacional da Agricultura (coord.); Instituto Politécnico de Coimbra; TRILHO - Associação para o Desenvolvimento Rural; Associação para o Desenvolvimento Agrícola Rural Arribas Douro; Associação dos Agricultores e Pastores do Norte; Associação Distrital dos Agricultores de Castelo Branco; CoimbraMaisFuturo - Associação de Desenvolvimento Local de Coimbra		PDR2020	2019-2021	Promover o abastecimento de cantinas públicas com produtos provenientes da agricultura familiar. Cinco municípios piloto: Mogadouro, Vila Pouca de Aguiar, Penacova, Covilhã e Évora.	Produção de um documento com 10 propostas para abastecer a restauração pública com produtos locais.	https://relocaliza.pt/
----	------------	---	--	---------	-----------	---	---	---

33	RNAES – Rede Nacional para Alimentação Equilibrada e Sustentável	Food for Sustainability (coord.); Instituto Politécnico de Viseu, Federação Minha Terra, Associação In Loco, DRAP Centro, Associação dos Jovens Agricultores de Portugal	Mais 7 PME nacionais	PRR - Programa de Recuperação e Resiliência	2023-2025	<p>Estruturação de uma rede nacional a partir das parcerias dos projetos promovidos pelo PNAES, promovendo a transferência de conhecimento e contribuindo para uma estratégia integrada de alimentação sustentável, enquanto Sistema Alimentar Territorial, na salvaguarda e valorização da Dieta Mediterrânica. Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover a mudança de comportamentos para uma alimentação saudável e sustentável; - Estudar e monitorizar os diferentes fatores que influenciam e fomentam uma boa adesão à Dieta Mediterrânica; - Criar uma estrutura de caracterização dos Sistemas Alimentares Territoriais que apoie à decisão e definição de prioridades de intervenção; - Promover o trabalho em rede e articulação institucional das operações do PNAES. 	Observatório para os Sistemas Alimentares Territoriais, onde serão seleccionados um conjunto de indicadores e metodologias para a sua caracterização. A metodologia de construção do Observatório inclui a recolha de contributos de entidades que de alguma maneira têm um papel activo no que diz respeito ao sector agroalimentar e promoção de uma alimentação equilibrada e sustentável.	https://www.food4sustainability.org/files/ugd/637f0f_759c9ee1319446f88c16d096f9c9610e.pdf
----	--	--	----------------------	---	-----------	--	---	---

34	Sistema Participativo de Garantia	ADER-SOUSA; PRÓ-RAIA; MONTE; ADREPES; COIMBRA MAIS FUTURO; ATAHCA; TAGUS; ADIRN; DRAPLVT		PDR2020	2018-2022	O projeto, ligado ao PROVE, pretendeu criar o primeiro SPG - Sistema Participativo de Garantia em Portugal, associado aos circuitos curtos agroalimentares que incorporasse requisitos de validação dos processos de produção e comercialização.	Produção de um conjunto de documentos com vista a facilitar a apropriação e disseminação do processo de Sistema Participativo de Garantia: Definições; Manual Técnico e Metodológico; Resultados dos inquéritos; Referencial de Critérios e Regras.	https://www.adrepes.pt/spg/
35	TerrAlimenta – Transição para um Sistema Alimentar Territorializado	ESDIME (coord.); CIMBAL; Alentejo XXI; Rota do Guadiana - ADI; Terras Dentro; Terras do Baixo Guadiana; Terra Sintrópica; Município de Mértola		PDR2020	2023-2024	Fortalecer e impulsionar a ação coletiva regional para a implementação de Sistemas Alimentares Territorializados que promovam uma alimentação sustentável, saudável e tendencialmente de base local, a partir das cantinas de restauração colectiva.	Desenvolvimento de bases de dados de produção local; proposta de modelos de contratação pública que privilegiem as compras ecológicas; publicação "O Prato Certo no Alentejo".	https://www.esdime.pt/projeto/territorializacao-para-um-sistema-alimentar-territorializado

REFERÊNCIAS

- ACTUAR. (2022a). *Contributos da agricultura familiar para a promoção de sistemas alimentares e dietas sustentáveis*. ACTUAR. <https://actuar-acd.org/wp-content/uploads/2022/12/estudo-AF.pdf>
- ACTUAR. (2022b). *Estudo comparado e quadro legal da Agricultura Familiar em Portugal*. ACTUAR. https://actuar-acd.org/wp-content/uploads/2022/12/parecer-juridico_AF.pdf
- Agroecology Coalition. (2024). *Strategy 2024-2030: Accelerating food system transformation through agroecology* (p. 35). Agroecology Coalition. <https://agroecology-coalition.org/2024-2030-strategy/>
- Agroecology Europe. (2020). *Agroecology Initiatives in Europe* (p. 232). <https://www.agroecology-europe.org/wp-content/uploads/2020/11/AEEU-Mapping-Report-agroecological-practices-November-version.pdf>
- Alain, P., Karla, Š., Alexander, W., & Paola, M. (2023). *OASIS, the Original Agroecological Survey Indicator System. A simple and comprehensive system for agroecological transition assessment*. Agroecology Europe. https://www.agroecology-europe.org/wp-content/uploads/2024/02/OASIS_brochure_ENG_09-01-24.pdf
- Altieri, M. A. (2002). Agroecology: The science of natural resource management for poor farmers in marginal environments. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, 93(1), 1–24. [https://doi.org/10.1016/S0167-8809\(02\)00085-3](https://doi.org/10.1016/S0167-8809(02)00085-3)
- Aprender e partilhar Agroecologia: Glossário*. (sem data). Urgenci. Obtido 25 de junho de 2024, de <https://cloud.urgenci.net/index.php/s/f38sq8XHWows8LD>
- Barrios, E., Gemmill-Herren, B., Bicksler, A., Siliprandi, E., Brathwaite, R., Moller, S., Batello, C., & Tittone, P. (2020). The 10 Elements of Agroecology: Enabling transitions towards sustainable agriculture and food systems through visual narratives. *Ecosystems and People*, 16(1), 230–247. <https://doi.org/10.1080/26395916.2020.1808705>
- Bezner Kerr, R., Madsen, S., Stüber, M., Liebert, J., Enloe, S., Borghino, N., Parros, P., Mutyambai, D. M., Prudhon, M., & Wezel, A. (2021). Can agroecology improve food security and nutrition? A review. *Global Food Security*, 29, 100540. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2021.100540>
- Biolog – Catálogo nacional de produtores biológicos e sustentáveis*. (sem data). Obtido 19 de fevereiro de 2024, de <https://www.biolog.pt/>
- Chable, V., Nuijten, E., Costanzo, A., Goldringer, I., Bocci, R., Oehen, B., Rey, F., Fasoula, D., Feher, J., Keskitalo, M., Koller, B., Omirou, M., Mendes-Moreira, P., van Frank, G., Naino Jika, A. K., Thomas, M., & Rossi, A. (2020). Embedding Cultivated Diversity in Society for Agro-Ecological Transition. *Sustainability*, 12(3), Artigo 3. <https://doi.org/10.3390/su12030784>

- CNA. (2021). *reLOCALiza / 10 propostas para abastecer a restauração pública com produtos locais*.
<https://irp.cdn-website.com/af18521f/files/uploaded/10%20propostas%20reLOCALiza.pdf>
- Delgado, C. (2020). *Alimentar Boas Práticas: Da Produção ao Consumo Sustentável 2020* (CICS.NOVA, FCSH-UNL). CICS.NOVA, FCSH-UNL. <https://acsa.org/wp-content/uploads/2024/04/ebook-alimentar-boas-praticas-da-producao-ao-consumo-sustentavel-2020.pdf>
- DeLonge, M. S., Miles, A., & Carlisle, L. (2016). Investing in the transition to sustainable agriculture. *Environmental Science & Policy*, 55, 266–273. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2015.09.013>
- Duarte, L. A. P., Méndez, M. R., & Muñoz-Rojas, J. (2025). Territorial embeddedness of sustainable agri-food systems: A systematic review. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 0(0), 1–41. <https://doi.org/10.1080/21683565.2024.2448201>
- Dumont, A. M., Wartenberg, A. C., & Baret, P. V. (2021). Bridging the gap between the agroecological ideal and its implementation into practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, 41(3), 32. <https://doi.org/10.1007/s13593-021-00666-3>
- Duru, M., Therond, O., & Fares, M. (2015). Designing agroecological transitions; A review. *Agronomy for Sustainable Development*, 35(4), 1237–1257. <https://doi.org/10.1007/s13593-015-0318-x>
- Duru, M., Therond, O., Martin, G., Martin-Clouaire, R., Magne, M.-A., Justes, E., Journet, E.-P., Aubertot, J.-N., Savary, S., Bergez, J.-E., & Sarthou, J. P. (2015). How to implement biodiversity-based agriculture to enhance ecosystem services: A review. *Agronomy for Sustainable Development*, 35(4), 1259–1281. <https://doi.org/10.1007/s13593-015-0306-1>
- Entrudo, A., Mendes, F., & Campos, V. (2023). *Catálogo de projetos financiados pela Rede Rural Nacional* (p. 136). Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. <https://www.rederural.gov.pt/component/jdownloads/?task=download.send&id=2240&catid=10&m=0&Itemid=101>
- European Commission. (2024). *Strategic Dialogue on the Future of EU Agriculture* (p. 110). European Commission. https://agriculture.ec.europa.eu/document/download/171329ff-0f50-4fa5-946f-aea11032172e_en?filename=strategic-dialogue-report-2024_en.pdf
- FAO. (2018a). *Catalysing Dialogue and Cooperation to Scale Up Agroecology* (p. 130). FAO. <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/6e275426-3c2b-4056-bbc0-64f09a6cac66/content>
- FAO. (2018b). *The 10 elements of agroecology—Guiding the transitions to sustainable food and agricultural systems*. FAO. Rome. <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/3d7778b3-8fba-4a32-8d13-f21dd5ef31cf/content>
- FAO. (2019). *TAPE Tool for Agroecology Performance Evaluation 2019 – Process of development and guidelines for application. Test version* (1.^a ed.). FAO. <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/8ad4bb1b-c06d-4260-835e-564698493149/content>

- FAO. (2023). *The State of Food and Agriculture 2023 – Revealing the true cost of food to transform agrifood systems*. FAO. <https://doi.org/10.4060/cc7724en>
- Faraoni, V., & Mammana, I. (2024). *How to implement the United Nations Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas (UNDROP) at the European and national level to promote peasants' rights*. Europe Coordination Via Campesina. <https://www.eurovia.org/wp-content/uploads/2024/09/EN-Sept-2024-ECVC-Policy-Brief-on-UNDROP-in-the-EU.pdf>
- Francis, C., Lieblein, G., Gliessman, S., Breland, T. A., Creamer, N., Harwood, R., Salomonsson, L., Helenius, J., Rickerl, D., Salvador, R., Wiedenhoef, M., Simmons, S., Allen, P., Altieri, M., Flora, C., & Poincelot, R. (2003). Agroecology: The Ecology of Food Systems. *Journal of Sustainable Agriculture*, 22(3), 99–118. https://doi.org/10.1300/J064v22n03_10
- Gaitán-Cremaschi, D., Klerkx, L., Duncan, J., Trienekens, J. H., Huenchuleo, C., Dogliotti, S., Contesse, M. E., & Rossing, W. A. H. (2018). Characterizing diversity of food systems in view of sustainability transitions. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, 39(1), 1. <https://doi.org/10.1007/s13593-018-0550-2>
- Gliessman, S. (2016). Transforming food systems with agroecology. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 40(3), 187–189. <https://doi.org/10.1080/21683565.2015.1130765>
- Global Alliance for the Future of Food. (2024). *Cultivating Change: A Collaborative Philanthropic Initiative to Accelerate and Scale Agroecology and Regenerative Approaches* (p. 19). Global Alliance for the Future of Food. https://futureoffood.org/wp-content/uploads/2024/05/GA_CultivatingChange_Report_052124.pdf
- Gomes, D., Jesus, M., Rosa, R., Bandeira, C., & Costa, C. A. D. (2022). Women in family farming: Evidence from a qualitative study in two Portuguese inner regions. *Frontiers in Sociology*, 7, 939590. <https://doi.org/10.3389/fsoc.2022.939590>
- González De Molina, M., & Lopez-Garcia, D. (2021). Principles for designing Agroecology-based Local (territorial) Agri-food Systems: A critical revision. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 45(7), 1050–1082. <https://doi.org/10.1080/21683565.2021.1913690>
- Hernández, P. (2023). *Conduct mapping and document case studies on family farming in the region of Europe and Central Asia to enhance knowledge exchange through good practices. Case Study Portugal*. FAO and UNIMED. <https://www.uni-med.net/wp-content/uploads/2023/12/Final-CS-Portugal-clean.pdf>
- Herren, H. R., & Haerlin, B. (2020). *Transformation of our food systems—The making of a paradigm shift*. Zukunftsstiftung Landwirtschaft. <https://www.weltagrarbericht.de/fileadmin/files/weltagrarbericht/IAASTD-Buch/PDFBuch/BuchWebTransformationFoodSystems.pdf>
- Hill, S. B., & MacRae, R. J. (1996). Conceptual Framework for the Transition from Conventional to Sustainable Agriculture. *Journal of Sustainable Agriculture*, 7(1), 81–87. https://doi.org/10.1300/J064v07n01_07

- HLPE. (2019). *Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition* (No. 14). FAO. <https://www.fao.org/cfs/cfs-hlpe/publications/hlpe-14>
- Horlings, L. G., & Marsden, T. K. (2011). Towards the real green revolution? Exploring the conceptual dimensions of a new ecological modernisation of agriculture that could ‘feed the world’. *Global Environmental Change*, 21(2), 441–452. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2011.01.004>
- Horstink, L., Schwemmler, K., & Encarnação, M. F. (2023). Food systems in depressed and contested agro-territories: Participatory Rural Appraisal in Odemira, Portugal. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, 6. <https://doi.org/10.3389/fsufs.2022.1046549>
- IPES-Food. (2015). *The New Science of Sustainable Food Systems* (No. 01; p. 22). IPES-Food. <https://ipes-food.org/wp-content/uploads/2024/03/NewScienceofSusFood.pdf>
- IPES-Food. (2023a). *From Plate to Planet: How local governments are driving action on climate change through food*. (p. 33). IPES-Food. <https://ipes-food.org/report/from-plate-to-planet/>
- IPES-Food. (2023b). *Who’s Tipping the Scales? The growing influence of corporations on the governance of food systems, and how to counter it*. (p. 44). IPES-Food. <https://ipes-food.org/report/whos-tipping-the-scales/>
- Karla, Š., Alain, P., Alexander, W., & Paola, M. (2023). *OASIS, the Original Agroecological Survey Indicator System. Methodology and guidelines for the assessor*. Agroecology Europe. https://www.agroecology-europe.org/wp-content/uploads/2024/02/OASIS_methodology_ENG_09-01-24.pdf
- Kaufmann, J., Carlsburg, M., & Staubach, L. (2023). *Analyses of socio-economic and environmental effects of agroecological practices: A methodological guidance* (p. 61). GIZ. <https://www.giz.de/en/downloads/giz2025-en-methodological-guidance-economic-effects-agroecology.pdf>
- Loken, B., & Loring, P. (2024). *Solving the Great Food Puzzle: Place-based solutions to help scale national action*. WWF. <https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/solving-the-great-food-puzzle-wwf-2024.pdf>
- Markus, A., David, G., & Christopher, S. (2016). *Organic 3.0 – for truly sustainable farming and consumption*. IFOAM Organics International. https://www.ifoam.bio/sites/default/files/2020-05/Organic3.0_v.2_web.pdf
- Mason, R. E., White, A., Bucini, G., Anderzén, J., Méndez, V. E., & Merrill, S. C. (2021). The evolving landscape of agroecological research. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 45(4), 551–591. <https://doi.org/10.1080/21683565.2020.1845275>
- McIntyre, B. D., Herren, H. R., Wakhungu, J., & Watson, R. T. (2009). *Agriculture at a Crossroads—Global report* (p. 606). IAASTD. <https://www.unep.org/resources/report/agriculture-crossroads-global-report>

- Méndez, V. E., Bacon, C. M., & Cohen, R. (2013). Agroecology as a Transdisciplinary, Participatory, and Action-Oriented Approach. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 37(1), 3–18. <https://doi.org/10.1080/10440046.2012.736926>
- Migliorini, P., Gkissakis, V., Gonzalvez, V., Raigón, M. D., & Bàrberi, P. (2018). Agroecology in Mediterranean Europe: Genesis, State and Perspectives. *Sustainability*, 10(8), Artigo 8. <https://doi.org/10.3390/su10082724>
- Migliorini, P., & Wezel, A. (2017). Converging and diverging principles and practices of organic agriculture regulations and agroecology. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, 37(6), 63. <https://doi.org/10.1007/s13593-017-0472-4>
- Miles, A., DeLonge, M. S., & Carlisle, L. (2017). Triggering a positive research and policy feedback cycle to support a transition to agroecology and sustainable food systems. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 41(7), 855–879. <https://doi.org/10.1080/21683565.2017.1331179>
- Moeller, N. I., Geck, M., Anderson, C., Barahona, C., Broudic, C., Cluset, R., Henriques, G., Leippert, F., Mills, D., Minhaj, A., Mueting-van Loon, A., de Raveschoot, S. P., & Frison, E. (2023). Measuring agroecology: Introducing a methodological framework and a community of practice approach. *Elementa: Science of the Anthropocene*, 11(1), 00042. <https://doi.org/10.1525/elementa.2023.00042>
- Moreno, L., & Magalhães, F. (2021). *AFAVEL- Agricultura Familiar e Valorização Territorial Sustentável em Contexto de Alterações Climáticas: Perspetivas e um diagnóstico “AFAVEL” em Portugal Continental*. ANIMAR.
- Mottet, A., Bicksler, A., Lucantoni, D., De Rosa, F., Scherf, B., Scopel, E., López-Ridaura, S., Gemmil-Herren, B., Bezner Kerr, R., Sourisseau, J.-M., Petersen, P., Chotte, J.-L., Loconto, A., & Tittone, P. (2020). Assessing Transitions to Sustainable Agricultural and Food Systems: A Tool for Agroecology Performance Evaluation (TAPE). *Frontiers in Sustainable Food Systems*, 4. <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fsufs.2020.579154>
- Naik, A., Faircloth, T. J., Dreger, C., & Adler, S. (2022). *Corporate Capture of FAO: Industry’s Deepening Influence on Global Food Governance* (p. 31). Corporate Accountability & FIAN International. https://www.panna.org/wp-content/uploads/2022/12/EN-CorporateCaptureOfTheFAO_0.pdf
- Nunes, A., Canaveira, D., Castiço, F., Rodrigo, I., Rolo, J., Veiga, J. F., Chaves, L., Tibério, L., Pinto, M. A. S., Coelho, M. D., Ferreira, M. E., Viegas, M., Júnior, O. M., Candeias, S., & Correia, T. P. (2022). *Agricultura Familiar: Conhecimento, Organização e Linhas Estratégicas*. Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local. <https://www.minhaterra.pt/wst/files/I14186-RELATORIOXFINAL.PDF>
- O’Maley, C., & Frieling, H. (2024). *Navigating Complexity in Food Systems: From Clockwork to Cloudwork* (p. 69). United Nations Development Programme. <https://www.undp.org/facs/publications/navigating-complexity-food-systems-clockwork-cloudwork>

- Palomo-Campesino, S., González, J. A., & García-Llorente, M. (2018). Exploring the Connections between Agroecological Practices and Ecosystem Services: A Systematic Literature Review. *Sustainability*, 10(12), Artigo 12. <https://doi.org/10.3390/su10124339>
- Place, F., Niederle, P., Sinclair, F., Carmona, N. E., Guéneau, S., Gitz, V., Alpha, A., Sabourin, E., & Hainzelin, E. (2022, janeiro 1). Agroecologically-conducive policies: A review of recent advances and remaining challenges. *CIFOR-ICRAF*. <https://doi.org/10.17528/cifor-icraf/008593>
- Queiroga, R., Encarnação, M., & Horstink, L. (2020). *Análise da situação da agroecologia em Portugal 2020* (p. 32). NAIK Agrárgazdasági Kutatóintézet. <https://gaia.org.pt/2020/12/14/projecto-traece-levantamento-da-situacao-da-agroecologia-em-portugal/>
- Rains, G. C., Olson, D. M., & Lewis, W. J. (2011). Redirecting technology to support sustainable farm management practices. *Agricultural Systems*, 104(4), 365–370. <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2010.12.008>
- Rodrigo, I., Entrudo, A., & Ilhéu, M. J. (2021). *Guia geral de apoio à criação de circuitos curtos agroalimentares (CCA)*. DGADR. https://aproximar.rederural.gov.pt/pdfs/guia_geral.pdf
- Sarmiento, F. (2023). *AlimentAÇÃO! Local—Guia para construir políticas públicas locais e Circuitos Curtos Agroalimentares para realizar o Direito Humano à Alimentação Adequada* (No. 2ª ed.). ACTUAR. <https://actuar-acd.org/wp-content/uploads/2020/03/AlimentACAO-Local-Guia-para-Construir-Politicas-Publicas-Locais-e-Circuitos-Curtos-Agroalimentares-para-realizar-o-Direito-Humano-a-Alimentacao-Adequada.pdf>
- Schutter, O. de. (2010). *Report submitted by the Special Rapporteur on the Right to Food* (p. 21). United Nations Digital Library. <https://digitallibrary.un.org/record/704715>
- Schutter, O. de. (2014). *Report of the Special Rapporteur on the Right to Food, Olivier de Schutter*. United Nations Digital Library. <https://digitallibrary.un.org/record/766914>
- The International Forum on Agroecology. (2015). Declaration of the International Forum for Agroecology, Nyéléni, Mali: 27 February 2015. *Development*, 58(2), 163–168. <https://doi.org/10.1057/s41301-016-0014-4>
- Therond, O., Duru, M., Roger-Estrade, J., & Richard, G. (2017). A new analytical framework of farming system and agriculture model diversities. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, 37(3), 21. <https://doi.org/10.1007/s13593-017-0429-7>
- Wezel, A., Bellon, S., Dore, T., Francis, C., Vallod, D., & David, C. (2009). Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, 29, 503–515. <https://doi.org/10.1051/agro/2009004>
- Wezel, A., Goette, J., Lagneaux, E., Passuello, G., Reisman, E., Rodier, C., & Turpin, G. (2018). Agroecology in Europe: Research, Education, Collective Action Networks, and Alternative Food Systems. *Sustainability*, 10(4), Artigo 4. <https://doi.org/10.3390/su10041214>

- Wezel, A., Grard, B., & Gkisakis, V. (2023). *Mapping the development of agroecology in Europe*. ISARA; Agroecology Europe. <https://doi.org/10.5281/zenodo.7774412>
- Wezel, A., Grard, B., Kamilia, K., & Gkisakis, V. (2024). *Mapping the development of agroecology in Europe—Volume 2*. Zenodo. <https://doi.org/10.5281/zenodo.11210432>
- Wezel, A., Herren, B. G., Kerr, R. B., Barrios, E., Gonçalves, A. L. R., & Sinclair, F. (2020). Agroecological principles and elements and their implications for transitioning to sustainable food systems. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, 40(6), 40. <https://doi.org/10.1007/s13593-020-00646-z>
- Wezel, A., & Soldat, V. (2009). A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology. *International Journal of Agricultural Sustainability*, 7(1), 3–18. <https://doi.org/10.3763/ijas.2009.0400>
- Yacamán-Ochoa, C., & García-Llorente, M. (2020). Enfoque cooperativo y custodia del territorio: Dos factores impulsores de la transición agroecológica de los sistemas agroalimentarios locales. *Estudios Geográficos*, 81(289), e050. <https://doi.org/10.3989/estgeogr.202064.064>